



Orientação:



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.

ANA MARGARIDA DE BARROS RAMOS

**A participação das mulheres nos processos de construção da paz na
América Latina. O caso da Colômbia.**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais
e Diplomacia. Especialização em Diplomacia Política.

Orientação: Prof. Doutor Pascoal Pereira e Prof.
Doutor Pedro Ponte e Sousa.

Porto
2024

Aos meus irmãos,
Aos meus pais,
Aos meus avós:
todos eles, razão de ser de cada uma destas páginas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu irmão Pedro e aos meus pais, pelo amor incondicional e por me permitirem voar com a certeza de que terei, sempre, três abraços para onde voltar;

Às minhas avós, Céu e Lurdes, e aos meus avôs, Diamantino e José Maria, por serem um exemplo maior de esforço, de dedicação e de resiliência;

Ao Kinns, por todas as horas;

Às minhas melhores amigas, pela sororidade e por acreditarem em mim, especialmente nos dias em que tudo me faz duvidar;

Ao Juan, pela amizade, pelo exemplo e por me transmitir, sempre com um brilho nos olhos, o amor pela América Latina e pela Colômbia;

À minha psicóloga, Dr^a Carolina, por me ajudar a ser consciente da força e da coragem que residem no meu coração;

À *Fundación CIDEAL*, que reforça, todos os dias, a minha confiança na cooperação internacional para o desenvolvimento;

À Universidade Portucalense, *alma mater* da minha mãe, e que há, precisamente, 16 anos já me acolhia nos seus corredores e salas de aula;

Aos meus orientadores, Professor Pascoal Pereira e Professor Pedro Ponte e Sousa, pela paciência, pelo tempo, pela dedicação e pelo conhecimento que me entregaram neste longo e sinuoso caminho.

A todas as mulheres que lutam por um mundo justo, onde todos somos – e merecemos ser – iguais em dignidade e direitos;

A todos os homens que, sem pudor, se unem a esta luta por um mundo melhor.

A todas elas, a todos eles: o meu mais profundo e sincero obrigada.

«Nada está perdido si se tiene por fin el valor de proclamar que todo está perdido y hay que empezar de nuevo.»

Julio Cortázar

RESUMO

Desde a aprovação, no ano de 2000, da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, a participação das mulheres nos processos de paz tem vindo a ocupar um lugar de destaque a nível global. Na América Latina, a aplicação desta Resolução e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança enfrenta desafios, pois, apesar de ser uma região com escassos conflitos armados interestatais, apresenta elevados índices de violência. No contexto regional, a Colômbia destaca-se como um caso emblemático, não só pela duração e complexidade do seu conflito armado interno, mas também pela inclusão pioneira da perspectiva de género na negociação, redação e implementação do Acordo de Paz, assinado em 2016 entre o governo da Colômbia e as FARC. Esta investigação, tendo como base teórica as teorias feministas, centra-se nos diferentes papéis que as mulheres assumem no âmbito dos processos de paz na América Latina. Ao atentarmos no caso concreto da Colômbia, entendemos que, embora a Agenda Mulheres, Paz e Segurança forneça um quadro normativo importante, na prática, as mulheres têm desempenhado um papel fulcral enquanto construtoras da paz, complementando, desta feita, a aplicação da Agenda. Por esta razão, tendo presente a importância normativa da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, mas procurando considerar as múltiplas vivências femininas que surgem neste âmbito, com a presente investigação visamos, ainda, identificar os desafios enfrentados pelas mulheres, bem como destacar as oportunidades para a sua participação efetiva na construção da paz na Colômbia, na América Latina e no mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Teorias feministas; Construção da paz; Agenda Mulheres, Paz e Segurança; América Latina; Colômbia.

ABSTRACT

Since the adoption of UN Security Council Resolution 1325 in 2000, women's participation in peace processes has gained significant prominence on a global scale. In Latin America, the implementation of this Resolution and the Women, Peace, and Security Agenda encounters several challenges, as the region, despite having few interstate armed conflicts, experiences high levels of violence. Within this regional context, Colombia emerges as a notable case, distinguished not only by the duration and complexity of its internal armed conflict but also by the pioneer inclusion of a gender perspective in the negotiation, drafting, and implementation of the Peace Agreement signed in 2016 between the Colombian government and the FARC. This study focuses on the diverse roles women assume in peace processes in Latin America. By focusing on the specific case of Colombia, it becomes clear that, although the Women, Peace and Security Agenda provides an important normative framework, in practice, women have played a pivotal role as peacebuilders, thereby complementing the implementation of the Agenda. For this reason, while acknowledging the normative significance of the Women, Peace and Security Agenda, this study also seeks to consider the manifold female experiences that arise in this context. Furthermore, it aims to identify the challenges women face and highlight opportunities for their effective participation in peacebuilding in Colombia, Latin America, and beyond..

KEYWORDS

Feminist theories; Peacebuilding; Women, Peace, and Security Agenda; Latin America; Colombia.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO	1
Justificação e objetivos	1
Metodologia e estrutura formal	2
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	6
1.1. As teorias feministas	7
1.1.1. A importância da definição dos conceitos de feminismo, patriarcado, interseccionalidade e género	12
1.1.2. As teorias feministas no seio das Relações Internacionais	14
1.2. Os estudos da paz	19
CAPÍTULO II – AS MULHERES, A CONSTRUÇÃO DA PAZ E O MUNDO. “SE FECHAREM A PORTA, ENTRAS PELA JANELA”	23
2.1. A aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança no plano internacional	25
2.1.1. O discurso de construção da paz da ONU	30
2.2. Entre vítimas, perpetradoras e agentes da mudança: os diferentes papéis das mulheres nos processos de paz no plano internacional	32
CAPÍTULO III – AS MULHERES, A CONSTRUÇÃO DA PAZ E A AMÉRICA LATINA. “A REGIÃO DAS VEIAS ABERTAS”	42
3.1. A aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na América Latina	44
3.1.1. Antecedentes	44
3.1.2. Atualidade	46
3.2. Das <i>guerrilleras</i> às <i>Abuelas de la Plaza de Mayo</i> : os diferentes papéis das mulheres nos processos de paz latino-americanos	50

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: COLÔMBIA, “A TERRA DO ESQUECIMENTO”	58
4.1. O conflito armado interno da Colômbia (1964-2016)	60
4.1.1. Movimentos de guerrilha	61
4.1.2. Grupos paramilitares	63
4.1.3. Forças Armadas	63
4.1.4. Narcotraficantes	64
4.2. A participação das mulheres no processo de paz colombiano	66
4.3. A aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na Colômbia	72
4.4. Desafios e oportunidades para a participação das mulheres na construção da paz na Colômbia	74
4.4.1. Desafios	74
4.4.2. Oportunidades	76
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Siglas:

CEB	Comunidades Eclesiais de Base.
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.
CHIRAPAQ	<i>Centro de Culturas Indígenas del Perú.</i>
COMADRES	<i>Comité de Madres de Desaparecidos de El Salvador.</i>
CONAVIGUA	<i>Coordinadora de Viudas de Guatemala.</i>
CWP	<i>Coalition of Women for Peace.</i>
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional.</i>
EPL	<i>Ejército Popular de Liberación.</i>
EZLN	<i>Ejército Zapatista de Liberación Nacional.</i>
FARC	<i>Fuerzas Armas Revolucionarias de Colombia.</i>
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Transgénero/Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações, identidades ou expressões.
M-19	<i>Movimiento 19 de Abril.</i>
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PMI	<i>Plan Marco de Implementación del Acuerdo de Paz.</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
WIPNET	<i>Women in Peacebuilding Network.</i>

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres nos processos de construção da paz tem vindo a ocupar, nos últimos anos, um lugar de destaque no cenário global (Bache, 2019, p. 13). Particularmente, desde a adoção, no ano de 2000, da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (doravante, ONU), sobre Mulheres, Paz e Segurança, tem-se verificado uma preocupação crescente com a inclusão, por um lado, de uma perspectiva de género no texto dos acordos de paz e, por outro, de mulheres nos cargos de negociadoras, de mediadoras e de signatárias (Coomaraswamy, 2015, p. 41 e p. 51).

Na América Latina, embora a década de 90 do século XX tenha sido marcada por diversos processos de paz, atualmente, a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança¹ – composta pela Resolução 1325 e outras nove resoluções – tem enfrentado uma realidade ambígua, pois que, sendo uma região com escassos conflitos armados entre países e, por isso, uma “zona de paz” (Kacowicz, 1998, citado por Drumond et al., 2022, p. 8), apresenta, contudo, elevados índices de violência (Drumond et al., 2022, p. 8). No contexto regional, a Colômbia assume-se como um caso emblemático, não só devido à extensão territorial e temporal do seu conflito e à heterogeneidade dos atores que o protagonizam (Bello, 2013, p. 19), mas também pelo carácter pioneiro no que respeita à incorporação de uma perspectiva de género, quer nas negociações, quer no texto final do Acordo de Paz de 2016 (Gómez, 2021, p. 17), que ditou o fim – pelo menos, do ponto de vista formal – a mais de 50 anos de conflito armado (Gobierno de Colombia, 2022, para. 3).

Justificação e objetivos

Apresentando, como acabamos de ver, o conflito armado interno da Colômbia características ímpares, entendemos constituir o cenário ideal para o estudo da participação das mulheres nos processos de construção da paz na América Latina. Em concreto, a escolha da região parte de motivações pessoais – uma vez que a América Latina constitui uma geografia de particular interesse de investigação –, às quais se acrescentam motivações do ponto de vista científico, dadas as particularidades regionais apresentadas supra.

Conscientes de que, a partir do ano 2000, abordar a participação das mulheres nos processos de paz tem sido indissociável da Agenda Mulheres, Paz e Segurança,

¹ Ver página 24.

esta investigação surge, assim, com o intuito de responder à pergunta “que relação pode ser estabelecida entre a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança e os diferentes papéis que as mulheres assumem no seio dos processos de paz na América Latina?”; e encontra a sua pertinência no contexto atual de esforços contínuos para construir e manter a paz em regiões afetadas por conflitos, como é o caso da América Latina e, em particular, da Colômbia.

Neste sentido, urge a abordagem de temáticas que procurem compreender de que forma podemos aprender com as lições que a história – mesmo a mais recente – pode ensinar sobre a importância, os desafios e oportunidades da inclusão feminina na construção de uma paz duradoura. Também, entendemos que a pertinência da presente investigação reside, ainda, na necessidade de identificar e de compreender as diferentes vivências femininas que surgem no âmbito dos processos de construção da paz. Em particular, destacamos as experiências das mulheres ex-combatentes, que consideramos não terem beneficiado da mesma atenção que a literatura mais relevante tem dedicado, desde a aprovação, no ano de 2000, da Resolução 1325, às vivências das vítimas, num primeiro momento, e, mais recentemente, das construtoras da paz.

De forma específica, pretendemos, com a dissertação que aqui se introduz, identificar, definir e relacionar os conceitos-chave que entendemos serem fundamentais para a compreensão da problemática; mas também analisar a aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, nos planos internacional, regional e nacional; atentar nos desafios que as mulheres enfrentam nos processos de construção da paz e explorar as oportunidades para a sua participação efetiva. Ainda, procuramos contribuir para a literatura feminista e para aprofundar o debate sobre um tema que, pela potencialidade dos seus efeitos práticos, consideramos deter uma importância fulcral na construção de um presente e de um futuro sustentáveis, de acordo com os objetivos constantes na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular, os objetivos “5: Igualdade de Género” e “16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes” (Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, s.d.).

Metodologia e estrutura formal

De acordo com Flax (1987, citada por Sylvester, 1994, p. 20), em cada cultura existem, pelo menos, três histórias: “*his, hers and ours*. “*His*” and “*ours*” are generally assumed to be equivalent”². É, precisamente, com o intuito de fazer face à perpetuação

² Em português, “dele, dela e nossa. A “dele” e a “nossa” são geralmente consideradas equivalentes”.

desta ideia que surgem, no decorrer do debate pós-positivista nas Relações Internacionais, as teorias feministas (Fernandes, 2011, p. 107).

As teorias feministas, de modo geral, introduziram o conceito de gênero, enquanto uma construção social que organiza a sociedade numa hierarquia de subordinação (Confortini, 2006, p. 335), noutras palavras, numa relação assimétrica entre homens e mulheres nos distintos papéis sociais que estes podem assumir (Fernández & Valdés, 2015, p. 41). Em particular, no campo das Relações Internacionais, o conceito de gênero revela-se um instrumento fundamental na percepção das interações entre os estados e a ordem internacional, colocando a tónica no papel da mulher, não só na definição e implementação de políticas internacionais, mas também na qualidade de decisora, numa área onde “*for many years it has been thought that the international politics elite is just for men*”³ (ibidem, p. 48).

Na literatura feminista, ainda que coexistam, como veremos mais adiante, diferentes perspetivas, tem sido aceite, de forma unânime, a emergência de questões transversais a todas elas, cuja preocupação se centra na valorização do papel da mulher (Sylvester, 1994, p. 13). É, justamente, na procura de seguir esta linha de pensamento, cuja atualidade é confirmada por Adjei (2019, p. 134) na sua revisão da literatura sobre a participação das mulheres nos processos de paz, que surge esta investigação, focada nos diferentes papéis que estas assumem neste âmbito.

Falar de processos de paz remete-nos, inevitavelmente, para a disciplina dos Estudos de Paz, fundada por Johan Galtung. Em concreto, para esta dissertação, importa-nos o entendimento que Galtung (1996, p. 40) tem do patriarcado enquanto manifestação da violência, caracterizada pela institucionalização da dominação masculina nas diferentes estruturas sociais, uma definição que é aceite e defendida pela maioria das teorias feministas no âmbito das Relações Internacionais (Confortini, 2006, p. 335).

A presente investigação, integrada na esfera das Relações Internacionais segundo a conceção multicêntrica do seu objeto de estudo⁴ (Fernandes, 2011, p. 35), seguirá a posição adotada pelas teorias feministas, cuja pretensão é, não só, o enquadramento da mulher nos fenómenos, mas também a reivindicação de aspetos anteriormente negados, como a razão e a emancipação (Sylvester, 1994, p. 151). Os processos de construção da paz serão, portanto, o fenómeno sobre o qual nos debruçaremos, atentando, em concreto, como veremos infra, na realidade colombiana.

³ Em português, “durante muitos anos se pensou que a elite da política internacional era só para homens”.

⁴ Isto é, um objeto de estudo que vai para além das relações que se estabelecem entre os estados e que, como tal, engloba diferentes atores, tais como as organizações internacionais; e fenómenos, como a paz e a guerra, o combate ao terrorismo e a defesa dos Direitos Humanos (Gonçalves, 2005, citado por Marinho, 2008, p. 17).

Partindo da premissa de que a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança é limitada, no nível nacional, quer por condicionantes institucionais, quer pela falta de articulação entre a agenda formal e as organizações de base, entendemos existir uma dissintonia entre a abordagem da ONU e os diferentes contextos reais, que comprova que as mulheres – e a panóplia de papéis que estas podem assumir no âmbito dos processos de paz – têm assumido as funções de agentes para a construção da paz por excelência, muitas vezes antecipando ou complementando a Agenda.

Assim, para que melhor se possa identificar e compreender, com maior proximidade, os efeitos práticos reais do conhecimento já teorizado, será adotado o método do estudo de caso, segundo uma abordagem qualitativa de análise e interpretação das fontes documentais, primárias e secundárias, tal como é definida por Lamont (2015, p. 56). O estudo de caso escolhido para a dissertação que aqui se introduz é, como vimos, a Colômbia e, dentro deste, serão descritas e analisadas, qualitativamente, entre outras fontes relevantes, livros, artigos científicos, relatórios e outros documentos emitidos pelos diferentes organismos do sistema da ONU, mas também notícias e vídeos.

Com vista a desenvolver o raciocínio dedutivo apresentado supra, a presente dissertação organizar-se-á em quatro capítulos: no primeiro será feito o enquadramento teórico e conceptual da problemática à luz das teorias feministas e, também, na disciplina dos Estudos de Paz, procurando estabelecer uma relação de simbiose entre ambos; e serão definidos os conceitos fundamentais de feminismo, de patriarcado, de interseccionalidade e de género.

Do segundo capítulo constará uma análise à aplicação global da Resolução 1325 e, por extensão, da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, e àquele que a literatura mais relevante considera ser o seu legado. Num segundo momento, atentaremos no discurso de construção de paz da ONU e, depois, nos múltiplos papéis que as mulheres têm assumido no contexto da construção da paz no plano internacional e que a literatura mais tem vindo a destacar.

O terceiro capítulo, seguindo a lógica do capítulo anterior, colocará a tónica nos antecedentes da Resolução 1325 na América Latina e na sua atual aplicação na região, atentando, depois, nos diversos papéis desempenhados pelas mulheres nos processos de paz, também no plano regional. Ainda aqui, serão exploradas as vivências que medeiam entre as das combatentes das diferentes guerrilhas até às das integrantes de organizações baseadas nos valores da maternidade e do cuidado.

Por sua vez, o quarto e último capítulo será dedicado ao estudo de caso, primeiro, através de uma breve contextualização histórica do conflito armado interno da Colômbia e da apresentação dos múltiplos atores que nele se movem; e, depois, invertendo a

lógica dos capítulos anteriores, através da exposição dos diferentes papéis assumidos pelas mulheres na construção da paz na Colômbia, com especial ênfase nas mulheres ex-combatentes. Devido à recente preocupação, por parte do governo colombiano, com a aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, o quarto capítulo dedicará, brevemente, a terceira secção a esta temática, cuja importância, quando comparada com os planos internacional e regional, é ainda pouco significativa. A última secção do capítulo será dedicada aos desafios específicos enfrentados pelas mulheres e às oportunidades emergentes que, entendemos, muito podem contribuir para a sua participação efetiva na construção da paz na Colômbia e, por extensão, na América Latina e no mundo.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

A palavra “feminismo” terá sido inventada nos finais do século XIX, através da junção da versão francesa da palavra mulher (isto é, “*femme*”), com o sufixo “-ismo”, como identificação de um posicionamento político (Moses, 2012, p. 763). Ainda que o feminismo, tal como o conhecemos hoje, tenha emergido nos finais do século XVIII, a par das revoluções francesa e americana (Stokes, 2015, p. 45), a sua origem remonta à Grécia Antiga, com Sappho (Rampton, 2008, para. 2) e à Idade Média, com as ações de reivindicação contra as hierarquias social e religiosa, levadas a cabo por figuras como Hildegard von Bingen e Guglielma da Milano (Schrupp, 2017, pp. 5-6); passando pela Idade Moderna, com a publicação do livro, da autoria da filósofa francesa Christine de Pizan, intitulado “*La Cité des Dames*”⁵ (Stokes, 2015, p. 45) e no qual consta uma crítica ao pensamento misógino⁶ da época, consubstanciado na crença popular de que as mulheres teriam menos aptidões do que os homens (Schrupp, 2017, p. 9).

Contudo, como mencionado supra, foi apenas no século XVIII, com o Iluminismo, que a ideia de igualdade começou a ser difundida no continente europeu (ibidem, p. 13) e cristalizada na escrita de filósofas como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft (Rampton, 2015, para. 2).

Mais tarde, no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX emergiu, de um contexto urbano, industrial e liberal a denominada “primeira vaga” do feminismo⁷ (Rampton, 2015, para. 3). No entanto, aquilo que hoje entendemos como teoria política feminista (isto é, segundo Gross & Mansour (1995, p. 93), o discurso que, em última instância, procura intervir no sistema patriarcal e substituí-lo por outro mais igualitário) desenvolveu-se nos anos 60 do século XX, no decorrer da segunda vaga de movimentos feministas, caracterizada pelo questionamento das práticas e das estruturas desiguais de poder, como sejam a remuneração, o estatuto social e a violência doméstica e sexual (Stokes, 2015, p. 46) e pela procura de incluir as mulheres nos campos de onde estas tinham sido excluídas (Gross & Mansour, 1995, p. 85).

É, precisamente, na linha da inclusão das mulheres nos fenómenos (e, no nosso caso concreto, nos processos de paz) que entendemos ser pertinente um enquadramento da presente investigação à luz das teorias feministas. Ainda, consideramos ser importante atentar nos estudos da paz, segundo a abordagem de

⁵ Em português, “A Cidade das Senhoras”

⁶ Etimologicamente proveniente do grego “*misogynía*”, significa “aversão ou desprezo pelos indivíduos do sexo feminino” ou ainda “preconceito contra as mulheres” (Porto Editora, s.d.).

⁷ Ver página 7.

Johan Galtung, na medida em que, como veremos no capítulo que aqui se introduz, pode ser estabelecida, entre esta disciplina e as teorias feministas, uma relação de simbiose que muito pode contribuir para a nossa investigação.

1.1. As teorias feministas

Como vimos na introdução deste capítulo, as raízes históricas do feminismo remetem-nos para a Idade Antiga, seguindo-se de importantes vozes e acontecimentos nas Idades Média e Moderna. Contudo, para que não se incorra numa dispersão temporal, mas para que possa ser feito um enquadramento histórico favorável a uma melhor compreensão das teorias feministas, atentaremos naquilo a que a literatura tem denominado de “metáfora das vagas”, partilhando a ideia de Reger (2017, pp. 194-195), que defende que esta metáfora contribui, não só para a definição, como também para o posicionamento das feministas contemporâneas, permitindo-lhes encontrar o seu lugar na história.

O modelo das vagas surgiu no final da década de 60 do século XX, aquando da agora denominada “segunda vaga”, quando as feministas desse período começaram a afirmar-se como parte da história dos movimentos de mulheres, posicionando-se em relação às feministas dos séculos XIX e XX (ibidem, p. 200). Segundo este modelo, as teorias feministas estão compreendidas, historicamente, em três vagas, a saber:

A primeira, situada entre meados do século XIX e a década de 1920 (Reger, 2017, p. 194), relaciona-se com a reivindicação de direitos de participação política, mais concretamente, o direito ao sufrágio, entendido pelas feministas desta vaga como o primeiro passo para alcançar outras conquistas (Gamba & Diz, 2021, p. 568). Nos países onde as ideias trazidas por esta vaga tiveram maior repercussão (nomeadamente, os Estados Unidos da América e o Reino Unido), as principais líderes foram mulheres burguesas. Contudo, houve uma forte participação da classe operária, sobretudo no Reino Unido, onde ao movimento sufragista se juntaram as reivindicações relacionadas com a exploração laboral de mulheres e crianças nas fábricas (ibidem). Estas reivindicações levaram à criação, em 1903, da *Women’s Social and Political Union*⁸ (Smith, 2017, para. 1) cujo objetivo, através da organização de diversas manifestações, era a união das mulheres para além da classe a que estas pertenciam (Gamba & Diz, 2021, p. 569) e a obtenção do direito ao voto num país onde este tinha sido expressamente negado (Smith, 2017, para. 1).

Nos países da América Latina, esta primeira vaga não teve a mesma dimensão, na medida em que se deu, essencialmente, nas classes mais altas (Gamboa & Diz, p.

⁸ Em português, “União Social e Política das Mulheres”.

570). De facto, as principais críticas que a adoção do modelo das vagas reúne na literatura prendem-se com a exclusão das narrativas não-hegemónicas das mulheres racializadas, da classe trabalhadora, com deficiência, pertencentes ao coletivo LGBTQIA+⁹ e idosas (Laughlin et al., 2010, p. 82), encontrando este modelo várias limitações fora do contexto anglo-saxónico (Dean & Aune, 2015, p. 381). Contudo, concordamos com Chamberlain (2017, citada por Chaparro, p. 87) quando afirma que as vagas (cuja tradução literal, para a língua portuguesa, da palavra inglesa “waves” corresponde a “ondas”) pressupõem fluxos e, como tal, permitem a aplicação da metáfora a casos particulares – no nosso caso, à América Latina e à Colômbia.

No que à Colômbia, em concreto, diz respeito, o movimento sufragista iniciou-se a partir da década de 30 do século XX (Llanos & Rivera, 2018, p. 40), com um novo discurso liberal que passou a reconhecer a mulher como sujeito de direitos (Luna, 2004, p. 51). A par do direito ao sufrágio, surgiram, neste período, outras duas grandes reivindicações: o direito de acesso aos bens patrimoniais por parte das mulheres casadas e o acesso a níveis mais elevados de educação (Méndez, 1994, p. 79).

Tal como sustentam Llanos & Rivera (2018, pp. 40-41), o início desta primeira vaga na Colômbia caracterizou-se por uma luta constante entre liberais e conservadoras ou, por outras palavras, entre o equilíbrio liberal da participação política e da maternidade e a figura conservadora da “fada do lar” (Luna, 2004, p. 51). Segundo Luna (ibidem) é na subsistência de um discurso católico e patriarcal dentro do discurso moderno que reside a singularidade do sufragismo colombiano, para a qual contribuíram, por um lado, as fortes raízes religiosas – ainda que com diferentes manifestações¹⁰ – dos dois únicos partidos políticos existentes à época e, por outro, a herança colonial do confessionalismo estatal.

A segunda vaga, situada entre os anos 60 e 90 do século XX (Rampton, 2015, para. 5), tem os seus antecedentes no final da Segunda Guerra Mundial, período a partir do qual o trabalho remunerado passou a ocupar uma parte substancial da vida de um crescente número de mulheres (Nicholson, 2010, p. 2), e na criação, em 1946, da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (Walters, 2005, p. 97), órgão legislativo internacional, parte do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de género e ao empoderamento feminino (Nações Unidas – Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, s.d, para. 2). Caracterizou-se por ser um período de grande criatividade – teórica e política – que

⁹ Sigla para “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Transgénero/Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações, identidades ou expressões” (Teixeira et al., 2021, p. 60).

¹⁰ Os membros do Partido Conservador eram católicos e ultracatólicos; os membros do Partido Liberal, ainda que este se definisse como um partido laico, eram tendencialmente anticlericais, “*pero nunca ateos ni anticatólicos*” (Luna, 2004, p.52).

permitiu uma ampla compreensão do feminismo (Nicholson, 2010, pp. 2-3), para a qual muito contribuíram Simone de Beauvoir e Betty Friedan que, através das suas publicações – “O Segundo Sexo”, publicado em 1949 e “A Mística Feminina”, publicado em 1963 (Gamba & Diz, 2021, p. 571), respetivamente –, deram voz às reivindicações das mulheres de todo o mundo (ibidem), ajudando-as a identificar e a questionar as frustrações, à época, inerentes à condição de ser mulher (Walters, 2005, p. 98). Esta segunda vaga trouxe, assim, reivindicações relacionadas com as origens da opressão da mulher, o seu papel no seio familiar, a liberdade sexual e os direitos reprodutivos e a reformulação da relação entre os espaços público e privado, imortalizada no slogan “o pessoal é político” (Gamba & Diz, 2021, p. 571). Este slogan, ainda que incerto na sua origem, foi popularizado, em 1970, por Carol Hanisch, que defendeu, no seu artigo inserido na publicação “*Notes from the Second Year: Women’s Liberation*”¹¹, que as experiências pessoais (e, em particular, as experiências das mulheres) estavam relacionadas diretamente com a sua presença no seio de um sistema organizado segundo relações de poder, dentro do qual ao poder detido pelos homens se contrapunha a opressão sofrida pelas mulheres (Kelly, 2022, para. 1). Pela importância que tem, até aos dias de hoje, enquanto “*leitmotiv*” do seu pensamento (Abellón, 2012, p. 60) e, também, das principais reivindicações das feministas da segunda vaga, importa-nos, ainda, atentar na frase que inicia o primeiro capítulo do volume II do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir: “*On ne naît pas femme, on devient femme*”¹². Ainda que, por um lado, – não raras vezes – a sua interpretação surja fora do contexto e, por outro, suscite críticas na literatura (Puente, 1998, p. 120), a ideia que entendemos ser fundamental para a compreensão desta frase enquanto principal lema da segunda vaga vem, precisamente, nas palavras que a sucedem: “Nenhum destino biológico, psíquico, económico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto (...)” (Beauvoir, 1949, p. 9).

Se na América Latina a segunda vaga começou a manifestar-se, de maneira geral, no início dos anos 80, com a transição democrática pós-regimes ditatoriais (Gamba & Diz, 2021, p. 573), na Colômbia, o início da década de 70 foi “*el punto de partida de un nuevo ciclo de movilizaciones*”¹³ (Sentiido, 2017, para. 38) e

La segunda ola del feminismo, tal como sucedió en otras partes del mundo, estaba compuesta en su mayoría por mujeres con educación superior que habían viajado

¹¹ Em português, “Notas do segundo ano: A Libertação das Mulheres”.

¹² Em português, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

¹³ Em português, “o ponto de partida para um novo ciclo de mobilizações”.

*a otros países y que buscaban un cambio profundo en sus vidas y en las de las mujeres pobres. Era el feminismo de la liberación.*¹⁴ (ibidem, para. 41).

De facto, no entender de Llanos & Rivera (2018, pp. 46), os dois fatores que contribuíram para revolucionar as relações de gênero na Colômbia na década de 70 foram, por um lado, os efeitos resultantes de quatro décadas de acesso contínuo ao ensino superior por parte das mulheres – que se traduziu no acesso a importantes cargos e, por sua vez, na efetiva transformação do papel que a mulher ocupava tradicionalmente na sociedade (Arias, 2011, citado por Llanos & Rivera, 2018, p. 46); e, por outro lado, o acesso massivo a métodos de controlo da natalidade, como fruto das políticas públicas orientadas para a saúde reprodutiva, que contribuíram para que a Colômbia se tornasse num dos países latinos mais desenvolvidos no que ao controlo da natalidade diz respeito. Pela primeira vez, as mulheres colombianas podiam articular a construção da sua carreira profissional com a manutenção de uma vida sexual, sem necessidade de prescindir de uma delas (Llanos & Rivera, 2018, p. 47).

Mais tarde, em meados dos anos 90, influenciada pelos pensamentos pós-colonial e pós-moderno, surge a terceira vaga, (Rampton, 2015, para. 10), como resposta à vaga antecessora, procurando incluir os diferentes desafios enfrentados por mulheres de diferentes etnias, classes e identidades de gênero (Alexander, 2020, para. 1). Contrastando com as feministas da segunda vaga, as feministas da terceira vaga posicionaram-se de forma menos rígida e crítica, abraçando as ideias de que os homens eram seus semelhantes – e já não o conceito de “anti-masculino” – e da feminilidade, através da expressão “*girl power*”¹⁵ (Snyder, 2008, p. 179), abandonando a associação de determinados elementos – como a maquilhagem e os saltos altos – com a opressão masculina (Rampton, 2015, para. 10).

Estando esta vaga associada às reivindicações das mulheres dos países periféricos – como sejam, as mulheres negras, indígenas e mestiças –, na América Latina deu lugar ao denominado “feminismo da diáspora”, dentro do qual se incluem os feminismos pós-colonial e do sul, preocupados com a inclusão das diversidades étnicas e de classe (Gamba & Diz, 2021, p. 579), através do questionamento do conceito de mulher unicamente entendida como “mulher branca, burguesa e heterossexual” (Lugones, 2015, citada por Gamba & Diz, 2021, p. 553).

Segundo Gómez (2017, para. 7), o início da terceira vaga na Colômbia prende-se com a promulgação da Constituição de 1991, cujo texto plasmou a igualdade entre homens e mulheres ao incluir reivindicações como a participação destas últimas na

¹⁴ Em português, “A segunda vaga do feminismo, tal como aconteceu noutras partes do mundo, era maioritariamente composta por mulheres com um elevado nível de educação que tinham viajado para outros países e que procuravam uma mudança profunda nas suas vidas e nas vidas das mulheres pobres. Era o feminismo de libertação.”

¹⁵ Em português, “poder feminino”.

administração pública, o direito ao planeamento familiar, o direito ao divórcio e a proteção das mulheres chefes de família (Ochoa, 2022, para. 9), conquistas que lhes permitiram, anos mais tarde, participar formalmente no processo de paz (Goméz, 2017, para. 8) de que resultou o Acordo de Paz de 2016¹⁶, contribuindo, como veremos nos capítulos que se seguem, para o elevado índice de participação feminina neste processo.

As duas principais críticas ao modelo que acabámos de apresentar prendem-se com a exclusão das lutas das mulheres não-brancas (Reger, 2017, p. 204) e com a acentuação das diferenças entre as sucessivas vagas, provocando dissensão entre gerações (ibidem, p. 208). Pese embora estas críticas, a terceira vaga tem sido entendida como “reparadora” da exclusão, pelas vagas antecessoras, de problemáticas como sejam as do racismo e da (falta de) inclusão dos restantes grupos marginalizados (ibidem, p. 209).

Ainda, neste modelo de vagas, está implícita a ideia de que o movimento feminista se encontra em constante evolução e progresso, na medida em que, cumprindo-se as pretensões almejadas por determinada vaga, estas darão lugar ao surgimento de novas vagas (ibidem, pp. 201-202). Esta ideia encontra, de resto, acolhimento, no que ao feminismo, do ponto de vista teórico, diz respeito, uma vez que é importante ter em conta que não se trata, nas palavras de Schrupp (2017, p. vi), de um “*fixed program*”¹⁷, mas antes de uma teoria que cresce, aprende e se adapta de acordo com as mudanças nas práticas relacionadas com o género (Stokes, 2015, p. 45), um importante instrumento para analisar as relações sociais (Schrupp, 2017, p. vi) e que definiremos mais tarde.

Assim, podemos entender que, de acordo com Sylvester (1994, p. 9), o feminismo concentra o seu estudo no género, mas também nas relações que este estabelece com os conceitos de classe, raça, idade e religião. Do decorrer dessas relações, surgem diferentes vozes feministas (ibidem) e, por sua vez, diferentes teorias. As teorias feministas, sendo construídas a partir das distintas experiências que as mulheres podem vivenciar (Tickner, 1992, p. 14), focam-se em pontos de vista muito diferentes, sendo, por isso, necessário interpretá-las à luz do contexto de onde surgem, não podendo ser catalogadas num conceito fechado (Schrupp, 2017, p. vi), mas antes ao longo de um espectro. Numa das extremidades desse espectro, encontraremos a ideia de que os homens e as mulheres são, na sua essência, diferentes e, na outra extremidade, a ideia

¹⁶ Assinado a 12 de novembro de 2016 pelo Governo da Colômbia e pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP), após quatro anos de negociações, o Acordo Final ditou o fim de mais de 50 anos de conflito armado interno (Jurisdicción Especial para la Paz, 2016, p. 1).

¹⁷ Em português, “programa fixo”.

de que todas as experiências desenvolvidas em sociedade, dentro das quais se inclui o género, são uma construção social e, portanto, maleável (Stokes, 2015, p. 45).

No entender de Tong (2019, citada por Tickner, 1992, p. 13), as teorias feministas contemporâneas podem ser categorizadas segundo a forma como identificam as causas da opressão das mulheres. No entanto, como vimos, pese embora a existência, dentro do feminismo, de diferentes correntes, todas elas partilham a ideia de que a desigualdade de género, ainda que percepcionada e entendida desde distintos pontos de vista, é uma realidade transversal a todas as práticas sociais (Stokes, 2015, p. 45).

1.1.1. A importância da definição dos conceitos de feminismo, patriarcado, interseccionalidade e género

Para a problemática que a presente dissertação analisa, entendemos ser necessário atentar nos conceitos teóricos mais relevantes, bem como na relação que entre estes se estabelece, com vista a potenciar a sua compreensão.

Num primeiro momento, é inevitável fazer uma referência ao sentido que o termo “feminismo” pode encerrar no âmbito das Relações Internacionais, uma vez que, não raras vezes, este é entendido como sendo a adoção de uma posição contra os homens, tendo a tendência sido a de evitar-se, por essa razão, o seu uso (Nordberg, 2015, para. 8). Nesta investigação, adotaremos a definição de feminismo proposta por Wallström (2015, citada por Nordberg, 2015, para. 9) enquanto oposição à subordinação sistemática e global das mulheres ou, por outras palavras, ao sistema patriarcal. Será, ainda, considerado o entendimento de Stokes (2015, p. 44), segundo o qual o feminismo tem como ponto de partida a observação da desigualdade entre homens e mulheres no decorrer da vida quotidiana.

Ora, estando o feminismo, como vimos, intrinsecamente relacionado com o sistema patriarcal, é, também, necessário esclarecer o significado do termo “patriarcado”. Ainda segundo Stokes (ibidem, p. 46), o patriarcado prende-se com a existência de uma estrutura social que privilegia os valores masculinos e os homens, em detrimento dos valores femininos e das mulheres, algo que, por sua vez, conduz à dominação dos primeiros face às segundas. Nesta linha, também Gamba & Diz (2021, p. 994) definem o patriarcado como sendo um conceito central para o feminismo, na medida em que se trata do sistema que organiza, para além da subordinação das mulheres e da sua desigualdade em relação aos homens pelo simples facto de serem mulheres, as instituições básicas da sua opressão, tais como a família e a maternidade (mas também, como vimos antes, os fatores da raça, da etnia, da classe, da idade, da religião e da identidade de género).

É, precisamente, partindo dos diferentes fatores que motivam a desigualdade que surge o conceito de interseccionalidade. Num primeiro momento, foi desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989, p. 140) para explicar a indissociabilidade entre os conceitos de género e de raça, com vista a “*no compartimentar las opresiones*”¹⁸ (Gamba & Diz, 2021, p. 507): debruçando-se sobre a visão tradicional da discriminação, Crenshaw (1989, p. 140) identificou como principal problema desta visão o facto de partir do pressuposto de que a discriminação em função da raça e em função do género respeitariam a diferentes – e, portanto, não sobrepostas – categorias de pessoas. Num segundo momento, voltou-se “para outras categorias de discriminação (em função de deficiências, de idade, etc.) [ressaltando] que a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos.” (Leal, 2021, p. 27). O reconhecimento da existência de grupos sobrepostos, motivados por distintos fatores de discriminação, vem, de resto, ao encontro da ideia defendida por Väyrynen et al. (2021, p. 3) de que, do ponto de vista epistemológico, o feminismo (e, por extensão, as teorias feministas) se compromete com a inclusão do conhecimento (isto é, das vivências) proveniente das margens, estando nestas margens “*women or other (gendered) people*”¹⁹.

Para que nos seja possível compreender, em particular, a expressão “pessoas de género”, urge atentar no conceito de género, também pela importância que este encerra nesta temática. Segundo Marhja (2014, p. 51), o género pode ser compreendido como uma lente ou perspetiva sobre os fenómenos sociais, que não se limita apenas ao conceito de sexo biológico, englobando, antes, a forma como a vida social é categorizada através de relações de poder, estas, por sua vez, influenciadas por binómios tais como “masculino/feminino” e “homem/mulher”. Para Scott (1986, citada por Tickner, 1992, p. 10) o género constitui, igualmente, uma forma de revelar as relações de poder, baseando-se a interpretação ocidental deste conceito – uma vez mais – em distinções binárias, tais como “público/privado”, “objetivo/subjetivo”, “eu/outro”, “razão/emoção” e “autonomia/dependência”, estando as primeiras palavras de cada par frequentemente associadas à masculinidade e as segundas à feminilidade. No entender da autora (ibidem) a opressão da mulher reside, precisamente, na perpetuação destas distinções enquanto hierarquia, sendo, por isso, necessária a remoção do seu carácter fixo e a sua interpretação à luz de diferentes contextos. Assim, entendemos que o género não respeita apenas à identidade individual, nem ao que a sociedade entende por homem e mulher, mas também às diferentes relações de poder (dentro de estruturas familiares, económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas),

¹⁸ Em português, “não compartimentar as opressões”.

¹⁹ Em português, “mulheres ou outras pessoas de género”.

onde o homem surge frequentemente associado às posições dominantes (Cohn et al., 2005, citados por Whitworth, 2013, p. 111). Estas duas realidades estão, contudo, estritamente relacionadas, na medida em que as características normalmente associadas à masculinidade legitimam o caráter “natural e justo” da governação masculina dentro das estruturas mencionadas supra (ibidem).

Perante o disposto, concordamos com Peterson (1992, citada por Wibben, 2009, p. 85) quando afirma que o género, enquanto lente, é socialmente imposto e interiorizado, moldando a forma com que os indivíduos interagem com o mundo. É, de resto, por esta razão que se revela necessário um duplo compromisso por parte das teorias feministas contemporâneas: “*In committing itself to gender as a category of analysis, contemporary feminism also commits itself to gender equality as a social goal.*”²⁰ (Scott, 1986, citada por Tickner, 1992, p. 10).

1.1.2. As teorias feministas no seio das Relações Internacionais

A política internacional é um “mundo de homens”²¹, pois que a maioria dos atores que atuam neste campo se identifica com o género masculino (Tickner, 1992, p. 7). Esta ideia é corroborada por Scheyer e Kumskova (2019, p. 59) que defendem que, ao nível dos estados, as relações se encontram organizadas hierarquicamente, e que, excepcionando algumas situações pontuais, as posições superiores nessa hierarquia são dominadas por princípios tradicionalmente masculinos (como sejam, a guerra, a segurança e o poder militar) e ocupadas por homens, sendo as experiências femininas permanentemente desconsideradas.

Quando no final da década de 80 do século XX (Manzano, 2015, p. 243) – mais concretamente, em 1988, com a celebração da conferência “*Women and International Relations*”²², na *London School of Economics and Political Science* (ibidem, p. 258) –, o feminismo começou a adentrar no seio das Relações Internacionais, a ideia de que o pensamento feminista podia contribuir para repensar, por exemplo, a segurança internacional foi recebida hostilmente (Whitworth, 2013, p. 107). Pese embora a associação “*seemingly obvious*”²³ (Tickner, 1992, p. 10) da política internacional com os princípios masculinos que enunciámos supra, as Relações Internacionais foram um dos últimos campos das Ciências Sociais a integrar uma análise de género e a acolher as

²⁰ Em português, “Ao comprometer-se com o género como uma categoria de análise, o feminismo contemporâneo também se compromete com a igualdade de género enquanto objetivo social”.

²¹ Referência à canção “*It’s a man’s man’s man’s world*”, composta por James Brown e Betty Jean Newsome.

²² Em português, “Mulheres e Relações Internacionais”.

²³ Em português, “aparentemente óbvia”.

teorias feministas (ibidem), algo que, de resto, pode ser confirmado se compararmos com a história destas teorias, presente na secção anterior.

Para Manzano (2015, pp. 246-247) é possível identificar um conjunto de fatores que contribuíram para a integração tardia das teorias feministas no seio das Relações Internacionais, como sejam, o isolamento desta disciplina de alguns dos desenvolvimentos levados a cabo noutros campos das Ciências Sociais, “*existen grandes áreas de la teoría de las ciencias sociales que no son reconocidas en las Relaciones Internacionales, siendo los estudios sobre mujeres una de ellas*”²⁴ (Halliday, 1988, citado por Manzano 2015, pp. 246-247); mas também a própria origem das Relações Internacionais enquanto disciplina científica, pois que,

*En el período de entreguerras, la búsqueda de medios adecuados para impedir la repetición de un conflicto armado como la Primera Guerra Mundial marcan su trayectoria inicial, determinando que las cuestiones de la alta política dominen la agenda académica durante décadas. A primera vista, poco espacio queda para el feminismo en este peligroso mundo de la alta política, un mundo de poder y conflicto, del que las mujeres han sido tradicionalmente excluidas*²⁵. (Manzano, 2015, p. 247).

Contudo, desde o final da Guerra Fria, têm surgido novos desafios ao paradigma realista, que trata as questões relativas à segurança internacional sob a ótica dos estados. Dentro destes desafios, que têm vindo a recolocar as questões no conceito de segurança humana²⁶, podemos encontrar o discurso focado nos direitos das mulheres e no reconhecimento da violência sexual no âmbito dos conflitos armados, não só enquanto uma questão de direitos humanos, mas também como uma preocupação de segurança internacional (Marhia, 2014, p. 57), tendo sido considerada, em 2008, pela Resolução 1820 do Conselho de Segurança da ONU, já não um efeito colateral dos conflitos, mas antes uma tática e arma de guerra (S.C. Res. 1820, p. 2).

Já dentro das Relações Internacionais, as teorias feministas têm tratado de denunciar os paradigmas clássicos da disciplina e, ainda que algumas correntes tenham procurado averiguar o papel das mulheres na política internacional, enquanto que outras enveredam pelo caminho da interseccionalidade (isto é, pela relação com as problemáticas da raça, da classe, da sexualidade, etc), a verdade é que a questão

²⁴ Em português, “existem grandes áreas da teoria das ciências sociais que não são reconhecidas nas Relações Internacionais, sendo os estudos das mulheres uma delas”.

²⁵ Em português, “No período entre guerras, a procura de meios adequados para evitar a recorrência de um conflito armado como a Primeira Guerra Mundial marca a sua trajetória inicial, determinando que as questões de alta política dominassem a agenda académica durante décadas. À primeira vista, existe pouco espaço para o feminismo neste perigoso mundo da alta política, um mundo de poder e conflito, do qual as mulheres têm sido tradicionalmente excluídas”.

²⁶ Segundo a definição proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a segurança humana é uma abordagem que redefine o conceito de segurança, concentrando-se na proteção do indivíduo em vez do Estado. Este conceito implica a análise e ação políticas centradas em mitigar ameaças à segurança das pessoas, ampliando as causas da insegurança para além das tradicionais, para incluir fatores como condições socioeconómicas, saúde, alimentação, meio ambiente e a segurança comunitária e pessoal. (Jolly & Basu Ray, 2006, p. 5).

central (e transversal para todas elas) prende-se em saber onde estão, afinal, as mulheres nas Relações Internacionais (Grecco, 2020, pp. 130-131).

Para responder a esta questão, têm surgido, dentro das teorias feministas, diferentes abordagens, pois que, nas palavras de Peterson & Runyan (1999, citadas por Whitworth, 2013, p. 109) “*Each feminist perspective draws our attention to different ways of thinking about gender, different ways of conceptualizing the gendered nature of international security and different ways of responding to the problems of global politics*”²⁷. A existência de diferentes abordagens não significa, contudo, que estas não se sobreponham à medida que evoluem e se adaptam, podendo, mesmo, incorporar-se (ibidem).

Pela importância que lhes atribuí a literatura como consequência das suas contribuições para as Relações Internacionais, em geral, e para as teorias feministas, em particular, destacaremos algumas subcorrentes, como sejam o feminismo liberal, o feminismo radical, o feminismo pós-moderno ou pós-positivista e o feminismo pós-colonial.

Segundo Grecco (2020, pp. 131-132), as feministas liberais foram a primeira abordagem teórica com a pretensão de incluir as mulheres nos estudos internacionais, partindo de estudos empíricos sobre as mulheres que desempenhavam funções políticas de liderança (a designada “alta política”). As feministas liberais procuram, assim, centrar-se no facto de, não só dentro dos governos nacionais, mas também no âmbito internacional, as mulheres estarem sub-representadas, formulando questões relativas à sua presença – por exemplo, nas forças armadas nacionais e em cargos relacionados com a segurança internacional – e averiguando o impacto, quer da sua presença, quer da sua ausência, bem como as razões que obstaculizam a sua participação (Whitworth, 2013, p. 109), maioritariamente de carácter jurídico (Grecco, 2020, p. 132). Para Sterling-Folker (2006, citada por Grecco, 2020, p. 132), como consequência imediata da participação efetiva das mulheres na política internacional podemos encontrar o fim da sua marginalização social, política e económica, razão pela qual as teóricas liberais procuram deixar clara, através de uma análise das Relações Internacionais segundo um itinerário cronológico, a presença remota das mulheres em cargos políticos – nacionais e internacionais – de liderança, servindo-se dos exemplos

²⁷ Em português, “Cada perspectiva feminista chama a nossa atenção para diferentes formas de pensar sobre o género, diferentes formas de conceptualizar a natureza de género da segurança internacional e diferentes formas de responder aos problemas da política global”.

de Cleópatra²⁸ e de Golda Meir²⁹, mas também de Margaret Thatcher³⁰ e de Corazón Aquino³¹ (Grecco, 2020, p. 132).

Se o feminismo liberal se caracteriza pelo seu caráter empírico, o feminismo radical, por sua vez, preocupa-se com a mudança epistemológica, isto é, "*las gafas con las que se miran los fenómenos internacionales*"³² (Grecco, 2020, p. 132), procurando atender menos na noção de igualdade (como seja, como vimos antes, a presença consolidada, tanto de mulheres como de homens, no âmbito internacional), centrando-se, antes, no conceito de diferença – "*Women and men are essentially quite different from one another (and essentially quite similar to one another)*"³³ (Whitworth, 2013, p. 109). Através da adoção de óculos/lentes feministas, as teóricas radicais denunciam a neutralidade que caracteriza transversalmente as ciências modernas e, contrariando a visão das feministas liberais, afirmam não ser suficiente a eliminação dos obstáculos legais para a participação das mulheres, sendo mesmo necessária uma mudança – radical – das estruturas patriarcais e masculinas, através da procura e inclusão de valores femininos nas Relações Internacionais (Grecco, 2020, p. 133). Assim, para as teóricas radicais, a presença das mulheres nas diferentes posições de liderança não é legitimada por questões relacionadas com a igualdade de direitos, tal como defende o feminismo liberal, mas antes porque – como resultado biológico ou da própria socialização – as mulheres brindam a política com um ponto de vista diferente, maioritariamente relacionado com as ideias de cooperação e de paz, uma vez que, de um modo geral e enquanto grupo, tendem a ser menos agressivas e menos competitivas que os homens (Whitworth, 2013, pp. 109-110). É na linha desta ideia que Ruddick (1980, citada por Grecco, 2020, p. 133) afirma que o conceito de "cuidado" – apreendido pelas mulheres na sua socialização – ao ser transferido para o âmbito da sociedade internacional, muito poderia contribuir para a convivência pacífica entre os povos.

Por sua vez, o feminismo pós-moderno ou pós-positivista afasta-se do feminismo liberal e do feminismo radical (que se centram na dicotomia homem/mulher) ao procurar revelar as estruturas de poder que colocam nas margens as vozes das mulheres, mas também o género e o feminino (Manzano, 2015, p. 261). As teóricas pós-modernas têm como objetivo desconstruir a ideia de um conceito universal de "mulher" (e, também, de "homem"), rejeitando a ideia radical de que existe apenas um único ponto de vista feminino, ao afirmarem que "*existen tantos puntos de vista como mujeres hay*"³⁴ (Light

²⁸ Última rainha do Reino Ptolemaico do Egito (51-30 a.C.).

²⁹ Primeira-Ministra de Israel (1969-1974).

³⁰ Primeira-Ministra do Reino Unido (1979-1990).

³¹ Presidente da República das Filipinas (1986-1992).

³² Em português, "os óculos com os quais se vêem os fenómenos internacionais".

³³ Em português, "As mulheres e os homens são essencialmente muito diferentes uns dos outros (e essencialmente muito semelhantes uns aos outros)".

³⁴ Em português, "existem tantos pontos de vista como mulheres".

y Halliday, 1994, citadas por Grecco, 2020, p. 135). Com esta afirmação, o feminismo pós-moderno pretende, mais do que procurar verdades universais, celebrar a alteridade: ainda que a mulher continue a identificar-se com a voz marginal do “outro”, desde as margens tem a possibilidade de criticar as normas, os valores e as práticas patriarcais impostas às figuras que se encontram na periferia, consubstanciando a ideia de que, mesmo estando conectada com as ideias de opressão e de inferioridade, a alteridade “*es una manera de ser, pensar y hablar que tiene en cuenta la apertura, la pluralidad, la diversidad, y la diferencia*”³⁵ (Tong, 1998, citada por Manzano, 2015, p. 263). Entendemos, pois, que o pensamento pós-moderno, no que às teorias feministas diz respeito, prima pela análise da multiplicidade de experiências e identidades de homens e mulheres, valorizando a diversidade e acolhendo a perspectiva do “outro”, com vista a não incorrer nos perigos de um discurso universalizante (Grecco, 2020, p. 135) e de uma “história única” (Adichie, 2019, citada por Grecco, 2020, p. 135).

No entender de Whitworth (2013, p. 111), dentro do feminismo pós-positivista podemos, ainda, encontrar o denominado feminismo pós-colonial, associado à corrente iniciada em 1947, aquando da Independência da Índia, vinculada aos movimentos nacionalistas dos países do Terceiro Mundo e à crítica da identificação do binómio opressor/oprimido com o binómio metrópole/colónia, respetivamente (Grecco, 2020, p. 136). Desta feita, para as feministas pós-coloniais, o imperialismo constitui-se como um dos processos-chave através do qual se estabelecem as identidades modernas e, ainda que muitas feministas reconheçam a interdependência dos conceitos de raça, classe e género, no seio das Relações Internacionais existe, tão-só, uma voz feminista do Primeiro Mundo que não confere importância suficiente às rasuras da raça e da representação (Whitworth, 2013, p. 111). Assim, o ponto de partida desta perspectiva prende-se com o questionamento da profunda desigualdade sistémica à escala global e dos tipos de poder que a perpetuam, consubstanciados na dominação dos povos colonizados (Manzano, 2015, p. 265), sendo, no entender das feministas pós-coloniais, as mulheres das ex-colónias as principais vítimas de opressão (Grecco, 2020, p. 136).

Perante o disposto, entendemos que, neste novo contexto – isto é, pós-Guerra Fria e, também, de surgimento de múltiplas abordagens feministas no seio das Relações Internacionais – a hostilidade inicial com que foram recebidas as teorias feministas deixa de verificar-se, ao mesmo tempo que as preocupações com o género vão sendo integradas (e verdadeiramente consideradas) na agenda internacional, que tem na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU – e na Agenda Mulheres, Paz e Segurança –, como veremos no capítulo que se segue, o seu maior exemplo.

³⁵ Em português, “é uma forma de ser, pensar e falar que tem em conta a abertura, a pluralidade, a diversidade e a diferença”.

Se bem que, no entender de Björkdahl & Selimovic (2016, p. 188), a Resolução 1325 emerge como uma manifestação da visão liberal da construção da paz, e pese a atenção que será dedicada, mais adiante, a esta Resolução, reconhecemos, no caso concreto dos processos de paz, como aspeto central, a multiplicidade de experiências e de identidades, razão pela qual, ao longo desta dissertação, aproximar-nos-emos da perspectiva feminista pós-positivista.

1.2. Os estudos da paz

Tratando, pois, a presente investigação da participação das mulheres nos processos de paz, somos, inevitavelmente, remetidos para a disciplina dos estudos da paz, que tem Johan Galtung como o seu principal precursor.

Até à década de 70 do século XX, a paz era, de um modo geral, entendida como a ausência de guerra (Dingli, 2021, p. 476). Contudo, é necessário recuar até à Grécia e Roma Antigas para encontrar a origem do conceito. Mais concretamente, para os gregos, a palavra “*irene*” era empregada como referência a um estado de harmonia e de absoluta tranquilidade, ao passo que, em Roma, “*pax*” respeitava às situações, no âmbito das relações interpessoais, onde se conservava e se respeitava a ordem legal (Caicedo et al., 2016, p. 89).

Ainda que o conceito de paz tenha as suas raízes nas civilizações clássicas, a aceção que hoje conhecemos é relativamente recente, pois, tal como afirma Maine (s.d., citado por Howard, 2001, p. 1), “*war appears to be as old as mankind, but peace is a modern invention*”³⁶. O entendimento da paz como “não guerra” tem um acolhimento generalizado na sociedade (Caicedo et al., 2016, p. 89), encontrando-se a sua etimologia, no que à língua portuguesa diz respeito, na palavra “*pax*”, cujo primeiro significado apresentado é, precisamente, “ausência de guerra” (Porto Editora, 2021). Pese o disposto, após a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir, na academia, diversos estudos sobre a guerra e paz (Caicedo et al., 2016, p. 89), de entre os quais destacaremos, pela importância que os seus conceitos acrescentam à presente investigação, os de Johan Galtung.

Com a publicação, em 1969, de “*Violence, Peace and Peace Research*”³⁷, Galtung propôs uma nova formulação dos conceitos de paz e de violência, integrando nestes diferentes níveis de estruturas sociais e de interações. Assim, ao alargar o significado tradicional de paz (isto é, a ausência de violência física) para a ausência de violência estrutural (Burguières, 1990, p. 10), chamou a atenção para o facto de a dor e o sofrimento serem, também, uma consequência da existência de estruturas sociais

³⁶ Em português, “a guerra parece ser tão antiga como a humanidade, mas a paz é uma invenção moderna”.

³⁷ Em português, “Violência, Paz e Investigação para a Paz”.

injustas (Pearce, 2007, p.16). Ao introduzir o conceito de violência estrutural (ou indireta), Galtung (1969, p. 170) distinguiu-o da violência pessoal (ou direta), segundo a existência ou não de um sujeito, isto é, de uma pessoa que leva a cabo a ação violenta: a violência estrutural, seria, assim, uma manifestação de poder desigual e, conseqüentemente, de oportunidades de vida desiguais (ibidem p. 171), respeitando, já não a um tipo de violência que ocorre, por exemplo, pelo uso de armas, mas antes a uma violência levada a cabo pela própria organização da sociedade (Wallensteen, 2011, p. 16) traduzida na injustiça social (Galtung, 1969, p. 171). A ausência de violência estrutural representaria, deste modo, um novo conceito de paz – a paz positiva – uma vez que, “*an extended concept of violence leads to an extended concept of peace*”³⁸ (Galtung, 1969, p. 183). Como justificação do emprego do adjetivo “positiva” neste novo conceito, Galtung (ibidem) explica-nos que a ausência da violência estrutural equivale à justiça social (isto é, a distribuição igualitária, quer do poder, quer dos recursos), uma condição definida positivamente. Por sua vez, a paz negativa faz referência à ausência de violência pessoal, situação que, segundo o autor (ibidem), não conduz a essa tal condição definida positivamente. Desta distinção, entendemos que, para Galtung, a paz deixa de identificar-se com a visão tradicional da “ausência de guerra”, passando a abarcar em si questões mais profundas, relacionadas com as estruturas sociais, e que não se resumem, segundo Confortini (2006, p. 336), apenas aos recursos materiais ou económicos, mas também aos imateriais, tais como a educação e os cuidados de saúde.

Anos mais tarde, em 1990, no artigo publicado no *Journal of Peace Research*³⁹, intitulado de “*Cultural Violence*”⁴⁰, Galtung (1990, p. 291) introduziu os conceitos inovadores de violência cultural, definida como “*those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence – exemplified by religion and ideology, language and art, empirical science and formal science (logic, mathematics) – that can be used to justify or legitimize direct or structural violence*”⁴¹; e de paz cultural, “*aspects of a culture that serve to justify and legitimize direct peace and structural peace. If many and diverse aspects of that kind are found in a culture, we can refer to it as a 'peace culture'*”⁴² (ibidem).

Por sua vez, uma cultura de violência seria, assim, marcada pela visão dualista de um conflito entre o bem e o mal, motivada por algumas interpretações religiosas ou

³⁸ Em português, “um conceito extenso de violência conduz a um conceito extenso de paz”.

³⁹ Em português, “Revista de Investigação sobre a Paz”.

⁴⁰ Em português, “Violência Cultural”.

⁴¹ Em português, “aqueles aspetos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – tais como a religião, a ideologia, a linguagem e a arte, o conhecimento empírico e a ciência – que podem ser usados para legitimar ou justificar a violência direta ou a violência estrutural”.

⁴² Em português, “aspetos de uma cultura que servem para justificar e legitimar a paz direta e a paz estrutural. Se muitos e diversos aspetos desse tipo forem encontrados numa cultura, podemos referir-nos a ela como uma “cultura de paz”.

ideológicas (como o nacionalismo, o sexismo⁴³ e o racismo) que justificariam a resolução violenta dos conflitos pelo seu caráter inevitável (Confortini, 2006, p. 339).

Neste sentido, pela relação que o sexismo estabelece com o patriarcado, importa ainda mencionar a definição proposta por Galtung (1996, p. 40) para este último, entendido como a institucionalização da dominação masculina nas diferentes estruturas, legitimada pela cultura, e que emerge através da violência pessoal, combinando, desta forma, a violência pessoal, cultural e estrutural contra as mulheres num “*vicious triangle*” (ibidem).

No capítulo que intitula como “*What can we do about it?*”, Galtung (ibidem, pp. 45-46) tece algumas considerações sobre os possíveis caminhos a seguir para a eliminação das diferentes manifestações de violência, em geral, e do patriarcado, em particular. Estes caminhos, enunciados como “*stage for participation, solidarity, cooperation*”⁴⁴ (ibidem) estão relacionados, por sua vez, com um outro conceito desenvolvido nos estudos da paz: o conceito de *peacebuilding*⁴⁵, isto é, o conjunto de “*policies, programs, and associated efforts to restore stability and the effectiveness of social, political, and economic institutions and structures*”⁴⁶ (Miller, 2005, p. 56), com vista a reduzir o risco de conflito, de forma a reforçar as capacidades nacionais em todos os níveis da gestão de conflitos e de lançar as bases para a construção de uma paz sustentável, isto é, um conceito de paz mais abrangente, orientando para a prevenção de conflitos através da abordagem às suas causas subjacentes (UN Peacebuilding Support Office, 2017, p. 1). Pese embora esta definição, a concepção de construção de paz proposta por Galtung vai muito para além dela, na medida em que este autor inclui a participação das pessoas (e não apenas das organizações internacionais) ao longo do processo e em diferentes níveis: “*at the micro level of the inner person and the family (where there is always much to do); at the meso level, that of society; and at the macro level of inter-societal, even inter-regional conflict*”⁴⁷ (Galtung, 1996, p. vii).

Brindando-nos com uma visão holística dos conceitos de paz e de violência, Galtung (ibidem) destaca a importância da violência entre estados, mas, sobretudo, enfatiza a relevância das violências “intergénero” e entre gerações. Daqui, podemos entender que a sua teoria estabelece um quadro conceptual cujas considerações relacionadas com a violência (não só pessoal, mas, principalmente, – para a temática desta dissertação – estrutural e cultural) contra as mulheres poderão ser úteis para as

⁴³ “Teoria que defende a superioridade de um sexo, geralmente o sexo masculino, sobre o outro” (Priberam, s.d., para. 1).

⁴⁴ Em português, “etapas para a participação, solidariedade e cooperação”.

⁴⁵ Em português, “construção da paz”.

⁴⁶ Em português, “políticas, programas e esforços associados para restaurar a estabilidade e a eficácia das instituições e estruturas sociais, políticas e económicas”.

⁴⁷ Em português, “no nível micro, da pessoa e da família (onde há sempre muito a fazer); no nível meso da sociedade; e no nível macro, do conflito intersocial e, até, inter-regional”.

teóricas feministas, uma vez que, para além de as identificar, Galtung tece, ainda, uma crítica a estas estruturas desiguais (Confortini, 2006, p. 356).

Nesta aproximação da abordagem de Galtung com as teorias feministas, concordamos com Enloe (1987, p. 538) quando, ao integrar na definição de paz a ausência da pobreza e das condições que a perpetuam, alerta para a “feminização da pobreza”⁴⁸ nos períodos que antecedem, medeiam e sucedem o conflito. Por esta razão, uma paz justa em termos de género exigiria, não só a ausência de conflitos armados, mas também a ausência de pobreza e das condições estruturais a ela associadas (ibidem).

Pelo disposto, entendemos que as teorias feministas, ao abordarem as questões relativas à desigual distribuição do poder (e dos recursos) em face do género, contribuem para a tese de Galtung, uma vez que se revelam essenciais para a compreensão da violência como um processo através do qual as relações sociais de poder são construídas, legitimadas, reproduzidas (Confortini, 2006, p. 356) e, eventualmente, desconstruídas.

Seguindo a desconstrução, não só das relações sociais, mas também das restantes causas que, como veremos mais adiante, perpetuam os conflitos, ao longo da presente dissertação abordaremos a construção de paz de acordo com o já mencionado conceito de paz sustentável, um conceito que, de resto, consideramos estar alinhado com a definição de paz positiva proposta por Galtung.

⁴⁸ Conceptualizada pela primeira vez em 1978 pela socióloga Diana Pearce, a expressão refere-se à tendência para que o peso da pobreza seja cada vez mais suportado pelas mulheres (Pearce, 1989, p. 3).

CAPÍTULO II – AS MULHERES, A CONSTRUÇÃO DA PAZ E O MUNDO. “SE FECHAREM A PORTA, ENTRAS PELA JANELA”⁴⁹

Como vimos no capítulo anterior, o género, enquanto construção social que categoriza as relações de poder nas dicotomias “masculino/feminino” e “homem/mulher”, atribui aos homens e às mulheres, seguindo uma hierarquia, diferentes papéis e comportamentos sociais dos quais resultam situações de desigualdade (Scott, 1986, citada por Tickner, 1992, p. 10). No caso concreto dos processos de paz, a atribuição de importância aos diferentes papéis que as mulheres podem desempenhar revela-se imperativo, pois que, ampliando-se o leque de perspectivas – isto é, integrando as diferentes necessidades das mulheres no âmbito da segurança e as suas prioridades na construção da paz (O’Reilly et al., 2015, p. 1) –, poderá alcançar-se uma paz mais sustentável, até porque *“More inclusive processes can contribute to more comprehensive agreements that better integrate and reflect the concerns of the broader society. This, in turn, will strengthen the sustainability of the agreements.”*⁵⁰ (Greminger, 2019, p. iv).

Ainda que a participação das mulheres nos processos de paz seja um tema com presença antiga na literatura, a maioria dos autores tem-se centrado apenas na exclusão das mulheres destes processos e/ou na sua vitimização (Adjei, 2019, p. 135). Contudo, a aprovação, a 31 de outubro de 2000, da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU apresentou um novo discurso no que ao binómio “mulheres e paz” diz respeito, visto que, pela primeira vez, foram oficialmente reconhecidas as contribuições das mulheres para a manutenção da paz e da segurança globais (Kuonqui & Cueva-Beteta, 2012, p.1).

A par da Resolução 1325, foram aprovadas, até 2019, outras 9 resoluções que vieram reforçar, quer a necessidade de proteção das mulheres durante e após os conflitos, quer a resposta às suas necessidades durante a construção da paz (Kuonqui & Cueva-Beteta, 2012, p.1). Juntas, estas resoluções compõem a designada Agenda Mulheres, Paz e Segurança, um conjunto de políticas que reconhece o papel determinante das mulheres para alcançar a paz e a segurança internacionais (United States Institute of Peace, s.d., para. 1), podendo ser divididas em dois grupos, de acordo com os temas a que fazem referência: se, por um lado, as resoluções 1325 (2000), 1889 (2009), 2122 (2013), 2242 (2015) e 2493 (2019) versam sobre a necessidade de uma

⁴⁹ Na versão original, em língua inglesa: *“If they close the door, you come in through the window”* (ONU Mulheres, 2021, p. 7).

⁵⁰ Em português, “Processos mais inclusivos podem contribuir para acordos mais abrangentes que integrem e reflitam melhor as preocupações da sociedade em geral. Este facto, por sua vez, reforçará a sustentabilidade dos acordos.”.

participação ativa das mulheres (isto é, uma “liderança feminina”) na promoção da paz e na prevenção de conflitos; por outro, as resoluções 1820 (2008), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2467 (2019) tratam a prevenção e resposta à violência sexual relacionada aos conflitos (ONU Mulheres, 2022).

No capítulo que aqui introduzimos, atentaremos, particularmente, pelo seu caráter pioneiro, na Resolução 1325, *ex-libris* da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Assim, sabendo que os efeitos práticos da Resolução 1325 não colhem, como veremos mais adiante, unanimidade na literatura, mas certos de que a participação das mulheres nos processos de paz muito pode contribuir para a obtenção de resultados positivos antes, durante e após o conflito (Ahmad & Tank, 2020, p.1), deste capítulo constará uma análise aos antecedentes da Resolução 1325 e àquele que a literatura mais relevante considera ser o seu legado. Num segundo momento, atentaremos, em concreto, nos múltiplos papéis que, como resultado das suas vivências singulares, as mulheres têm assumido no contexto da construção da paz no plano internacional. Desta forma, o capítulo partirá do geral, através da análise da literatura sobre a Resolução 1325, para o particular, com a exposição dos diferentes exemplos de participação das mulheres nos processos de construção de paz em diferentes geografias.

A frase que constitui o subtítulo do capítulo que aqui se apresenta é um ditado popular, originário do Médio Oriente, que foi repetido pelas participantes da Conferência “*Women’s Meaningful Participation in Peace Processes: Modalities and Strategies Across Tracks*”⁵¹, organizada pela ONU Mulheres no ano de 2018, em Genebra (ONU Mulheres, 2021, p. 1):

Many participants urged that women need to create the space for their participation when broader political will to do so is lacking. A common theme that emerged was the need to push for inclusion predicated on the fact that women will rarely be given or offered opportunities to participate without advocating for their own representation. A popular saying that was repeated by Middle Eastern participants from Iraq and Syria was: “If they close the door, you come in through the window”.⁵² (ibidem, p. 7).

⁵¹ Em português, “A Participação Significativa das Mulheres nos Processos de Paz: Modalidades e Estratégias em Todas as Vertentes”.

⁵² Em português, “Muitos participantes insistiram que as mulheres precisam de criar o espaço para a sua participação, quando falta uma vontade política mais alargada para o fazer. Um tema comum que emergiu foi a necessidade de promover a inclusão, com base no facto de que raramente serão dadas ou oferecidas oportunidades de participação às mulheres sem que estas defendam a sua própria representação. Um ditado popular que foi repetido pelos participantes do Médio Oriente, provenientes do Iraque e da Síria, foi: “Se fecharem a porta, entras pela janela”.

2.1. A aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança no plano internacional

A Resolução 1325, resultado do esforço conjunto do Conselho de Segurança da ONU – à data, para além dos 5 membros permanentes, composto pela Argentina, Bangladesh, Canadá, Jamaica, Malásia, Mali, Namíbia, Países Baixos, Tunísia e Ucrânia (United Nations Digital Library, s.d.) – e das organizações da sociedade civil (Solanas, 2015, p. 1), foi aprovada na sessão nº 4213 do Conselho de Segurança da ONU, realizada a 31 de outubro de 2000 (C.S. Res. 1325, 2000, p. 1). Esta Resolução – que tem como pilares a Participação (das mulheres em todos os níveis de decisão), a Proteção (de mulheres e meninas da violência baseada no género e da violência sexual), a Prevenção (da violência contra as mulheres) e [as medidas de] Alívio e Recuperação (para enfrentar crises internacionais através de uma perspectiva de género, isto é, tendo em conta as necessidades das mulheres e meninas) (UNOAU, s.d.; United States Institute of Peace, s.d., para. 9-12) – foi pioneira no reconhecimento internacional do papel decisivo das mulheres na construção da paz, mais concretamente, na prevenção e resolução de conflitos, nas negociações de paz, na manutenção da paz, na resposta humanitária e na reconstrução pós-conflito (OSAGI, s.d., para. 1) e na denúncia da maneira desproporcional pela qual as mulheres e meninas são afetadas pelos conflitos violentos (United States Institute of Peace, s.d., para. 3), pois que, independentemente de serem agressoras, vítimas ou construtoras da paz, as suas diferentes experiências no âmbito do conflito requerem respostas, também elas, diferentes (Zakharova, 2012, p. 2).

Pese a sua aprovação em outubro de 2000, os antecedentes da Resolução 1325 remontam a 1975, ano em que se celebrou, na Cidade do México, a I Conferência Mundial da Mulher sobre “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, onde se debateu “a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social” (Conferências Mundiais da Mulher, s.d., para. 9) e da qual resultou a Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e a sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz (World Conference of the International Women's Year, 1975, p. 2).

No artigo que dedica à integração da perspectiva de género – entendida como “o processo de avaliação das implicações para as mulheres e para os homens de qualquer ação planeada, incluindo a legislação, as políticas ou programas em qualquer área e a todos os níveis [...] para que mulheres e homens tenham benefícios iguais e a desigualdade não seja perpetuada.” (European Institute for Gender Equality, s.d., para. 3) – no direito internacional humanitário, Barrow (2010, p. 228) considera que, a par da Declaração do México, também a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim

(resultantes da IV Conferência Mundial da Mulher), de 1995, contribuíram para a consolidação da integração desta perspectiva, colocando em relevo a experiência das mulheres no seio dos conflitos armados enquanto uma das doze áreas de especial preocupação (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, s.d., para. 4), tal e como disposto no corpo do texto:

18. A instauração da paz, nos níveis local, nacional, regional e global, é realizável e está indissolúvelmente ligada ao avanço das mulheres, que representam uma força essencial para liderança, solução de conflitos e promoção de uma paz duradoura em todos os níveis;

19. É essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de género, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis, que poderão fomentar o empoderamento e o avanço das mulheres; (UNFPA Brazil, 1995, p. 152).

No período que medeia entre a I (1975) e a IV (1995) Conferências Mundiais da Mulher, decorreram a II Conferência (1980), sobre “Educação, Emprego e Saúde” e a III Conferência (1985), sobre “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000” (Conferências Mundiais da Mulher, s.d.), contudo, pese embora o importante contributo destas Conferências para a construção do caminho da igualdade de género, não iremos sobre elas discorrer na presente dissertação, por se afastarem do tema central aqui abordado.

Assim, apresentados os antecedentes da Resolução 1325, importa atentar naquele que a literatura mais relevante considera ser o seu legado – mas também as suas debilidades e potencialidades.

Cabrera-Balleza (2020, pp. 80-81) considera que a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança permanece lenta. No seu artigo “*Taking stock of the second decade of Resolution 1325: some progress, but...*”⁵³, a autora (ibidem, p. 84) destaca a importância da adoção de Planos Nacionais de Ação – “considerados internacionalmente como o mecanismo mais eficaz para traduzir os objetivos e preocupações da Resolução 1325 para a realidade” (CIG, 2020) –, propondo a substituição da abordagem militarizada da segurança por uma abordagem de segurança humana, baseada na prevenção e orientada para a comunidade (Cabrera-Balleza, 2020, p. 85). Ao evidenciar a falta de investimento como um dos principais obstáculos à implementação dos Planos Nacionais de Ação, contrastando-a com o aumento das despesas militares, Cabrera-Balleza (ibidem) aproxima-se do policy brief “*Twentieth anniversary of UN Security Council Resolution 1325: financing gender equality and*

⁵³ Em português, “Fazendo o balanço da segunda década da Resolução 1325: alguns progressos, mas...”.

*women's empowerment in fragile contexts*⁵⁴ (OECD, 2020, p. 1) que, por sua vez, faz referência ao relatório da ONU Mulheres “*Gender equality: Women's rights in review 25 years after Beijing*”⁵⁵, emitido a propósito dos 25 anos da Plataforma de Ação de Pequim, e que denuncia não só a existência de uma agenda de paz e segurança cada vez mais militarizada, como também o aumento – para o dobro, em 25 anos – das despesas militares globais (ibidem, p. 2).

Centrando-se, também, na importância dos Planos Nacionais de Ação, K.C. & Whetstone (2022, p. 4) destacam alguns desafios enfrentados por estes Planos e que dificultam a concretização prática da Resolução 1325, como sejam a sua criação ao nível estatal, traduzida numa implementação *top-down*⁵⁶; a falta de um orçamento para a sua implementação; a falta de avaliação e de supervisão regular com vista a aferir a sua eficácia e o facto de, na maioria dos Planos Nacionais de Ação, a tendência ser a de aumentar a representação das mulheres nas forças militares, sem ter em consideração a falta de uma paz positiva e de segurança humana.

Golan (2020, p. 51), por sua vez, tece uma reflexão sobre a Resolução 1325 centrada nos princípios que a norteiam: o princípio da igualdade (que defende que as mulheres, sendo uma grande parte da sociedade, têm naturalmente direito a participar no processo de tomada de decisões); o princípio de que as mulheres são as principais vítimas dos conflitos e, como tal, devem influenciar as decisões que as possam afetar; e o princípio de que as mulheres “*bring something unique to the table*”⁵⁷ (ibidem). Segundo este autor (ibidem), os dois primeiros princípios não são, para a sociedade moderna, questionáveis. Contudo, o terceiro parece dar a entender que as mulheres gozam de uma biologia que as faz serem, quando comparadas com os homens, mais “*peace-loving*”⁵⁸ (ibidem, p. 52) que estes, algo que Golan (ibidem) refuta: “*In my opinion this is the major flaw in Resolution 1325. There are undoubtedly some women who might bring a more moderate attitude or a greater desire for peace than many men, but not all.*”⁵⁹ (p. 52). Com esta afirmação, o autor (ibidem, p.53) explica-nos que, mais do que influenciada pelo género, esta questão prende-se com a posição adotada, pois que, “*Feminist ideology when advocated by feminist men [...] led to greater interest in women's rights and issues of particular importance to women.*”⁶⁰, como sejam a resolução de conflitos e a construção da paz. Ainda na mesma linha de pensamento,

⁵⁴ Em português, “Vigésimo aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU: financiamento da igualdade de género e do empoderamento das mulheres em contextos frágeis”.

⁵⁵ Em português, “Igualdade de género: os direitos das mulheres em revisão 25 anos depois de Pequim”.

⁵⁶ Em português, “de cima para baixo”.

⁵⁷ Em português, “trazem algo único para a mesa”.

⁵⁸ Em português, “amantes da paz”.

⁵⁹ Em português, “Na minha opinião, esta é a maior falha da Resolução 1325. Há, sem dúvida, algumas mulheres que podem trazer uma atitude mais moderada ou um maior desejo de paz do que muitos homens, mas não todas.”.

⁶⁰ Em português, “A ideologia feminista quando defendida por homens feministas [...] conduziu a um maior interesse pelos direitos das mulheres e por questões de particular importância para as mulheres”.

questionando o terceiro princípio mencionado supra, Golan (ibidem, p. 54) defende que, para a causa da paz, é, pois, importante saber que mulheres são “chamadas” para a mesa, visto que uma mulher feminista – e, também, como vimos antes, um homem feminista – servirá este propósito melhor do que uma mulher não feminista. Neste sentido, o autor (ibidem) brinda-nos com a conclusão de que, pese embora as suas disposições teóricas, faltam, na prática, ferramentas para aplicar a Resolução 1325, ferramentas estas que devem estar alinhadas com a aplicabilidade real dos princípios em que se baseia.

Por sua vez, Hutchinson (2018, p. 6) destaca o carácter revolucionário, à época, da Resolução 1325 e a capacidade de, nos dias de hoje, permitir derrubar os obstáculos para a participação das mulheres nas decisões relacionadas com os conflitos e com a paz. Para este autor (ibidem) a importância da Resolução 1325 reside na sua força política, pois, sendo certo que a sua concretização prática requer um maior empenho, é um instrumento político que, para além de ter alterado a conceptualização da segurança – ao colocar a mulher num lugar de destaque (isto é, enquanto sujeito político), no que aos esforços para acabar com os conflitos diz respeito (Cohn, 2004, citada por Pratt, 2013, p. 773) – reformulou, também, a questão dos direitos da mulher neste âmbito.

Também Coomaraswamy (2015, p. 28) atribui um carácter revolucionário à Resolução 1325, conferido pelo reconhecimento de que a paz está intrinsecamente ligada à igualdade de género e de que só com a plena inclusão das mulheres pode conseguir-se a sua sustentabilidade. Para Coomaraswamy (ibidem), o grande sucesso da Resolução reside no esforço conjunto levado a cabo, quer pelos membros da ONU, quer pelas suas agências, quer pela sociedade civil nas suas dimensões internacional, regional e nacional, para consciencializar sobre o quadro normativo em que se situam os diferentes desafios que as mulheres encaram no seio dos conflitos.

Já no entender de Tripp (2020, p. 2) – com a qual concordamos – “*women still do not have a seat at the table*”⁶¹: ainda que após a adoção da Resolução 1325 a presença formal das mulheres nos processos de paz tenha aumentado, em 2019 estas representavam apenas 4,7% do pessoal militar nas missões de manutenção da paz da ONU e, entre 1990 e 2014, foram signatárias de apenas 13 dos 130 acordos de paz assinados (ibidem). Ainda segundo Tripp (ibidem), citando dados do *think tank Council on Foreign Relations*⁶², entre os anos 1992 e 2018, as mulheres representaram apenas 13% do total de negociadores, 3% dos mediadores e 4% dos signatários dos processos de paz.

⁶¹ Em português, “as mulheres ainda não têm um lugar na mesa”.

⁶² Em português, “Conselho de Relações Externas”.

Para a escassa participação das mulheres nos processos de paz, Ariño (2010, p. 33) propõe um leque de fatores que podem justificar os seus números, tais como o acesso (ainda) restrito das mulheres às posições de tomada de decisão (ibidem, p. 34); a masculinização da mediação, devido, por um lado, à falta de vontade política para a integração das mulheres e, por outro, à ideia de que a participação das mulheres neste campo condiciona a agenda, desviando-a para os “assuntos de mulher” (ibidem, pp.33-34); a dificuldade, por parte das mulheres, de se integrarem no espaços informais da negociação, fundamentais para a construção da confiança mútua⁶³; e, por último, o desinteresse, por parte dos líderes dos grupos armados e dos governos de incluir (e, também, de priorizar) as questões de género nas agendas das negociações (ibidem, p. 35).

Em concreto, a Resolução 1325, embora não criando nenhum direito substantivo enquanto tal, faz referência às obrigações existentes ao abrigo das Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais de 1977, da Convenção para os Refugiados de 1951 e seu respetivo Protocolo de 1967, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) de 1979 e respetivo Protocolo Facultativo de 1999, da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e os dois Protocolos Opcionais de 2000 e das disposições relevantes do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional⁶⁴. Contudo, no que aos direitos das mulheres diz respeito, do ponto de vista prático, os efeitos da Resolução 1325 ficaram aquém das expectativas iniciais, pois que, entre 1990 e 2019, apenas um quinto dos acordos de paz ao nível mundial incluía disposições relativas a estes direitos (Tripp, 2020, p. 3).

De igual forma, a aplicação prática da Agenda Mulheres, Paz e Segurança foi sendo oficializada à medida que os diferentes países foram adotando Planos Nacionais de Ação, no entanto, pese embora a adoção, até maio de 2020, destes Planos por cerca de 43% dos estados-membros da ONU, apenas 34% destes dispõem de um orçamento especialmente dirigido à sua implementação.

Estes dados confirmam, de resto, as posições de Cabrera-Balleza (2020, p. 85) e de K.C. & Whetstone (2022, p. 4), sobre as quais nos debruçámos anteriormente, permitindo-nos considerar a falta de investimento com um dos mais influentes – se não o mais influente – dos aspetos que obstaculizam a implementação dos Planos Nacionais de Ação e, por extensão, da Agenda Mulheres Paz e Segurança, que tem na Resolução 1325 o seu maior expoente.

⁶³ A construção da confiança mútua através das ligações interpessoais, geradas em atividades sociais, revelou ser tão importante quanto a construída nos espaços formais de negociação (Gehrig et al., 2023, p. 21), visto que, muitas vezes, os mediadores tornam-se confiáveis, não pela atribuição formal de um mandato, mas antes pelas relações pessoais que estabelece (Mason, 2009, p. 5).

⁶⁴ C.S. Res. 1325, *Mulheres, Paz e Segurança*, S/RES/1325 (outubro 31, 2000), <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/06/Resolucao-1325-CS-ONU.pdf>.

Assim, volvidos mais de vinte anos da aprovação da Resolução 1325, e ainda que as mulheres representem mais de metade da população mundial, assumindo, no seio dos conflitos, papéis que – como veremos mais adiante, medeiam (mas não se limitam) entre ser vítimas e agentes de mudança – não beneficiam, ainda, dos meios necessários para dar voz às suas experiências, permanecendo excluídas das mesas de decisão (Willet, 2010, pp. 156-157).

Face ao disposto, Myrntinen (2016, p. 41) tece algumas considerações sobre os passos que devem ser dados no sentido da integração das vozes das mulheres nos processos de paz para, assim, fazer cumprir as propostas da Resolução 1325. Neste sentido, o autor (ibidem, pp. 41-42) destaca a importância de assegurar que todos os atores envolvidos nos processos de paz são informados a tempo da sua participação, para que, entre outras tarefas que exigem organização familiar, possam ser prestados os devidos cuidados às crianças (cuja responsabilidade é atribuída, quase sempre, às mulheres); mas também a definição de quotas de participação, aliadas à formação contínua (para que a inclusão de mulheres não se revele uma mera formalidade); o reforço do papel das organizações da sociedade civil (para que as mulheres possam ter uma participação efetiva); a inclusão de mulheres locais e, ainda, o questionamento de algumas concepções, tipicamente “masculinizadas”, que impedem a participação das mulheres nos processos de paz, até porque, nas palavras de Myrntinen (ibidem, p.42) *“This is not a zero-sum game where men lose when women gain, and vice-versa; rather, it is a process where both sides stand to gain, but it requires an initial step of relinquishing some male privilege”*⁶⁵.

2.1.1. O discurso de construção da paz da ONU

No entender das teóricas feministas, a presença, nos conflitos, das dinâmicas associadas ao género contribui para uma visão simplista dos papéis assumidos pelos homens e pelas mulheres neste contexto, sendo os primeiros representados tipicamente como perpetradores e as segundas como vítimas (Shepherd, 2016, p. 123). Para Shepherd (ibidem, pp. 123-124), a permanente representação das mulheres exclusivamente enquanto vítimas da violência provocada pelos conflitos contribui para a redução da sua capacidade de ação, impedindo o desenho e realização de atividades relacionadas com a construção da paz que abordem todas as diferentes experiências vivenciadas pelas mulheres durante e após os conflitos. No artigo que analisámos, a autora (ibidem, pp. 126) centra-se nas tendências discursivas relacionadas com a

⁶⁵ Em português, “Não é um jogo de soma-zero em que os homens perdem quando as mulheres ganham e vice-versa; é, antes, um processo em que ambos os lados ficam a ganhar, mas que requer um passo inicial de abdicar de algum privilégio masculino”.

construção da paz por parte de diferentes comissões e grupos de trabalho fundados sob a égide da ONU. Assim, destaca (ibidem, p. 126) que foi apenas no ano de 2010, cinco anos após a sua criação, que a Comissão para a Construção da Paz das Nações Unidas – órgão consultivo intergovernamental que apoia os esforços de paz nos países afetados por conflitos (United Nations Peacebuilding, s.d., para. 1) – na pessoa do seu Presidente, fez uma menção às mulheres, recomendando o seguimento do relatório do Secretário-Geral sobre a construção da paz no rescaldo imediato dos conflitos⁶⁶ e da Resolução 1889 (2009)⁶⁷ do Conselho de Segurança da ONU, sobre mulheres e construção da paz. Se, por um lado, o supramencionado relatório coloca as necessidades das mulheres e meninas como uma das prioridades recorrentes da construção da paz, ao dispor

*the needs of women and girls require more attention, as recovery efforts may prioritize the needs of men. The early post-conflict period offers a critical opportunity for women to capitalize on the changes in gender relations that may occur during conflict where women may have taken on community leadership roles or non-traditional employment*⁶⁸. (U.N. Secretary-General, 2009, p. 7).

Por outro lado, a Resolução 1889 (2009), tratando, como mencionado no subcapítulo anterior, da necessidade de uma participação ativa das mulheres na construção de paz, sublinha o facto de, em situações de conflito e de pós-conflito, as mulheres continuarem a ser frequentemente consideradas vítimas e não agentes de mudança, atentando, por essa razão, na necessidade, não só da sua proteção, como também da sua capacitação para a construção da paz.

Para além destes, Shepherd (2016, pp. 134-135) destaca as conclusões do grupo de trabalho da Comissão para a Construção da Paz (no idioma original, *Working Group on Lessons Learned*), cujo relatório-síntese cristaliza, entre outras, a preocupação relacionada com a violência de género – “*Gender-based violence will never be properly addressed until there are sufficiently high numbers of women in decision-making positions at the peace table, or in post-conflict national and local governments.*”⁶⁹ (Peacebuilding Commission, 2008, p. 10). Shepherd (2016, pp.134-135) considera esta relação estabelecida entre a participação política das mulheres e a prevenção da

⁶⁶ U.N. Secretary-General, *Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict*, U.N. Doc. A/63/881–S/2009/304 (Junho 11, 2009). <https://www.securitycouncilreport.org/atf/ct/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S%202009%20304.pdf>.

⁶⁷ S.C. Res. 1889, UN Doc S/RES/1889. (Outubro, 2009), https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SCResolutionWomen_SRES1889%282009%29%28en%29_0.pdf.

⁶⁸ Em português, “As necessidades das mulheres e das meninas requerem mais atenção, uma vez que os esforços de recuperação podem dar prioridade às necessidades dos homens. O período inicial pós-conflito oferece uma oportunidade crucial para as mulheres capitalizarem as mudanças nas relações de género que podem ocorrer durante o conflito, em que as mulheres podem ter assumido papéis de liderança na comunidade ou empregos não tradicionais.”

⁶⁹ Em português, “A violência de género nunca será devidamente abordada enquanto não houver um número suficientemente elevado de mulheres em posições de tomada de decisão na mesa da paz ou nos governos nacionais e locais pós-conflito.”

violência de gênero uma posição radical, partindo de uma Comissão pertencente às Nações Unidas, uma vez que é reconhecido, explicitamente, às mulheres o seu papel, já não enquanto vítimas, mas como agentes de mudança, com uma voz política que pode contribuir, entre outras coisas, para a eliminação da violência de gênero.

Ainda, Shepherd (ibidem) aponta para a particularidade de, no discurso contemporâneo de construção da paz da ONU, as mulheres começarem a ser vistas como agentes económicos, permitindo que estas sejam incluídas num leque variado de atividades e funções, que medeia entre a política eleitoral e, por exemplo, a escavação de poços.

Mas, e fora do discurso da ONU? Quais são os papéis desempenhados pelas mulheres que a literatura mais relevante tem procurado destacar?

2.2. Entre vítimas, perpetradoras e agentes da mudança: os diferentes papéis das mulheres nos processos de paz no plano internacional

Segundo Kennedy-Pipe (2017, pp. 23-25), as mulheres têm sido tradicionalmente excluídas do espaço público da guerra, espaço este que se encontra organizado segundo noções de masculinidade. Contudo, a partir dos anos 90, a visão tradicional – que identificava as mulheres como vítimas passivas da guerra – foi desafiada, voltando-se a atenção para os diferentes papéis que estas podem desempenhar no seio dos conflitos (Ariño 2010, p. 22). Nesta década, a preocupação voltou-se, também, para a identificação dos lugares que as mulheres ocupariam naquelas que Kaldor (2012, p. 1) designa como “novas guerras”⁷⁰, uma vez que, tendo a natureza da guerra sofrido alterações, também os papéis desempenhados, neste contexto, por homens e mulheres foram alterados (Kennedy-Pipe, 2017, p. 34). O desafio, porém, para algumas feministas – e, muito particularmente, para as feministas liberais e o seu “direito a lutar” – prende-se com o facto de, fora das democracias ocidentais, muitas vezes, a participação das mulheres nos conflitos não ser uma variante a considerar, permanecendo, em lugares como o Afeganistão, o Iraque, o Sri Lanka e, até, a América Latina, simultaneamente como vítimas e testemunhas da violência da guerra (ibidem).

Pese a profunda relação entre a masculinidade e a guerra, o trabalho das mulheres, neste contexto, desde sempre se revelou fulcral: enquanto enfermeiras, religiosas, trabalhadoras sexuais, esposas, mães, professoras e operárias nas indústrias da guerra (Cohn, 2013, pp. 22-23).

⁷⁰ Segundo a definição proposta por Kaldor (2012, p. 2), as novas guerras caracterizam-se pelo esbatimento das distinções entre guerra, crime organizado e violações dos direitos humanos em grande escala; estas guerras envolvem ligações transnacionais, que tornam difícil a distinção entre interno e externo, entre agressão e repressão e entre local e global.

Contudo, se para muitas mulheres os conflitos implicam empobrecimento e perda de direitos e de qualidade de vida, para muitas outras representam a primeira oportunidade de participar ativamente na sociedade e na política (Ariño, 2010, pp. 24-25). Mais recentemente, as mulheres têm assumido, também – e entre outros – os papéis de combatentes, carregadoras, mensageiras, espias, contrabandistas de armas, e cozinheiras (Cohn, 2013, pp. 22-23). Na outra face da moeda, enquanto vítimas, desempenham, também, as funções de escravas sexuais e de “*bush wives*”⁷¹ (ibidem).

Para Denov et al. (2016, pp. 550-551) se bem que a participação das mulheres – quer como vítimas, quer como agentes ativos – tem sido marginalizada, a adoção de uma perspectiva de gênero muito pode ajudar a compreender as suas experiências, fora das dicotomias “vítima/perpetradora” e “guerra/paz”, uma vez que, tanto os diferentes papéis que podem assumir como a violência que sofrem estão intrinsecamente relacionados com estruturas de poder que vão muito para além dos tempos de guerra e de paz. Neste sentido, as teóricas feministas têm procurado desconstruir a ideia de que os homens têm uma tendência natural para a guerra, salientando o esforço, o treino e a disciplina necessários para que estes estejam dispostos, não só a matar, como a arriscar a própria vida (Cohn, 2013, p. 23). As feministas destacam, assim, algumas atividades e tarefas cuja natureza em muito se afasta da tradicional imagem da masculinidade violenta, tais como as típicas funções associadas ao trabalho doméstico (limpeza, cuidado da roupa, manutenção dos espaços, preparação de refeições), mas também à logística e à administração (encomendas, transporte e armazenamento de bens, recolha de informação) e ao âmbito social (convívio e comunicação com os outros soldados e realização de atividades recreativas e de entretenimento), atividades estas, não raras vezes, associadas à feminilidade (ibidem).

Contrariando, pois, esta construção social, muitas mulheres decidem expressar as suas inquietudes pessoais e políticas através da violência (Gentry & Sjoberg, 2015, p. 9). Ainda que, tal como Stanski (2006, p. 136) observa, “*certainly when most of us think ‘terrorists’ we do not see ‘woman’*”⁷², no que ao binómio mulheres/guerra diz respeito, é preciso considerar, como ponto de partida, a diversidade de experiências e, portanto, a diversidade de relações daí resultantes (Cohn, 2013, p.1). Mais ainda, no binómio mulheres/paz é, também, importante considerar que a construção da paz se encontra em estreita relação com o contexto cultural onde estas se movem (De la Rey & McKay, 2006, p. 141).

Estudar os resultados das relações entre as mulheres, os conflitos e a paz segundo uma perspectiva feminista não é reivindicar que todas as mulheres são

⁷¹ Em português, “esposas do mato”, expressão que faz referência ao casamento forçado de mulheres com combatentes.

⁷² Em português, “certamente, quando a maioria de nós pensa em “terroristas”, não vê “mulher””.

inocentes e que toda a violência de que são vítimas resulta da opressão por parte dos homens, mas antes analisar como o gênero se manifesta, em concreto, no âmbito da construção da paz (Gentry & Sjoberg, 2015, p. 9). Segundo esta lógica, a ideia supramencionada de que algumas mulheres, provenientes dos mais variados contextos socioculturais, decidem expressar a sua insatisfação através da violência questiona a tradicional imagem da mulher enquanto um ser emotivo, puro, maternal, inocente e naturalmente predisposto para a paz; e está na base de um juízo de valor que prejudica duplamente as mulheres, que são julgadas, primeiro, por serem violentas e, conseqüentemente, por serem más mulheres (ibidem, pp. 9-10).

Face a isto, Gentry & Sjoberg (2015, p. 12) propõem um afastamento das noções tradicionais associadas aos homens e às mulheres, que implica o afastamento da atribuição de características e de experiências universais tão-só pela pertença a estes dois grupos, ao mesmo tempo que se aproxima da ideia de que todos os membros desses grupos são produtos complexos de uma construção social. No seu livro "*Beyond Mothers, Monsters, Whores: Thinking about Women's Violence in Global Politics*"⁷³, Gentry & Sjoberg, para além de atentarem nos casos das Viúvas Negras da Chechênia (mulheres suicidas), das Mártires da Palestina, das *Mujahidaat* (mulheres combatentes jihadistas) e, também, das mulheres participantes em genocídios (como os casos do Darfur, Ruanda e Jugoslávia); centram-se na ideia de que as mulheres não deixam de ser mulheres pela forma violenta através da qual expressam as suas inquietudes políticas, ao mesmo tempo que não deixam de ser violentas por serem mulheres (ibidem, p. 18).

Os exemplos supra, ainda que não partilhem, por inúmeras razões – como sejam a localização geográfica, o contexto sociocultural, os grupos armados em que se inserem, a religião, a idade, a classe social e a orientação sexual – as mesmas motivações para participar ativamente nos conflitos, enquadram-se, segundo Gentry & Sjoberg (ibidem, pp. 58-59), de igual forma, na narrativa que as exclui, por um lado, da visão tradicional da feminilidade e, por outro, do âmbito de atuação dos atores políticos legitimados.

Mas, como acabámos de ver, se muitas são as mulheres que assumem papéis de perpetradoras da violência, fruto do extenso espectro que abarca as suas experiências de vida, no plano internacional, a par dos exemplos supramencionados, podemos também encontrar mulheres vítimas da violência e construtoras da paz.

No primeiro grupo, surgem-nos os casos de mulheres confrontadas com os mais variados tipos de violência, desde os mais tradicionais (como a violência de gênero, a

⁷³ Em português, "Para além de mães, monstros e prostitutas: Pensar a Violência das Mulheres na Política Global".

violência sexual e a migração forçada), até aos mais – à primeira vista – imperceptíveis (decorrentes do impacto económico dos conflitos e da sua ingerência no seio familiar).

Pela singularidade das experiências que originam cada uma destas manifestações de violência, consideramos importante atentar nelas, ainda que de forma sucinta, com vista a dar visibilidade a realidades que, de forma geral, quando não se encontram camufladas pelas principais tendências discursivas, veem ignorada a sua complexidade individual.

No caso concreto da violência de género – cuja definição proposta pela ONU (Inter-Agency Standing Committee, 2015, p. 5) remete para um termo que abrange qualquer ato prejudicial, perpetrado contra a vontade de uma pessoa, baseado em diferenças socialmente atribuídas entre homens e mulheres (isto é, o género) e que inclui atos que infligem danos ou sofrimento físico, sexual ou mental, ameaças de tais atos, coerção e outras privações de liberdade – podemos considerar que esta abarca todas as restantes manifestações de violência supramencionadas, uma vez que, com o exemplo apresentado por Sjoberg (2016, p. 175) – o de Mawazo Patience, uma mulher congoleza que foi violada três vezes num período de dois meses durante o conflito no Congo – entendemos que os abusos sofridos foram uma consequência do seu género, num mundo que é, como vimos, formado por estruturas sociais que colocam, de forma persistente, as mulheres numa posição hierárquica inferior e, como tal, mais suscetíveis à violência⁷⁴. Para Sjoberg (ibidem), as características, posições e significados sociais associados às mulheres geram expectativas relativamente ao que será, entre outros, a sua forma de agir, os empregos que lhes corresponderão, as atividades que lhes serão permitidas, os recursos que poderão aceder e, também, os papéis que poderão desempenhar no âmbito dos conflitos.

No nosso entender, a limitação que se atribui à simples identificação com o género feminino constitui, per se, uma forma de violência. Contudo, Sjoberg (ibidem, p. 177) vai mais longe, enumerando as diferentes manifestações que, no caso concreto dos conflitos, constituem uma forma de violência de género. Assim, destaca (ibidem) o desemprego, as alterações económicas, as ameaças específicas à saúde das mulheres, e o aumento da violência sexual.

No que à violência sexual diz respeito, Nagel & Feitz (2016, p. 270) debruçam-se sobre a relação estabelecida entre a guerra e o sexo, manifestada em ambos os lados do conflito, quer nos homens, quer nas mulheres. Em concreto, focam-se nas experiências de violência sexual vividas pelas mulheres dentro das estruturas militares

⁷⁴ Conscientes de que é fundamental reconhecer a complexidade das questões relacionadas com o género – e, neste caso concreto, o facto de os homens serem, também, afetados pela violência em contexto de conflito – para, assim, garantir uma abordagem inclusiva, com a presente afirmação, contudo, pretendemos – sem negar o disposto – destacar o facto de as mulheres serem desproporcionalmente afetadas pelos conflitos.

dos Estados Unidos da América, cujo testemunho de uma ex-combatente no Iraque – “*I think every female [soldier in Iraq] has been sexually harassed*”⁷⁵ (Martineau & Wiegand, 2005, citados por Nagel & Feitz, 2016, p. 280) – pode ser representativo da presença generalizada desta manifestação de violência neste contexto. De facto, tal é a sua dimensão que à expressão “Violência Sexual em Conflito” correspondem a “violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada, casamento forçado e qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável perpetrada contra mulheres, homens, raparigas ou rapazes que esteja direta ou indiretamente ligada a um conflito.” (Eurocid, 2023, para. 2). A este fenómeno, de resto, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (2014) denomina de “tragédia invisível”, devido, por um lado, ao estigma a ele associado e, por outro, ao medo, por parte das vítimas, das consequências da denúncia.

Ainda que as mulheres e meninas constituam as principais vítimas⁷⁶, devido às múltiplas camadas de discriminação que neste contexto se cruzam – não só a desigualdade de género pré-existente, mas também o surgimento de condições específicas decorrentes do conflito (EIGE, s.d., para. 4) –, esta forma de violência afeta particularmente indivíduos que se enquadram nas situações de “deslocados internos, migrantes, viúvas, mulheres chefes de família, detidos, indivíduos associados às forças armadas ou a grupos armados ou que pertencem a grupos étnicos específicos” (Comité Internacional da Cruz Vermelha, 2014, para. 4).

Sobre a migração forçada, Kaiser (2016, p. 194) assinala este fenómeno como uma das consequências mais devastadoras dos conflitos armados. Embora afete, de maneira geral, homens e mulheres, o fenómeno da migração forçada é vivido por indivíduos provenientes de contextos socioculturais diversos, que contribuem para a existência de múltiplas “experiências de refugiado” (ibidem, p. 196). Neste sentido, o género – a par da idade, do estatuto socioeconómico, da etnia e da religião – revela-se como uma das múltiplas variáveis que moldam a forma como a migração forçada é vivida, ao afetar o modo de exposição ao(s) perigo(s), as reações às ameaças e, também, a forma de integração no novo contexto (ibidem, p. 197). Se, por um lado, no Norte Global⁷⁷, as mulheres migrantes se deparam com as dificuldades próprias das instituições políticas e judiciais, no Sul Global⁷⁸, deparam-se, ainda, com regimes de

⁷⁵ Em português, “Acho que todas as mulheres [soldados no Iraque] foram assediadas sexualmente”.

⁷⁶ Segundos dados da ONU, em 2022, as mulheres e as meninas representaram 94% das 2.455 denúncias registadas em 20 conflitos ao redor do mundo (ONU News, 2023, para. 1).

⁷⁷ Conscientes de que as categorias “Norte Global” e “Sul Global” são simplificações de uma realidade complexa e heterogénea, na presente dissertação, pela necessidade de contextualizar a questão em análise, adotaremos, contudo, a definição de Sul Global proposta por Grovogui (2011, p. 176) enquanto movimento multifacetado que enfatiza a necessidade da existência de uma comunidade internacional que promova a igualdade e a liberdade através da política externa, da solidariedade internacional e da responsabilidade, livre dos legados institucionais do colonialismo.

⁷⁸ De um ponto de vista mais formal, o Sul Global identifica-se com o Grupo dos 77 (Rugeles, 2023, para. 6), uma organização intergovernamental integrada por 134 países em desenvolvimento (Castellanos, 2020, para. 1).

proteção desenhados à luz das vivências masculinas (ibidem, p. 199) e, muito particularmente, com formas adicionais de discriminação, relacionadas, a título de exemplo, com a existência de leis consuetudinárias discriminatórias (Ferrant et al., 2014, p. 4). A estas dificuldades, acresce ainda a enorme vulnerabilidade à violência física e sexual, não raras vezes, simultaneamente, causa e consequência da fuga (Kaiser, 2016, p. 206). Segundo Kaiser (ibidem) as violências a que estão expostas as mulheres migrantes são transversais a todas as fases da migração, verificando-se desde o momento que a antecede, passando pelo deslocamento e pela procura de asilo, até aos próprios campos de refugiados:

In one refugee settlement in western Uganda in the early 2000s, the government representative responsible for issuing travel permits and other documentation was apparently recalled from his post at least partly because of repeated complaints from refugee women that he extorted sex from them when they went to apply for travel documents (ibidem).⁷⁹

Por sua vez, a violência decorrente do impacto económico negativo dos conflitos manifesta-se de diversas maneiras, visto que tem na sua origem uma amálgama de fatores, de entre os quais destacamos a perda de vidas humanas, a destruição de infraestruturas e de instituições e a manutenção de uma situação de grande instabilidade (Kothari et al., 2020, p. 25). Todas estas condições – pouco propícias para o investimento e para o crescimento económico – têm um impacto particular nas vidas das mulheres e meninas, pois que se traduzem em percentagens elevadas de abandono escolar, menor esperança de vida, aumento da mortalidade materna, elevadas taxas de subnutrição e conseqüente aumento da mortalidade infantil (ibidem, p. 33). Para além destas, também o aumento, como vimos antes, da violência de género (ibidem) e a manutenção de uma situação de insegurança – que em muito restringe a circulação das mulheres e meninas (ibidem, p. 37) – dificultam o acesso à educação e, conseqüentemente, a futuras oportunidades de emprego.

Para Howell & Wool (2016, p. 249), é importante atentar na violência decorrente da ingerência dos conflitos no seio familiar, um resultado, por um lado, da adaptação que as famílias forçosamente têm de levar a cabo aquando do destacamento de um membro para o campo de batalha; e, por outro, do regresso dos militares e, com eles, as suas lesões físicas e emocionais. Relativamente a este último ponto, as autoras (ibidem, p. 252) mencionam, em concreto, a predisposição, por parte de soldados estadunidenses regressados do Iraque e do Afeganistão, para incorrer em

⁷⁹ Em português, "Num campo de refugiados na parte ocidental do Uganda, no início da década de 2000, o representante do governo responsável pela emissão de autorizações de viagem e de outros documentos foi aparentemente afastado do seu posto, pelo menos em parte devido a queixas repetidas de mulheres refugiadas de que ele lhes extorquia sexo quando iam solicitar documentos de viagem".

comportamentos de risco, tais como o consumo de álcool e drogas e violência verbal e física. No caso das esposas de militares, as autoras sublinham que, para além de estarem expostas à violência doméstica (ibidem, pp. 253-254), assumem as funções de prestadoras de cuidados não remuneradas (ibidem, p. 263) e, frequentemente, porque as responsabilidades laborais dos maridos assim o ditam, veem-se obrigadas a deslocar-se, fatores que contribuem negativamente para a capacidade de gerarem meios de subsistência próprios (ibidem, p. 264).

Se o grupo que acabámos de apresentar – ainda que, como vimos, repleto de complexidade – tem uma maior presença na literatura que se debruça sobre a relação entre as mulheres e a paz, visto ter sido a associação entre mulheres e vítimas de violência a tendência discursiva, pelo menos até à aprovação da Resolução 1325; falar do segundo grupo (isto é, das mulheres construtoras da paz) fora da visão essencialista que insiste em associá-las ao conceito de maternidade e à ideia de que são intrinsecamente pacíficas pode constituir um desafio.

No *Handbook on Gender and War*⁸⁰ encontramos, ainda, alguns exemplos de ativismo feminino a favor da paz (Pedersen, 2016, p. 337), de entre os quais destacaremos, pela sua relevância no âmbito da presente dissertação, os movimentos cuja atividade se iniciou (ou se consolidou) após a aprovação da Resolução 1325.

Em primeiro lugar, deparamo-nos com o ativismo pela paz sob a forma de antimilitarismo, representado pela *CODEPINK*. Para Feinman (2016, p. 349), ainda que pouco acolhido pelos discursos maioritários, o antimilitarismo feminista contribui com ideias críticas para o ativismo antiguerra, devendo, para tal, ser interpretado à luz do interseccionalismo, pois só assim pode incluir na sua teoria e prática as experiências relacionadas com as diversidades de género, raciais e de nacionalidade.

Em concreto, a *CODEPINK* trata-se de uma organização feminista, fundada no ano de 2002, com o objetivo de impedir a invasão do Iraque pelos Estados Unidos da América (EUA) e cujo âmbito de atuação atual se prende com a procura de justiça para os iraquianos, a responsabilização dos criminosos de guerra e a campanha pelo fim de outras guerras travadas pelos EUA (What is *CODEPINK*, s.d.). Para além disto, organizada numa rede que aproxima indivíduos e instituições locais dos apoiantes virtuais e dos doadores, e através de ações ligadas às artes e às manifestações pacíficas, a *CODEPINK* apoia diversas iniciativas de paz, de diplomacia e de direitos humanos e contribui com recursos para as áreas da saúde, da educação e da ecologia (ibidem).

O manifesto da *CODEPINK* baseia-se no poder do amor e compromete-se com respeito pela não-violência em todas as suas ações, um conceito que deve ser aplicado

⁸⁰ Em português, “Manual sobre Género e Guerra”.

a qualquer pessoa e propriedade (ibidem). Os ideais que norteiam a atuação desta organização podem, de resto, ser compreendidos através das palavras de Starhawk, 2002, citada por Feinman, 2016:

*We call on women around the world to rise up and oppose the war in Iraq. We call on mothers, grandmothers, sisters and daughters, on workers, students, teachers, healers, artists, writers, singers, poets, and every ordinary outraged woman to be willing to be outrageous for peace. Women have been the guardians of life – not because we are better or purer or more innately nurturing than males, but because the men have busied themselves making war.*⁸¹ (p. 341).

Outro exemplo da participação das mulheres enquanto construtoras da paz remete-nos para a resistência ao conflito israelo-palestino. Sharoni (2016, p. 380) parte do pressuposto de que a maioria da literatura sobre as mulheres israelitas e palestinas tem-se focado na capacidade de estas colocarem de parte as suas diferenças, em prol da construção de alianças e de iniciativas para a paz. Para a autora (ibidem), a revolta palestina de 1987, conhecida como “Primeira Intifada” foi o mote que desencadeou, pela primeira vez, um nível muito elevado de participação política por parte das mulheres palestinas e israelitas-júdas, que saíram para as ruas para protestar contra a ocupação ilegal da Palestina.

Após a Primeira Intifada, contudo, os esforços conjuntos de alguns grupos de mulheres israelitas e palestinas foram-se esbatendo (ibidem, p. 390): se, por um lado, no decorrer da Intifada de Al-Aqsa, iniciada em setembro de 2000, os grupos de mulheres palestinas se dedicaram a investigar e a documentar o impacto da violência política nas mulheres e restantes grupos vulneráveis (ibidem, p. 391); por outro lado, os grupos de mulheres israelitas levaram a cabo ações dirigidas à própria sociedade onde se incluíam, das quais resultaram diversos subgrupos preocupados com o aumento da violência política e com as violações aos direitos humanos do povo palestino (ibidem, p. 392). Sharoni (ibidem) destaca a criação do *Machsom Watch*, do *New Profile*⁸² e da *Coalition of Women for Peace (CWP)*⁸³. O primeiro, fundado em 2001, procurou compilar as diversas violações aos direitos humanos e divulgá-las periodicamente em diversos meios de comunicação social, ao mesmo tempo que as suas filiadas, apoiadas pela autoridade moral proveniente do seu estatuto de mães e avós, enfrentavam os soldados israelitas, questionando-os sobre as práticas desumanas por estes levadas a cabo (ibidem). O *New People*, por sua vez, afirmou-se numa posição de questionamento em

⁸¹ Em português, “Apelamos às mulheres de todo o mundo para que se levantem e se oponham à guerra no Iraque. Apelamos às mães, avós, irmãs e filhas, às trabalhadoras, estudantes, professoras, curandeiras, artistas, escritoras, cantoras, poetisas e a todas as mulheres comuns e indignadas para que estejam dispostas a indignar-se pela paz. As mulheres têm sido as guardiãs da vida - não porque somos melhores, mais puras ou mais carinhosas do que os homens, mas porque os homens têm estado ocupados a fazer a guerra”.

⁸² Em português, “Novo Perfil”.

⁸³ Em português, “Coligação de Mulheres para a Paz”.

relação aos modelos de cultura e de educação dentro dos quais os homens israelitas se encontravam socializados, procurando trabalhar no sentido de desincentivá-los a não servirem como militares nos Territórios Ocupados por Israel (ibidem). Por último, da preocupação por parte de um grupo de ativistas feministas pela paz com o aumento da violência e com a propaganda, por parte do governo israelita, que atribuía à resistência palestina a culpa pela escalada do conflito, e na procura de possíveis soluções para a crise de então, foi criada uma plataforma de coordenação das organizações feministas pela paz, de seu nome *Coalition of Women for Peace (CWP)* (ibidem).

O terceiro e último exemplo que retiramos do *Handbook on Gender and War* é-nos apresentado por Pedersen (2016, p. 400) no capítulo que dedica às ativistas pela paz na Libéria. A autora (ibidem) apresenta o caso de um movimento pela paz fundado inteiramente por mulheres, o *Women in Peacebuilding Network*⁸⁴ (doravante, *WIPNET*), num contexto marcado por diversos conflitos violentos, guerras civis, deslocamentos em massa e a utilização generalizada de crianças-soldado. Mais concretamente, a *WIPNET* foi fundada em 2001, com o objetivo de criar um espaço para a participação das mulheres numa sociedade marcadamente patriarcal, mas também de questionar o militarismo através de uma abordagem feminista e de desafiar a crença enraizada de que as mulheres eram meras vítimas passivas dos conflitos (ibidem). Esta rede, criada por Thelma Ekiyor e Leymah Gbowee, vencedora do Prémio Nobel da Paz em 2011 (ibidem, pp. 400-401), baseou-se no conceito de paz positiva de Galtung, ao qual associou o ativismo antiguerra como forma de desconstruir, em geral, as diversas manifestações da violência estrutural na sociedade e, em particular, a violência contra as mulheres africanas (ibidem, p. 402). Para tal, apoiou-se na mobilização em massa de mulheres e no reforço das suas capacidades, através da formação em construção de paz aplicada ao contexto da África Ocidental, cuja dinâmica de “formação de formadoras” em diversas comunidades locais permitiu um alcance nacional (ibidem). Pedersen (ibidem, pp. 402-403) afirma que a abordagem adotada pela *WIPNET* permitiu a inclusão das mulheres mais pobres e mais jovens no caminho do ativismo pela paz, e destaca a participação conjunta, dentro da rede, de mulheres de diferentes religiões e crenças como um dos fatores-chave da sua estratégia, especialmente tendo em conta a utilização da discriminação étnica e da criação de “bodes expiatórios” pelo regime do presidente Charles Taylor⁸⁵ (Kieh, 2009, p. 26).

Através destes exemplos, é-nos, pois, mais facilmente perceptível que, independentemente de assumirem os papéis de vítimas, de perpetradoras da violência ou de agentes para a construção da paz, as mulheres (mas também as suas vivências,

⁸⁴ Em português, “Rede de Mulheres na Construção da Paz”.

⁸⁵ Foi, entre agosto de 1997 e agosto de 2003, o 22º presidente da República da Libéria.

vulnerabilidades e motivações), para verdadeiramente serem compreendidas, não podem desvincular-se do contexto histórico, político, económico, social e cultural do conflito onde se inserem (Cohn, 2013, p. 28). De igual modo, ainda que singulares nas formas como vivem e encaram os conflitos e a paz, encontram-se unidas pela narrativa que, pela influência que os papéis de género exercem nas estruturas sociais, as transforma em atores secundários, narrativa essa que a literatura feminista sobre a construção da paz tem procurado desconstruir.

CAPÍTULO III – AS MULHERES, A CONSTRUÇÃO DA PAZ E A AMÉRICA LATINA. “A REGIÃO DAS VEIAS ABERTAS”

O subtítulo do capítulo que aqui se introduz remete-nos para a obra “As veias abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano, que nos apresenta, metaforicamente, a ideia de que a história da América Latina, uma região rica em “*yacimientos de oro y [...] montañas de plata*”⁸⁶ (Galeano, 1971, p. 15) tem sido marcada pela exploração e o domínio estrangeiros e suas conseqüentes dependências sucessivas (ibidem, p. 16). Não sendo possível situar, em regime de exclusividade, a metáfora apresentada por Galeano (ibidem) como causa da violência que, de forma constante, assola a região, é-nos, porém, possível argumentar que as veias abertas da América Latina, juntamente com fatores de ordem histórica, económica, social, política e cultural, têm desempenhado um papel importante na configuração da violência e instabilidade dos últimos anos (Muggah & Tobón, 2018, pp. 36-38).

Embora a década de 90 do século XX tenha sido marcada por diversos processos de paz – sobretudo na América Central, a região mais afetada por conflitos, como sejam os de Nicarágua (1985-1990), El Salvador (1990-1992) e Guatemala (1991-1996) (Mora et al., 2022, p. 34) –, a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na América Latina tem enfrentado uma realidade ambígua, pois que, sendo uma região com escassos conflitos armados entre países e, por isso, uma “zona de paz” (Kacowicz, 1998, citado por Drumond et al., 2022, p. 8), apresenta, contudo, elevados índices de violência armada e de género, historicamente relacionados com sistemas de exclusão como a classe, a raça e a etnia (Drumond et al., 2022, p. 8).

Atualmente, segundo Doring et al. (2010, citados por Brett, 2014, p. 12), a ameaça mais grave para a região é a instabilidade e a conflitualidade dentro dos Estados: a concentração excessiva do poder⁸⁷, a falta de competitividade no mercado internacional⁸⁸, a debilidade das instituições, a criminalidade, a falta de acesso à justiça (Brett, 2014, p.13) e a fragilidade do sistema democrático – caracterizada, entre outros, pelo aumento dos movimentos populistas, pela elevada polarização da sociedade e pela existência de alternativas autoritárias – (Malamud & Castellano, 2021, para. 8) são fatores partilhados por todos os países da região, com a exceção do Uruguai (The

⁸⁶ Em português, “jazigos de ouro e montanhas de prata”.

⁸⁷ Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano Regional de 2021, elaborado pelo PNUD, sabemos que a concentração do poder na América Latina distorce as políticas destinadas a promover ganhos de bem-estar social, resultando num baixo crescimento económico e em níveis altos de desigualdade (Meléndez, 2021, p. 24).

⁸⁸ Devido ao facto de os mercados na América Latina se caracterizarem pela alta concentração dos setores industriais, pela preponderância de economias informais e pela estreita e histórica ligação entre o sector empresarial e a classe política (Jennings, 2012, p. 3).

Economist, 2022, para. 2). Assim, entendemos que a violência que a América Latina enfrenta nos dias de hoje pode assumir diferentes formas, desde o controlo territorial por parte de grupos criminosos, a migração forçada, a pobreza, a ameaça aos direitos económicos, sociais e culturais, as ações levadas a cabo pelas forças de segurança (Mora et al., 2022, pp. 21-22), até ao feminicídio e à violência sexual (Cos-Montiel, 2019, p.4).

Contudo, a América Latina, enquanto uma das regiões mais violentas do mundo, é, também, uma das regiões com maior potencial para a resolução de conflitos, a redução da violência e a construção da paz (Moser & Clark, 2001, p. 29), dadas as boas práticas e as lições que podem ser retiradas de casos de estudo de sucesso, como sejam os dos processos de paz de Nicarágua⁸⁹, do El Salvador⁹⁰, de Guatemala⁹¹ e da Colômbia. E, se a cada processo de paz correspondem características próprias e, por sua vez, diferentes formas de participação por parte das mulheres (Casanova, 2017, p.12), em concreto, as mulheres latino-americanas atribuem a sua motivação a uma “luta” que as distingue das mulheres ocidentais e que confere heterogeneidade ao seu movimento, já que parte de diferentes fatores de identidade tais como a etnia, a classe, a idade, a religião e a sexualidade (Ramírez, 2014, pp. 41-43).

Na diversidade de experiências que podem ser encontradas na América Latina reside a necessidade de ser prestada especial atenção às populações indígenas e afrodescendentes, uma vez que, no seio destas, as identidades étnicas se sobrepõem à identidade de género, conduzindo a situações de dupla discriminação no decorrer dos conflitos e na transição para a paz e, não raras vezes, afastam as mulheres destas etnias dos movimentos feministas contemporâneos (Moser & Clark, 2001, pp. 31-32).

Conscientes de que pode ser estabelecida uma relação de influência entre a participação das mulheres nos processos de paz e os resultados destes processos – onde à maior participação das mulheres corresponde uma maior implementação dos acordos (UN Women, 2015, para. 5) – este capítulo analisará, num primeiro momento, a aplicação da Resolução 1325 na América Latina, cuja aprovação, no ano de 2000, coincide com uma série de acontecimentos políticos regionais embalados pela designada “onda progressista” (Brenna, 2018, p. 22), isto é, a sucessão de governantes de esquerda cuja eleição constituiu uma reação ao neoliberalismo anteriormente

⁸⁹ O Acordo de Managua, assinado em 1990, destacou-se pelos efeitos práticos que produziu na desmobilização e na reintegração dos ex-combatentes, uma vez que, ao prever o estabelecimento de “zonas de desenvolvimento”, que ofereciam condições de segurança e serviços básicos a estes, promoveram, com a ajuda de organizações da sociedade civil, a construção de comunidades assentes numa cultura de paz (Lira, 2020, p. 6).

⁹⁰ No caso do El Salvador, o processo de paz, materializado nos Acordos de Chaputeltepec (1992), traduziu-se no início da transição democrática do país, sob a forma de novas instituições, de eleições livres e de alternativas de governabilidade (Montobbio, 2017, para. 4).

⁹¹ O sucesso da redação dos Acordos de Paz, assinados em 1996, reside, sobretudo, na apropriação do processo por parte das vítimas do conflito, conseguida, sobretudo, pela recolha, em primeira mão, de informação relacionada com estas, que culminou num documento final que soube refletir as suas experiências (Réategui, 2014, p. 25).

presente na região: Hugo Chávez, na Venezuela (1998); Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006) e Fernando Lugo, no Paraguai (2008) (Barbosa dos Santos, 2020, p. 1).

Num segundo momento, será explorado o papel heterogêneo – porque composto por múltiplas vivências (Chacartegui et al., 2014, p. 41) – das mulheres nos processos de paz na América Latina, analisando as suas experiências, os seus desafios e o potencial da sua participação ativa.

Certos de que a violência é uma constante na história latino-americana e acolhendo a ideia de Magallón (2006, p. 69) de que “*los procesos de paz pueden ser muy lentos y en muchos casos duran toda una vida*”⁹², neste capítulo abordaremos os desafios, ao mesmo tempo que procuraremos ressaltar as oportunidades que existem para a construção de uma paz duradoura, reconhecendo não só o papel fulcral que as mulheres desempenham neste processo, como também a necessidade, por um lado, de garantir a sua participação ativa e igualitária e, por outro, de reconhecer e dar voz às diferentes narrativas que surgem neste contexto.

3.1. A aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na América Latina

3.1.1. Antecedentes

No ano de 1975, o “Ano Internacional da Mulher” (Nações Unidas, s.d.), a América Latina acolheu, na Cidade do México, a Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, da qual resultou a “Declaração sobre a Igualdade da Mulher e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz” (Luciak, 2007 p. 3) e à qual sucedeu, entre os anos 1976 e 1985, a designada “Década das Mulheres” (Nações Unidas, s.d.). A região abriu, assim, as suas portas para sucessivos encontros internacionais sobre os direitos humanos das mulheres e a sua contribuição para a paz e o desenvolvimento (Luciak, 2007, p. 3). Nesta década, destaca-se a adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1979, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), o “instrumento internacional mais importante de promoção e defesa dos direitos das mulheres” (Direção Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade de Género, 2020, p. 7) e que dispõe, no seu preâmbulo, que “o desenvolvimento pleno de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz necessitam da máxima participação das

⁹² Em português, “os processos de paz podem ser muito lentos e em muitos casos duram toda uma vida”.

mulheres, em igualdade com os homens, em todos os domínios” (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, 1979, p. 1).

Desde essa época, para as mulheres latino-americanas, os diferentes mecanismos internacionais de direitos humanos têm-se constituído, ao longo do tempo, como importantes pilares da reivindicação, proteção e promoção dos seus direitos (Ramírez, 2014, p. 70). Mais concretamente, foi através da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também designada "Convenção de Belém do Pará", de 1994, que foi reconhecido, pela primeira vez na região, o direito das mulheres a viver uma vida livre de violência e se considerou a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos (ibidem). Para além de constituir um instrumento de pressão política e de denúncia (ibidem, p. 71), a Convenção de Belém do Pará atentou na necessidade de uma abordagem interseccional da violência, ao dispor: “Preocupada porque a violência em que vivem muitas mulheres da América, sem distinção de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição, é uma situação generalizada;” (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, 1994, p. 1).

Em concreto, no que à construção da paz diz respeito, segundo Casanova (2017, p. 12), alguns dos exemplos mais importantes da participação das mulheres nas negociações situam-se no período que antecede a aprovação da Resolução 1325. Neste sentido, a autora (ibidem) refere os casos de El Salvador, onde as mulheres, nos anos 90 do século XX, marcaram presença, não só nas mesas de negociação pós-Acordo de Paz de Chapultepec, assinado em 1992, como também na mesa técnica da Comissão para a Reinserção, representando um terço dos beneficiários das medidas para a redistribuição de terras e para a reintegração social; mas também de Guatemala, onde, pese embora a representação nas equipas de negociação limitada a duas mulheres, a influência da sociedade civil, em geral, e das mulheres, em particular, se fez sentir nos diálogos conduzidos pelas Nações Unidas e, conseqüentemente, no Acordo de Paz de 1996, que incluiu no seu texto disposições relativas à igualdade de género. Para Magallón (2002, p. 151), a singularidade da influência dos movimentos de mulheres no processo de paz de Guatemala deve-se ao formato das negociações, que procurou incluir, através da Assembleia da Sociedade Civil, diferentes sectores da sociedade, permitindo, por sua vez, a adoção de uma visão integral da paz, preocupada com os problemas estruturais que originaram o conflito e suas conseqüências sociais.

No caso de Nicarágua, segundo Freeman et al. (2002, p. 37), as mulheres líderes locais – e, particularmente, as da comunidade indígena Miskitos – desempenharam um papel muito importante nas primeiras fases do processo de construção de paz do país, cujo início formal, marcado pela assinatura do Acordo de Esquipulas I, remete ao ano

de 1986 (Pathways to peace, p. 34), e antecede a assinatura, a 30 de maio de 1997, no “*Dia de las Madres nicaragüenses*”⁹³ (Acuerdo de Managua, 1997, p. 1) do Acordo de Manágua, entre o governo de Nicarágua e a Frente Norte 3-80, um importante grupo armado (Estrada, 2015, p. 355).

Contudo, segundo Luciak (2007, pp. 15-16), mesmo no cenário mais otimista – como, defende, o dos casos de El Salvador e de Guatemala – a participação das mulheres nas mesas de negociação e a integração de uma perspectiva de gênero nos acordos de paz não garantem, *per se*, que seja alcançada uma igualdade de gênero, sendo necessários mecanismos que, exercendo pressão, assegurem a aplicação prática das disposições teóricas relativas às necessidades específicas das mulheres no período pós-conflito. Na subsecção que se segue, procuraremos ver se a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, no geral, e a Resolução 1325, em particular, constituem, efetivamente, mecanismos de pressão neste contexto.

3.1.2. Atualidade

No entender de Casanova (2017, p.13), para que possa ser feita uma avaliação da influência exercida pela Agenda Mulheres, Paz e Segurança nas políticas de paz e de segurança, urge atentar em casos concretos. É, precisamente, neste sentido que Luz Méndez, feminista guatemalteca, numa entrevista para o *International Catalan Institute for Peace*, aborda a importância de decifrar os conceitos de conflito, de paz e de segurança numa região assolada pela violência como a América Latina: onde, pese embora a resolução formal da maioria dos conflitos, a ação emergente de atores estatais e não-estatais ligados aos tráficos (de drogas, de pessoas e de armas) tem contribuído para o aumento da violência e da insegurança (Riera, 2015, pp. 1-2). Para além desta especificidade, no contexto da América Latina, é, também, importante entender, tal como defende Perdomo (2000, citada por Moser & Clark, 2001, p. 31), que, ainda que os direitos humanos sejam universais, características individuais – como a idade, a cultura, a etnia, o gênero e a geografia – devem ser tidas em conta, dada a multietnicidade (Vuola, 2012, p. 13), a diversidade e a heterogeneidade que caracterizam a região (Pagnotta et al., 2023, p. 228).

Ainda que desde a aprovação da Resolução 1325 os movimentos de mulheres na América Latina tenham estabelecido uma Agenda Mulheres, Paz e Segurança adaptada às diferentes realidades da região, o desfasamento entre as propostas da Agenda e a ação política dos estados tem constituído uma barreira para a adoção de uma perspectiva de gênero aplicada às situações de crise e de conflito (Mora, 2022, p. 4). A propósito

⁹³ Em português, “Dia das Mães nicaraguenses”.

das medidas tomadas pelos diferentes governos da região até 2015, Luz Méndez aponta que as principais medidas (isto é, o investimento em armamento e o aumento do número de mulheres nas forças armadas) constituem um desvio à essência da Resolução 1325, cujo propósito se prende com os direitos humanos das mulheres e seu empoderamento e não apenas com o fortalecimento das forças armadas apoiado na inserção de mais mulheres, quer nestes corpos, quer nas missões de manutenção da paz (Riera, 2015, pp. 2-3).

No que às diferenças regionais diz respeito, podemos encontrar, por um lado, países – como Guatemala, Colômbia, El Salvador e Honduras – cuja história foi marcada por conflitos internos profundos de média a alta intensidade e onde a Resolução 1325 foi amplamente acolhida pelos movimentos de mulheres; e, por outro lado, países que, saídos, entre meados dos anos 80 e inícios dos anos 90 do século XX, de ditaduras militares – como a Argentina, o Brasil e o Chile –, puderam, no período que sucedeu a sua transição para a democracia, começar a desenhar a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança apoiada em ações relacionadas com a política externa, com a defesa e com a cooperação para o desenvolvimento (Mora et al, 2022, pp. 19-20). Estes três países (e, também, a Costa Rica), desde a aprovação da Resolução 1325, elegeram para as suas presidências mulheres⁹⁴, a par da Bolívia, da Colômbia, do Equador, de Nicarágua, do Peru, do Uruguai e da Venezuela, cujos ministérios da defesa foram encabeçados, igualmente, por mulheres⁹⁵ (Perera, 2023, pp. 299-300).

Para Perera (ibidem, p. 300), ainda que a presença de mulheres em altos cargos políticos seja um sinal de que a América Latina está comprometida em avançar com a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, os indicadores passíveis de medir o progresso na região são, por um lado, a adoção de um Plano Nacional de Ação e, por outro, a percentagem de participação das mulheres nas ações relacionadas com a segurança, com as forças armadas, com as missões de manutenção de paz e com os processos de paz.

Atualmente, nove dos vinte estados soberanos que compõem a América Latina adotaram Planos Nacionais de Ação: o Chile, primeiro em 2009 e depois em 2015; a Argentina e o Paraguai, em 2015; o Brasil, El Salvador e Guatemala, em 2017; o México

⁹⁴ Michelle Bachelet, eleita presidente do Chile em 2006 e em 2014; Cristina Fernández de Kirchner, eleita presidente da Argentina em 2007; Laura Chinchilla, eleita presidente da Costa Rica em 2010; Dilma Rousseff, eleita presidente do Brasil em 2011 (Voz de América, 2022, para. 3-6).

⁹⁵ María Cecilia Chacón, nomeada Ministra da Defesa da Bolívia em 2011 (Infodefensa.com, 2011, para. 1), Marta Lucía Ramírez, nomeada, em 2002, Ministra da Defesa da Colômbia (BBC News Mundo, 2018, para. 5), Guadalupe Larriva, Lorena Escudero e María Fernanda Espinosa, nomeadas Ministras da Defesa do Equador em 2007 e em 2012 (El País, 2007, para. 1 e 2; France24, 2018, para. 5), Martha Ruiz Sevilla e Rosa Adelina Barahona Castro, nomeadas Ministras da Defesa de Nicarágua, respetivamente, em 2014 e 2019 (La Prensa Gráfica, 2014, para. 1; La Vanguardia, 2019, para. 1), Nuria Esparch, nomeada Ministra da Defesa do Peru em 2020 (RPP, 2020, para. 1), Azucena Berrutti, nomeada Ministra da Defesa do Uruguai em 2005 (Presidencia, 2005); Carmen Meléndez, nomeada, em 2013, Ministra da Defesa da Venezuela (BBC News Mundo, 2013, para. 1).

e o Peru, em 2021 (ONU Mujeres, 2021, para. 7) e, mais recentemente, em 2022, o Uruguai (“Lanzamiento del Plan de Acción Nacional Mujeres Paz y Seguridad”, 2022, para. 1). Estes números, contudo, segundo Drumond et al (2022, p. 5), não impedem que a América Latina seja uma das regiões menos representadas no que aos Planos Nacionais de Ação diz respeito.

De facto, os obstáculos para a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na região não se limitam às situações de conflito e de pós-conflito, tradicionalmente associadas a esta Agenda, prendendo-se, ainda, com os problemas relacionados com a ameaça aos direitos humanos, com a escassa existência de espaços de diálogo entre os organismos da sociedade civil, com os elevados níveis de criminalidade e de pobreza, com a exclusão, a desigualdade e a discriminação e, também, com as emergências sanitária e ambiental (ONU Mujeres, 2021, para. 9).

Se, num primeiro momento, o estabelecimento de um compromisso com a Agenda Mulheres, Paz e Segurança se situou no sector da defesa (com, a título de exemplo, a ampliação do acesso à carreira militar por parte das mulheres ou com a preocupação pela representação numérica destas nas operações de paz da ONU), os avanços mais significativos deram-se aquando da participação ativa de diferentes ministérios de países como o Brasil, o Paraguai, o México, a Argentina e o Chile na tradução e consequente implementação, através dos respetivos Planos Nacionais de Ação, da Resolução 1325 (Drumond et al., 2022, p. 10). No caso de El Salvador, de Guatemala, do Peru e, mais recentemente, do Uruguai, a elaboração dos Planos Nacionais de Ação resultou do esforço conjunto de diferentes instituições, reunidas, respetivamente, no Comité Nacional para a Implementação da Resolução 1325⁹⁶, na Mesa Interinstitucional sobre Mulheres, Paz e Segurança⁹⁷ (ibidem, pp. 10-11), no Grupo de Trabalho GT-MINDEF PA 1325-1⁹⁸ (Ministerio de Defensa, 2021, p. 1) e no Grupo de Trabalho Interinstitucional⁹⁹ (Uruguay Presidencia, 2022, p. 2).

No que respeita à participação da sociedade civil na elaboração destes Planos, se bem que nos casos do Chile, da Argentina e do Brasil algumas Organizações Não

⁹⁶ Criado em 2014, o Comité é um grupo de trabalho interinstitucional cujo objetivo é a proposta de políticas e de normas que garantam o cumprimento da Resolução 1325 e resoluções subsequentes no El Salvador (Gobierno de El Salvador, 2017, p. 23).

⁹⁷ Reunida duas vezes por mês, a Mesa cumpre o propósito de garantir a aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança através de relatórios emitidos por parte das instituições participantes. Ainda, tem como objetivo garantir uma vida livre de qualquer forma de violência contra as mulheres, apoiar o exercício pleno dos seus direitos, a sua representação política e o seu empoderamento económico e social. (Secretaría Presidencial de la Mujer, s.d., para. 16-17).

⁹⁸ Composto por representantes do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, o Grupo de Trabalho foi criado em 2021 com o objetivo de desenhar o Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança (Perú – Ministerio de Defensa, 2021, pp. 4-6).

⁹⁹ Criado em 2020 e composto por representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa e do Interior, da Secretaria dos Direitos Humanos e do Instituto Nacional das Mulheres, o Grupo é o responsável pelo seguimento da aplicação do Plano Nacional de Ação e do cumprimento dos compromissos assumidos em sede deste. É, igualmente, o responsável máximo pela adaptação da aplicação do Plano às circunstâncias que se verifiquem (Uruguay Presidencia, 2022, p. 36).

Governamentais (ONGs), universidades e institutos puderam prestar o seu contributo, foram os países centro-americanos que procuraram uma verdadeira inclusão da sociedade civil, com especial destaque para as associações locais de mulheres (Drummond et al., 2022, p. 11). No caso do México, ainda que tenha sido o primeiro país, não só da América Latina, mas também do Sul Global, a adotar, em 2021, uma política externa feminista (Secretaría de Relaciones Exteriores, 2020, para. 1), não existe registo da participação da sociedade civil durante a elaboração do Plano Nacional de Ação que veio a ser aprovado no mesmo ano (Drummond et al., 2022, p. 12). No corpo do Plano, a participação da sociedade civil é, contudo, referida em dois momentos: dentro da secção relativa ao propósito e à estrutura, no compromisso de promover a participação de diversos atores não estatais nas ações contempladas no Plano (Secretaría de Relaciones Exteriores, p. 6) e, no âmbito temático da participação, no apoio à criação de futuras redes de mulheres construtoras da paz (ibidem, p. 8).

Contudo, se, por um lado, na América Latina, a ação dos estados – focada, sobretudo, nas políticas externa e de defesa – afasta a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança das vivências reais das mulheres nos seus próprios países (Giannini et al., 2018, p.1), por outro lado, fora do âmbito estatal, os debates sobre a aplicação dos diferentes Planos Nacionais de Ação surgem limitados à esfera de *think tanks* especializados, de académicos e de alguns atores da sociedade civil, e, como tal, afastados da população em geral (Drummond & Rebelo, 2020, p. 2).

De facto, este distanciamento faz com que as narrativas das mulheres em geral, e, muito particularmente, das mulheres afrodescendentes e indígenas – que, para além da violência direta são especialmente vulneráveis a diferentes manifestações de violência indireta, como sejam “o sofrimento causado pela perda de entes queridos até as barreiras para acessar o sistema judiciário, a educação formal, ou mesmo a dependência econômica frequentemente experimentada por muitas delas.” (Giannini et al., 2018, p.5) – não sejam integradas nas políticas públicas de redução da violência (Giannini et al., 2018, p.5). Os Planos Nacionais de Ação, ao não incluírem as situações de violência fora do contexto dos conflitos (ibidem) e ao abordarem a proteção das mulheres como um tema de interesse simultaneamente nacional e internacional, direcionam, segundo Shepherd (2016, citada por Drummond & Rebelo, 2020, p. 9), essa proteção para mulheres e para situações de violência e de insegurança fora das fronteiras. Assim, no entender de Drummond & Rebelo (ibidem), os Planos Nacionais de Ação dos países latino-americanos apartam a atenção que teria de ser prestada aos desafios nacionais e regionais da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, adotando uma atitude que Aroussi (2017, citado por Drummond & Rebelo, ibidem) designa de “esquecimento estratégico”. Para Giannini et al. (2018, p. 6) a não inclusão, nos Planos

Nacionais de Ação, de temas prioritários no âmbito nacional da Agenda Mulheres, Paz e Segurança revela a não compreensão de que a violência, em todas as suas manifestações, representa uma ameaça à vida e à segurança de inúmeras mulheres e meninas, e, conseqüentemente, uma ameaça à paz, à segurança e ao desenvolvimento sustentável.

A insuficiente articulação entre a realidade das mulheres latino-americanas e a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, sob a forma de Planos Nacionais de Ação, por parte dos estados, tem vindo, porém, a ser atenuada pela atuação independente das organizações da sociedade civil, onde as mulheres participam de forma ativa e cujas atividades – não raras vezes, uma antecâmara para as negociações formais – permitem-lhes a oportunidade de prestar o seu contributo nos âmbitos público e político (Luciak, 2007, p. 17). É, precisamente, a estas formas de participação alternativas que dedicaremos a secção seguinte, pois que, não obstante a importância da inclusão das mulheres nos espaços de decisão formais, entendemos, tal como Dayal & Christien (2020, p. 3) que este é apenas um dos caminhos para que estas possam defender e promover a paz.

3.2. Das *guerrilleras*¹⁰⁰ às *Abuelas de la Plaza de Mayo*¹⁰¹: os diferentes papéis das mulheres nos processos de paz latino-americanos

No estudo que conduziram sobre os papéis das mulheres nos processos de paz *track II*¹⁰², Dayal & Christien (2020, p. 4) identificaram oito formas de participação das mulheres nos períodos compreendidos entre o pré e o pós-conflito, que medeiam entre a participação nas negociações de paz formais e a defesa da inclusão no governo pós-conflito, passando, por exemplo, pela afiliação às partes beligerantes ou a participação na resolução de conflitos locais.

Segundo Pearce (1997, p. 74), a construção da paz a longo prazo é uma responsabilidade das comunidades locais, cujos membros, muitas vezes, assumem diferentes níveis de envolvimento nos conflitos, desde vítimas e sobreviventes a trabalhadores humanitários e construtores da paz. Esta ideia vai, de resto, ao encontro dos dados constantes no estudo conduzido, em 2015, pela ONU Mulheres sobre a implementação da Resolução 1325, que afirmam que a probabilidade de fracasso dos

¹⁰⁰ Em português, “guerrilheiras”.

¹⁰¹ Em português, “Avós da Praça de Maio”.

¹⁰² O conceito de “*track II*” diz respeito, segundo a definição proposta por Davidson & Montville (1981, p. 155), às interações não oficiais, apoiadas na ideia de que os conflitos podem ser resolvidos ou amenizados através do apelo às capacidades humanas da boa vontade e da razoabilidade. Este conceito pode ser mais facilmente assimilado quando comparado com a diplomacia “*track I*”, levada a cabo por diplomatas, oficiais do governo, chefes de estado e outros atores, tais como as Nações Unidas, o Vaticano e a União Europeia, segundo um protocolo formalmente definido (Mapendere, 2000, p. 67).

acordos de paz é 64% menor quando se verifica uma participação de representantes da sociedade civil (Coomaraswamy, 2015, p. 42). Em concreto, quanto à inclusão de mulheres, a evidência do *Graduate Institute* de Genebra indica que a participação qualitativa destas (isto é, a força da sua influência) está diretamente relacionada com uma maior probabilidade de implementação dos acordos (Paffenholz, 2015, p. 1). Paffenholz (ibidem), apoiada na ideia de que a participação das mulheres não se resume apenas às mesas de negociação, propõe sete modelos de inclusão, que podem verificar-se em paralelo ou de forma assíncrona, em diferentes momentos dos processos de paz: 1) Representação direta na mesa de negociação; 2) Estatuto de observadora; 3) Consultas (oficiais e não oficiais); 4) Comissões inclusivas; 5) Workshops de resolução de problemas de alto nível; 6) Tomada de decisão pública; e 7) Ação de massas.

No caso concreto da América Latina, é importante considerar, também, a presença das mulheres nos grupos armados revolucionários – dentro dos quais desempenham variadas funções, desde as de caráter mais logístico até às de colaboradoras externas e combatentes (Sánchez, 2014, p. 385) – e, mais ainda, o facto de, independentemente do papel que assumem no seio dos conflitos, ainda não terem conseguido conquistar o espaço necessário para prestar o seu contributo para os processos de paz (Moser & Clark, 2001, p. 34). Para esta questão, segundo Moser & Clark (ibidem), contribui também a existência de violência armada, que compromete seriamente a interação das comunidades, visto que, não raras vezes, a organização e participação comunitárias são confundidas com um ataque, resultando em ameaças aos líderes das organizações, muito especialmente se estes forem defensores dos direitos humanos: em 2022, segundo os dados constantes do *Human Rights Defenders Memorial*, foram assassinados 401 defensores dos direitos humanos, sendo que 4 dos 5 países que representam mais de 80% do total mundial – a saber, o Brasil, a Colômbia, as Honduras, o México e a Ucrânia – se encontram na América Latina (Front Line Defenders, 2022, p. 9).

Em tempos de crise e de conflito, na América Latina, as mulheres são as organizadoras por excelência da ação comunitária, sendo peças-chave ao nível da construção da confiança, mas também na coordenação logística, no trabalho cooperativo e no estabelecimento de contacto com as comunidades (Mora et al., 2022, p. 9). Na outra face da moeda, contudo, verifica-se, igualmente (e sobretudo), nestas situações a perpetuação da violência no âmbito privado, cuja frequente assunção como comportamento habitual gera, por sua vez, formas mais complexas de violência (ibidem).

Em particular, na América Latina, para além da violência baseada no género, devem considerar-se, ainda, as experiências singulares das mulheres indígenas, afrodescendentes, migrantes, ex-combatentes, membros do coletivo LGBTQIA+, com deficiência, em situação de pobreza e membros de grupos religiosos minoritários, fatores que resultam em múltiplas formas de opressão (Busquier & Parra, 2021, p. 64). Mais ainda, na região, diferentemente das vivências do ocidente, a luta das mulheres, travada ao lado dos homens, baseou-se, sobretudo, na denúncia do sistema colonialista (e suas práticas opressoras associadas – como o escravagismo, o classismo, a marginalização, a violência e o patriarcado) e na exigência de liberdade (Ramírez, 2014, pp. 42-43). E, se durante a primeira onda de revoluções – entre 1956 e 1970 –, a participação das mulheres latino-americanas não foi significativa, na década de 80 estas chegaram a constituir um terço do total dos membros dos movimentos de guerrilha, principalmente em países como El Salvador, Nicarágua e Guatemala (Luciak, 2007, p. 12). No caso do México, para Kampwirth (2002, pp. 83-84), a rebelião zapatista de 1994 (isto é, do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional – EZLN*¹⁰³), foi, também, uma rebelião das mulheres, uma vez que estas constituíram um terço do total dos combatentes e metade dos membros da base de apoio do Exército. Para a autora (ibidem, pp. 84-85), ainda que os números de mulheres combatentes no México se aproximassem dos casos de El Salvador e de Nicarágua, a singularidade da participação das mulheres zapatistas reside na sua proveniência, uma vez que no seio das comunidades indígenas maias – de onde provinha a maioria dos combatentes do *EZLN* – a tendência era a de que as mulheres levassem vidas muito restritas, sem margem de participação na vida política.

Sobre as razões que levam as mulheres a unir-se a estes movimentos, Kampwirth (ibidem, p. 6) adianta que, em Nicarágua, El Salvador e no México, estas são, aliás, partilhadas com os homens e motivadas pela vontade de acabar com as ditaduras, com a exploração dos pobres e dos indígenas e de construir países mais justos. Pearce (1997, p. 75) vai mais além e fala de um sentimento de pertença relacionado com a classe, com a etnia ou com a nacionalidade, que minimiza, até, as preocupações das mulheres com as questões de género e que constitui uma razão para que estas decidam pegar nas armas.

Quanto a estes movimentos de guerrilha, Luciak (ibidem, p. 24) atenta, porém, na discriminação associada aos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)¹⁰⁴, cujas políticas têm, tradicionalmente, como beneficiários os

¹⁰³ Em português, “Exército Zapatista de Libertação Nacional”.

¹⁰⁴ Segundo a definição proposta pela Organização das Nações Unidas (UN DDR Resource Centre, 2006, p. 6), ao conceito de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) corresponde um processo que visa contribuir para a

combatentes que entregam as armas, desconsiderando as mulheres e os homens que assumem funções de serviço e de apoio logístico. Sendo a maioria das mulheres destacada para esse tipo de funções, incorre numa posição discriminatória, pois que as suas necessidades não apresentam a mesma visibilidade do que as dos seus companheiros armados, pelo menos no que à fase de desarmamento diz respeito (ibidem).

Do outro lado do conflito, contudo, encontramos inúmeras organizações e grupos de mulheres cuja ação, ainda que de maneira informal, muito tem contribuído, ao longo dos anos, para a construção da paz. Nesta linha, concordamos com Dayal & Christien (2020, p. 7) na necessidade, por parte dos decisores políticos, de reformular o discurso sobre a participação das mulheres nos processos de paz, procurando reconhecer cada um dos seus papéis e contribuindo, assim, para a democratização destes processos. Orellana & Azkue (2013, pp. 32-33) acrescentam que, durante o conflito, para além de combatentes, as mulheres participam em diferentes espaços de mobilização (como sejam, a militância política, o sindicalismo, o movimento campesino ou as Comunidades Eclesiais de Base - CEB¹⁰⁵), assumindo funções tão diversas como, entre outras, as de professoras, médicas, cozinheiras, costureiras e mensageiras.

De resto, para Magallón (2006, p. 126), não raras vezes, “*tras la guerra o el genocidio, son las mujeres las que continúan en la lucha contra la impunidad, y por la recuperación de la verdad y la justicia*”¹⁰⁶. No seu livro “*Mujeres en Pie de Paz*”¹⁰⁷, Magallón (ibidem) atenta em diferentes grupos latinoamericanos de mulheres construtoras da paz, como sejam a *CONAVIGUA – Coordinadora de Viudas de Guatemala*, o *COMADRES – Comité de Madres de Desaparecidos de El Salvador e as Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*. Pela importância do seu trabalho, quer durante o conflito, quer na atualidade, e, também, pelo reconhecimento internacional que lhes foi atribuído¹⁰⁸, dedicaremos os parágrafos seguintes a cada um destes grupos e a outros dois que merecem, igualmente, a nossa atenção, segundo a ordem cronológica do início da sua atividade.

segurança e a estabilidade pós-conflito, através da retirada das armas dos combatentes, do seu afastamento das estruturas militares e sua posterior integração social e económica através de meios de subsistência civis.

¹⁰⁵ Propostas em 1959 no Concílio Vaticano II, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) tinham como objetivo a evangelização através do diálogo e a promoção, junto dos mais pobres, da dignidade humana e de uma sociedade mais justa e solidária (Assessoria de Comunicação do CEDEM, 2019, para. 6).

¹⁰⁶ Em português, “depois da guerra ou do genocídio, são as mulheres que continuam a luta contra a impunidade e pela recuperação da verdade e da justiça”.

¹⁰⁷ Em português, “Mulheres Preparadas para a Paz”. O título alude à expressão espanhola “en pie de guerra”, usada em referência a algo ou alguém preparado para a guerra (Real Academia Española, s.d.).

¹⁰⁸ Veja-se, a título de exemplo, a criação, em 1980 do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários (United Nations General Assembly, 2022, p. 3); ou, ainda, a canção “*Mothers of the Disappeared*” (em português, “Mães dos Desaparecidos”), da banda irlandesa U2, escrita em homenagem a estas organizações de mulheres (Robert F. Kennedy Human Rights, s.d., para. 3).

No decorrer do regime repressivo conhecido como “*el Proceso*”¹⁰⁹, – expressão que se refere ao Processo de Reorganização Nacional, nome atribuído à ditadura militar da Argentina (Bonvecchi & Simison, 2017, p.129), compreendida entre os anos 1973 e 1986 (Ministerio de Educación, s.d., para. 1) – a Argentina conheceu as *Madres de la Plaza de Mayo*¹¹⁰, um exemplo daquilo a que Magallón (ibidem, p. 131) designa de “*maternidade militante*”. Se bem que o Processo em si não constituiu, pelo menos oficialmente, um conflito armado interno, levou a cabo inúmeras perseguições contra ativistas associados à esquerda política, num fenómeno apelidado de “guerra suja” (Hall, 2018, para. 1-2). Assim, com o objetivo comum de denunciar o desaparecimento dos seus filhos, um grupo de mães reuniu-se, a 30 de abril de 1977, para manifestar pacificamente na *Plaza de Mayo*, em Buenos Aires, e exigir justiça ante o sucedido (CNDH México, s.d., para. 2). No mesmo ano, inspiraram o nascimento das *Abuelas de la Plaza de Mayo*, uma organização de mulheres cuja atividade se desenvolvia em quatro níveis, desde a denúncia às autoridades governamentais, nacionais e internacionais; passando pela submissão de casos na justiça e pela procura dos desaparecidos com ajuda da sociedade, até à condução de investigações a título pessoal (Magallón, 2006, pp. 133-134). Pese a perseguição de que foram vítimas durante a ditadura militar, estes grupos de mulheres puderam constituir-se, em 1979, como organizações oficiais, ganhando destaque, nacional e internacional, pelo seu exemplo de resistência coletiva e de luta pela dignidade, pela verdade e pela justiça (CNDH, s.d., para. 5). Na atualidade, e com o regresso da democracia, as *Madres de la Plaza de Mayo* situam a sua atuação no campo político, erguendo-se contra a corrupção do sistema judicial e a favor do trabalho digno e da habitação social para pessoas em situação de sem abrigo, tendo, ainda, criado uma emissora de rádio, um canal de televisão e uma universidade (Moreno, 2021, para. 7). De forma mais simbólica – e porque o paradeiro de muitos dos seus filhos é, ainda, uma incógnita – todas as quintas-feiras, tal como a 30 de abril de 1977, as Madres continuam a marchar à volta da *Plaza de Mayo* (Premio Sájarov, s.d., para. 8), convictas de que “*la única lucha que se pierde es la que se abandona*”¹¹¹ (CNDH, s.d., para. 9).

Em El Salvador, igualmente motivadas pela procura do paradeiro dos seus familiares e inspiradas pelas palavras de monsenhor Óscar Romero¹¹², “*a ustedes las madres les toca abrir camino donde no lo hay*”¹¹³ (Garcia, 2003, citada por Magallón,

¹⁰⁹ Em português, “o Processo”.

¹¹⁰ Em português, “Mães da Praça de Maio”.

¹¹¹ Em português, “a única luta que se perde é aquela que se abandona”.

¹¹² Sacerdote católico, nascido em Ciudad Barrios, El Salvador, conhecido pelas suas pregações em defesa dos direitos humanos e pela denúncia, nas suas homilias dominicais, de numerosas violações dos direitos humanos. Manifestou publicamente a sua solidariedade para com as vítimas da violência política no seu país, razão pela qual foi assassinado, a 24 de março de 1980 (Biblioteca Nacional de España, s.d., para. 1).

¹¹³ Em português, “a vós, mães, cabe-vos indicar o caminho onde ele não existe”.

ibidem, p. 131), mulheres provenientes de diferentes grupos decidiram unir-se, nos finais dos anos 70, no *COMADRES* (Robert F. Kennedy Human Rights, s.d., para. 1). Este Comité, constituído inicialmente por mulheres analfabetas (García, 2003, citada por Magallón, 2006, p.131) continua, 45 anos depois da sua fundação, a exigir justiça para as vítimas dos desaparecimentos forçados ocorridos durante o conflito armado de El Salvador (Espinoza, 2023, para. 1). Muitas das mulheres pertencentes ao *COMADRES* foram, também elas, capturadas e submetidas a violência nas suas formas física e sexual (Bejarano, 2003, p. 414), sobretudo entre 1980 e 1989, período em que se registaram, ainda, inúmeros atentados à sede do Comité (Orellana & Azkue, 2013, pp. 56-37). Pese a sua atividade atual, o *COMADRES*, tal como outras organizações da sociedade civil, não pôde beneficiar, na prática, das disposições teóricas dos acordos de paz, não só pela escassez de instrumentos políticos, económicos, jurídicos e emocionais para reivindicar os direitos violados (Deras, 2022, p. 1141), como também pela promulgação, a 20 de março de 1993, da *Ley de Amnistía General para la Consolidación de la Paz*¹¹⁴ (Refworld, s.d.), que, apoiada no discurso do “*perdón y olvido*”¹¹⁵ (Deras, 2022, p. 1143), se consubstanciou na “*negación a revisar las violaciones del pasado y, por consiguiente, la privación del derecho a la verdad de lo sucedido*”¹¹⁶ (ibidem, p. 1144). Mais ainda, a partir do ano 2000, passou a verificar-se uma nova tendência de militarização do estado e da sociedade e um despoletar da violência política, perpetrada pelas forças de segurança e pelas estruturas paramilitares sob a forma de, entre outros, sequestros e assassinatos (Orellana & Azkue, 2013, pp. 73-75).

Fundada, por sua vez, em 1985 com o propósito de denunciar e de exigir justiça contra a exclusão, a discriminação e as constantes violações dos direitos humanos das mulheres viúvas e órfãs do conflito armado interno de Guatemala (1960-1996), a *CONAVIGUA* é uma organização de mulheres maias, provenientes de diferentes regiões guatemaltecas (CONAVIGUA, s.d., para. 1-3). Responsáveis pela procura pelos desaparecidos nos últimos anos do conflito armado interno de Guatemala, as mães, esposas, filhas e irmãs da *CONAVIGUA*, até então sem serem reconhecida a sua importância para o país, enfrentando o exército, encabeçaram, na época, ações de resistência pacífica, passando a dedicar-se, no pós-conflito, à defesa dos direitos humanos das mulheres e dos povos indígenas, ao ressarcimento das vítimas do genocídio maia e ao acesso à formação, visto que a sua maioria não pôde frequentar a

¹¹⁴ Em português, “Lei de Amnistia Geral para a Consolidação da Paz”. A Lei foi revogada por inconstitucionalidade em julho de 2016 (Malkin & Palumbo, 2016, para. 1).

¹¹⁵ Em português, “perdão e esquecimento”.

¹¹⁶ Em português, “a recusa em rever as violações do passado e, consequentemente, a privação do direito à verdade sobre o que aconteceu”.

escola (Magallón, 2006, pp. 126-127). Neste sentido, atualmente, a *CONAVIGUA* tem levado a cabo, essencialmente, atividades de formação, apoiadas na ideia de que o empoderamento político do povo maia “*se encuentra estrechamente relacionado con el reconocimiento y defensa del valor de sus saberes y prácticas culturales ancestrales, así como de su relación con la tierra y con el territorio que habitan y sus formas de cultivarlo.*”¹¹⁷ (Mundubat, 2022, para. 2). As ações que desenvolve são um exemplo de que, pese as diversas limitações no cumprimento formal dos acordos de paz – para as quais muito tem contribuído, segundo Orellana & Azkue (2020, p. 6), e tal como no El Salvador, políticas generalizadas de esquecimento e de silêncio – as suas disposições serviram de inspiração para as transformações sociais encabeçadas pelas organizações da sociedade civil (Sáenz de Tejada, 2022, para. 16). Esta situação remete-nos, ainda, para o caso das mulheres de *Sepur Zarco*, cujo exemplo pioneiro, até do ponto de vista internacional (ONU Mujeres, 2017, para. 5), das sucessivas reivindicações de justiça pelas violações perpetradas pelo exército guatemalteco durante o conflito resultou, vinte e duas audiências e cinco anos depois, na condenação de dois ex-militares por crimes de lesa-humanidade e em dezoito medidas de reparação para as sobreviventes e suas comunidades (ONU Mujeres, 2018, para. 16). Em concreto, o destaque internacional do caso *Sepur Zarco* prende-se com o facto de ter dado lugar, pela primeira vez no mundo, ao julgamento, por um tribunal nacional, do crime de violência sexual em contexto de conflito (ICTJ – Justice, Truth, Dignity, 2016, para. 2), tendo sido, também, pela primeira vez, reconhecido e julgado o crime de violência sexual como um delito equiparado aos restantes crimes de guerra (SáCouto et al., 2022, p. 2).

Da vontade de Tarcila Rivera, importante e reconhecida ativista pelos direitos das meninas, das mulheres, dos jovens e dos povos indígenas (CEPAL, s.d., para. 1), nasceu, em 1986, seis anos depois do início do conflito armado interno do Peru – compreendido entre os anos 1980 e 2000 (CICR, 2017, para. 3) – o *CHIRAPAQ* – *Centro de Culturas Indígenas del Perú*, que, numa primeira fase, se dedicou a prestar apoio, nos refeitórios comunitários de *Ayacucho*, aos deslocados internos, em geral, e às crianças, mulheres e pessoas idosas, em particular (CHIRAPAQ, s.d., para. 2). A partir dos anos 90, contudo, passou a oferecer, para além de apoio relacionado com a nutrição, atividades de expressão artística, como forma de superação dos traumas provocados pela exposição à violência (ibidem), integradas nas oficinas de afirmação cultural “*Ñoqnchiq*” (CHIRAPAQ, 2013, para. 2). Mais tarde, em 1996, o *CHIRAPAQ*

¹¹⁷ Em português, “está intimamente relacionado com o reconhecimento e a defesa do valor dos seus conhecimentos ancestrais e das suas práticas culturais, bem como da sua relação com a terra e o território que habitam e das suas formas de o cultivar”.

lançou o Programa de Soberania e Segurança Alimentar, com o propósito de resgatar os conhecimentos agrícolas ancestrais, tendo como protagonistas as mulheres, partindo do papel crucial que estas desempenharam neste âmbito, como principais zeladoras do bem-estar das suas comunidades (CHIRAPAQ, s.d., para. 4-5).

Atualmente, a ação do CHIRAPAQ desdobra-se em quatro programas, dedicados à equidade de género no seio dos povos indígenas (CHIRAPAQ, s.d.a, para. 1), à soberania e segurança alimentar (CHIRAPAQ, s.d.b, para. 1), ao reconhecimento e afirmação da identidade coletiva indígena (CHIRAPAQ, s.d.c, para. 1) e à comunicação indígena, através da produção audiovisual e radiofónica (CHIRAPAQ, s.d.d, para. 1). Pese a inclusão, na *Comisión de la Verdad y Reconciliación del Perú*¹¹⁸, de uma análise do impacto diferencial da violência baseada no género no contexto do conflito armado interno¹¹⁹ e de um capítulo dedicado à violência sexual contra as mulheres (Mantilla Falcón, 2006, p. 324), no entender de Tarcila Rivera, o estado peruano não ofereceu às vítimas a verdade, a justiça e a reparação esperadas, uma vez que

*Ahora, cuando hablan de reparación y justicia, la ley obliga a demostrar dónde está tu familia desaparecida. Si no encuentras la tumba, no tienes justicia ni reparación. No hay programa que cure las heridas de todo lo que vivieron las comunidades que sufrieron la violencia de los terroristas por un lado o de los militares por otro.*¹²⁰ (Urkizu & Vila, 2018, para. 13).

Esta ideia é, aliás, acolhida por Demesia Yat, uma das protagonistas do caso *Sepur Zarco*, “*Esperamos muchos años a que se hiciera justicia; ahora tenemos que esperar para obtener reparación*”¹²¹ (ONU Mujeres, 2018, para. 36). Este e os restantes casos, apresentados supra, remetem-nos para o entendimento de Magallón (2006, p. 69), presente na introdução deste capítulo, de que, não raras vezes, os processos de paz podem durar toda uma vida.

Contudo, considerando que o exemplo mais paradigmático da participação das mulheres nos processos de paz na América Latina nos é dado, quer pela extensão temporal e territorial do conflito, quer pelo número e heterogeneidade dos atores que nele participaram, pelo caso colombiano, e tendo presente a premissa de Magallón (ibidem), é a este que dedicaremos o capítulo que se segue.

¹¹⁸ Em português, “Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru”.

¹¹⁹ Em particular, durante a presidência de Alberto Fujimori (1990 – 2000), o Peru implementou, com vista a combater a pobreza, um programa de saúde reprodutiva e de planeamento familiar que consistiu na esterilização forçada de mulheres, na sua maioria indígenas, de origem pobre e nativas do idioma quéchua (BBC News Mundo, 2021, para. 1-9).

¹²⁰ Em português, “Agora, quando se fala de reparação e justiça, a lei obriga-nos a provar onde está a nossa família desaparecida. Se não se encontrar a sepultura, não há justiça nem reparação. Não há nenhum programa que cure as feridas de todas as comunidades que sofreram a violência dos terroristas, por um lado, ou dos militares, por outro.”.

¹²¹ Em português, “Esperamos muitos anos para que se fizesse justiça; agora temos de esperar para obter reparação”.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: COLÔMBIA, “A TERRA DO ESQUECIMENTO”

A República da Colômbia é uma república presidencialista, situada no norte da América do Sul, cujas fronteiras são divididas, a norte, através do Mar das Caraíbas, com a Jamaica, o Haiti e a República Dominicana, a Oeste com o Panamá e o Oceano Pacífico, a Sul com o Brasil, o Peru e o Equador e com a Venezuela, a Este.

Desde 1525 até 1819, ano em que foi declarada a sua independência, a Colômbia manteve-se sob o domínio de Espanha. A partir desse ano (e até 1831), juntamente com os atuais estados do Panamá, da Venezuela e do Equador, formou parte de um país denominado de “Gran Colombia”¹²², fundado pelo revolucionário Simón Bolívar e extinto pouco depois da sua morte (Torres, 2020, para. 6).

Na atualidade, conta com cerca de 51 milhões de habitantes (Oficina de Información Diplomática, 2023, para. 3), principalmente concentrados, pelo maior número de oportunidades e de recursos naturais que aí se encontram, nas regiões norte e oeste e, também, na sua capital, Bogotá, razão pela qual é possível dizer que 60% do país se encontra escassamente povoado (Central Intelligence Agencia, 2023). Do ponto de vista demográfico, apresenta grande diversidade étnica, dividida em três principais grupos – brancos e mestiços (87,6%), afro-colombianos (6,8%), ameríndios (4,3%) – e outros não especificados (1,4%), e acolhe o terceiro maior número de refugiados do mundo – 2,5 milhões – (ACNUR, 2023), na sua maioria – cerca de 1,6 milhões –, provenientes da Venezuela (UNHCR, 2023, p. 75). Ainda, a Colômbia faz parte do grupo de países com maior índice de biodiversidade do mundo (Instituto Humboldt, 2017), devido à existência de uma grande amplitude de ecossistemas e, dentro destes, de recursos, dos quais se podem destacar, pela importância económica que encerram, o carvão, o petróleo, o gás natural, os minérios de ferro, o níquel, o ouro, o cobre e as esmeraldas (Central Intelligence Agencia, 2023).

Não obstante a riqueza material e natural que possui, os maiores problemas económicos e sociais da Colômbia advêm, sobretudo, da pobreza, da desigualdade de rendimentos – refletida nas disparidades no acesso, entre outros, à educação, à saúde e à segurança social – (Bendeck et al., 2023, p. 102) e, também, do narcotráfico, um dos principais setores envolvidos no conflito que, desde a década de 60 do século XX, assola o país (Beristain, 2022, p. 312).

O conflito armado interno da Colômbia, um dos conflitos mais duradouros da história (Díaz, 2014, p. 113) – que vitimou, até 2016, cerca de 8,8 milhões de pessoas (Romero, 2019, para. 2) – terminou formalmente com a celebração, a 24 de novembro

¹²² Em português, “Grande Colômbia”.

de 2016, do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia* (doravante, *FARC*) (Gobierno de Colombia, 2022, para. 3), sendo considerado um caso pioneiro, na América Latina e no mundo, no que respeita à incorporação de uma perspectiva de género, quer nas negociações, quer na construção da paz (Gómez, 2021, p. 17).

Pese a assinatura deste acordo, atualmente, o conflito colombiano, mais do que diminuir, está a assumir uma outra configuração (Zulver, 2021, p. 441), passando por um período de pausa que Cockburn (2004, p. 39) considera enquadrar-se na definição de “*interbellum*”¹²³. Para Carvajal & Álvarez-Venega (2018, pp. 463-464), o conflito dá agora lugar a um cenário de violência localizada e fragmentada, caracterizado pela atuação de outros grupos de guerrilha (tais como o *Ejército de Liberación Nacional – ELN*, e o *Ejército Popular de Liberación – EPL*), e a forte presença de estruturas do crime organizado.

Se, no entender de Berry (2017, p. 831), os períodos de conflito e de violência podem constituir uma oportunidade de participação política por parte das mulheres – já que se caracterizam por mudanças nas normas sociais que, por sua vez, alteram os papéis de género tradicionais e, como tal, permitem uma integração das mulheres na vida pública e política –, no presente capítulo veremos que no caso colombiano esta participação, não raras vezes, é indissociável, como veremos mais adiante, da exposição a novos cenários de violência no período pós-conflito (Zulver, 2021, p. 442).

Conscientes de que as mulheres têm assumido, no seio do conflito armado interno da Colômbia, uma multiplicidade de papéis, após uma breve contextualização histórica deste conflito, o capítulo que aqui se apresenta debruçar-se-á, seguindo a lógica dos capítulos anteriores, nas suas vivências singulares, seus desafios e importância e potencial de cada uma das narrativas apresentadas, com especial destaque para as mulheres ex-combatentes, pela menor visibilidade que entendemos ser-lhes atribuída pela literatura. Contrariando a estrutura seguida até aqui, abordaremos a Resolução 1325 e a Agenda Mulheres, Paz e Segurança na terceira secção, pela importância que, como veremos, só recentemente têm encerrado no caso específico da Colômbia. Por sua vez, o título do capítulo remete-nos para a canção de Carlos Vives, “*La Tierra del Olvido*”¹²⁴, uma metáfora que representa o sonho de uma Colômbia sem conflito e em paz (Morales, 2015, para. 22).

¹²³ Em português, “período compreendido entre duas guerras” (Porto Editora, s.d., para. 1).

¹²⁴ Em português, “A Terra do Esquecimento”.

4.1. O conflito armado interno da Colômbia (1964-2016)

Ainda que o início formal do conflito armado interno da Colômbia se situe em 1964, ano da criação de dois dos três principais movimentos de guerrilha – o *ELN* (InSight Crime, 2017, para. 6) e as *FARC* (Moreira et al., 2015, para. 9) –, para entender as suas causas profundas é necessário recuar, segundo Romero (2019, para. 3), à Guerra dos Mil Dias (1899-1902), que opôs o Partido Conservador, no governo, às forças rebeldes do Partido Liberal, afastado do poder desde 1880 (Roca & Prieto, 2017, p. 1), e que vitimou entre 80 e 100 mil pessoas de um total de 4 milhões de habitantes (Hernández, 2021, para. 17). Contudo, para a presente investigação, consideramos mais pertinente atender, primeiro, nas décadas de 20 e de 30 do século XX, marcadas, nas palavras de Leongómez (2015, p. 6), pela questão agrária (isto é, a desigual distribuição da terra), pela fragilidade das instituições, pela profunda desigualdade de rendimentos e pela presença insuficiente do estado em muitas regiões do território colombiano; e, depois, no período conhecido como “*La Violencia*” (1946-1958), motivado por múltiplas violências – políticas, sociais, económicas e religiosas – (Ministerio de Cultura, 2016, para. 2) e caracterizado pela intolerância política decorrente da elevada polarização entre os partidos Conservador e Liberal (*Comisión de la Verdad*, 2022b, para. 1). O clímax deste período atribui-se ao episódio do “*El Bogotazo*”, isto é, a onda de violência sentida, primeiramente, na cidade de Bogotá, e, depois, em todo o país, desencadeada pelo assassinato do ex-candidato à presidência pelo Partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, a 9 de abril de 1948 (Moreira et al., 2015, para. 4). Com o intuito de fazer face à violência que assolava o país, a partir do ano de 1957 (e durante 16 anos, até 1973), no âmbito do novo regime estabelecido pela Frente Nacional, são assinados sucessivos pactos entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, para a manutenção de um sistema de alternância política entre estes dois partidos (Daza, 2019, p. 110). Este sistema restrito (e sua consequente e generalizada frustração política e social) impulsionou o surgimento de diferentes grupos de guerrilha – tais como os já mencionados *ELN* e *FARC* e, ainda, em 1970, o *Movimiento 19 de Abril* (doravante, *M-19*) (Centro de Documentación de los Movimientos Armados, s.d., para. 4) – emergentes de distintos cenários históricos e regionais e com diferentes motivações ideológicas, políticas e militares (Moreira et al., 2015, para. 8).

Para além destas causas e acontecimentos, a *Comisión de la Verdad*¹²⁵ (2022a, para. 2) aponta, ainda, para a existência de violências estruturais, como o patriarcado,

¹²⁵ Criada ao abrigo do Decreto nº 588 de 2017, a “*Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición*” é um mecanismo temporário e extrajudicial do “*Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición – SIVJRNR*” que visa dar a conhecer a verdade do ocorrido durante o conflito armado e contribuir para o esclarecimento das violações e infrações cometidas nesse âmbito (Comisión de la Verdad, 2022c, para. 4).

o racismo e as discriminações com base na classe social, na região de proveniência ou na ideologia, intensificadas pela escassez de espaços de participação política, fator que motivou, mais tarde, no final da década de 60, a assunção, por parte dos grupos de guerrilha, do uso da violência armada como único meio para transformar a sociedade (Moreira et al., 2015, para. 1 e 2).

No ano de 1974, o conflito colombiano sofre uma mutação, uma vez que a violência verificada até então sai dos limites internos do próprio sistema e passa a colocar-se “contra o sistema”, motivada pelos grupos armados supramencionados, “*que expresaban sus reivindicaciones mediante las armas ante la imposibilidad de hacerlo mediante vías democráticas y sociales*”¹²⁶ (Gómez Buendía, 1995, citado por Yeste & Fernández, 2006, p. 15). Ainda nesta década, com o intuito de fazer face à insurgência, a Colômbia experiencia uma série de reformas de cariz político – por exemplo, o Decreto 1928 de 1978 que, sob a forma de política de repressão, criminaliza a maioria dos movimentos de contestação social (Yeste & Fernández, 2006, p.17; CIDOB, s.d., para. 7) – e económico – com a liberalização da economia através da diminuição do intervencionismo estatal (Moreira et al., 2015, para. 7) – que enfatizam o descontentamento da população e, como consequência, consolidam a força dos movimentos guerrilheiros, cuja missão passa a incluir, para além da luta pela distribuição da terra, a luta pelo poder (Yeste & Fernández, 2006, p. 17).

Apresentando o conflito armado interno da Colômbia uma singularidade, não só pela sua extensão geográfica (e temporal), mas, sobretudo, pela pluralidade de atores que nele se movem (Bello, 2013, p. 19), consideramos importante atentar, ainda que de forma resumida, naqueles que, quer pelo reconhecimento oficial por parte da *Comisión de la Verdad*, quer pelo impacto da sua atuação, assumem o papel de protagonistas neste âmbito: os movimentos de guerrilha, os grupos paramilitares, as Forças Armadas e os narcotraficantes.

4.1.1. Movimentos de guerrilha

Como vimos nos parágrafos anteriores, a década de 60 do século XX, época de grande frustração política e social, ficou marcada pelo surgimento de diferentes grupos de guerrilha (Moreira et al., 2015, para. 8), maioritariamente provenientes das áreas rurais e das periferias das cidades (Díaz, 2014, p. 113) e inspirados pela Revolução Cubana, pelos ideais marxistas e pela existência prévia de uma tendência para a pertença a outros grupos armados ilegais (Daza, 2019, p. 120). Entre estes grupos, a literatura é unânime em destacar, pela sua dimensão, as *FARC*, o *ELN* e o *M-19*.

¹²⁶ Em português, “que expressavam as suas reivindicações através das armas, não sendo possível fazê-lo através de meios democráticos e sociais.”.

Inspiradas pela ideologia marxista-leninista, as *FARC* surgem – como vimos antes, em 1964 – em representação da população rural na luta pela construção de um estado de bem-estar social (Moreira et al., 2015, para. 9). Inicialmente, a atuação deste grupo concentrava-se apenas na selva da região sudeste e nas planícies ao redor da Cordilheira dos Andes, porém, no ano de 2000, os 12 mil integrantes desta guerrilha controlavam, já, 40% do território nacional (ibidem, para.10). Ainda que à época do seu auge militar, em 2002, as *FARC* tivessem nas suas fileiras cerca de 20 mil integrantes (p. 28), no ano seguinte à assinatura do Acordo de Paz, isto é, em 2017, constavam das listas oficiais 14.178 membros (Ortiz & Herrera, 2020, p. 110), de entre os quais entre 6.000 e 7.500 eram combatentes¹²⁷ (Cosoy, 2016, para. 9).

Por sua vez, o *ELN* – considerado a guerrilha mais antiga do continente americano (CNN Español, 2023, para. 1) – acolhendo, igualmente, como ideologia, o marxismo-leninismo (Moreira et al., 2015, para. 11), foi fundado por estudantes e intelectuais que, com o apoio de camponeses sem terras, de sindicatos do sector do petróleo e de sacerdotes ligados à teologia da libertação¹²⁸, tentaram implementar a rebelião rural na região de Magdalena Medio, no centro da Colômbia (Yeste & Fernández, 2006, pp. 42). Nos quase sessenta anos de atividade (desde 1964 até à atualidade), o *ELN* foi responsável por 17% do total de sequestros conduzidos no âmbito do conflito armado interno da Colômbia (Cordero, 2022, para. 6) e de 4% dos assassinatos cometidos, sendo atualmente, com cerca de 2.300 membros, a maior guerrilha do país (Lima, 2020, 10), com presença e atividade registadas, também, na Venezuela (Cordero, 2022, para. 15).

Diferentemente dos grupos mencionados supra, o *M-19*, fundado em 1970, caracterizou-se por ser uma guerrilha urbana de ideologia social-democrata (Pardo, 2020, para. 10), nacionalista, anti-imperialista e antioligárquica (Lara, 2022, para. 6). O carácter peculiar da sua atuação – quando comparada com a das *FARC* e do *ELN* – reside, ainda, na ambição de construir uma democracia participativa, afastada das ideias marxistas, na reunião, nas suas fileiras, de combatentes provenientes tanto da classe média como da classe operária (ibidem, para. 8) e nas ações mediáticas “*de carácter simbólico más que militar*”¹²⁹ (Pardo, 2020, para. 11), amplamente divulgadas através da sua agência oficial de comunicação, a “*Oiga Hermano*”¹³⁰ (Lara, 2022, para.

¹²⁷ A par dos combatentes, os grupos de guerrilha são constituídos, também, por milícias, cuja particularidade reside no facto de não serem estruturas militares e, como tal, de permitirem aos seus integrantes o usufruto de certas condições, como a constituição de família e a manutenção de uma residência fixa (Fundación Ideas para la Paz, 2016, para. 9).

¹²⁸ Tendo como berço a América Latina dos anos 60, a teoria da libertação é um movimento teológico fruto da consciência da situação injusta de pobreza da maioria do povo latino-americano (em contraste com a situação privilegiada de uma minoria) e do conseqüente questionamento do papel da Igreja no seio dessa sociedade desigual (González, 2021, pp. 52-53).

¹²⁹ Em português, “de natureza mais simbólica do que militar”.

¹³⁰ Em português, “Ouça irmão”.

8). Segundo Pardo (2020, para. 3 e 4), são precisamente estas as razões que justificam que o Acordo de Paz assinado a 9 de março de 1990 entre o *M-19* e o governo colombiano tenha sido bem-sucedido, resultando na entrega das armas dos guerrilheiros deste grupo e da sua integração na política através do partido “*Alianza Democrática M-19*”¹³¹ (Lara, 2022, para. 12). Esta integração na política tem no contributo prestado para a aprovação da Constituição de 1991 – uma constituição que salvaguarda a diversidade e os direitos das minorias da Colômbia – (ibidem, para. 13) e em Gustavo Petro – atual Presidente da República e ex-guerrilheiro pelo *M-19* – (Amerise, 2022, para. 1) os maiores exemplos da sua participação efetiva após a assinatura do Acordo de Paz.

4.1.2. Grupos paramilitares

Para além das guerrilhas, o conflito colombiano conta, ainda, com a participação de grupos paramilitares, também denominados de “*autodefensas*”¹³², uma forma encontrada pelo estado para combater as primeiras (Yeste & Fernández, 2006, p. 19). A sua fundação prende-se com a defesa privada da propriedade através do uso da violência como mecanismo de manutenção do *status quo* (Ontiveros, 2018, para. 1 e 3), mas da sua atuação acabou por resultar aproximadamente um 47% do total das mortes registadas no âmbito do conflito armado (Centro Nacional de Memoria Historica, 2018, para. 2). O que começou com uma autorização por parte do estado colombiano, através do Decreto 3398 de 1965, “*Por el cual se organiza la defensa nacional*”¹³³ (Decreto 3398 de 1965, 1965, para. 1), acabou por se desdobrar numa estratégia de ataque à base social das guerrilhas e, portanto, na perpetuação de massacres contra simpatizantes das ideologias de esquerda, tais como jornalistas, defensores de direitos humanos e camponeses com alguma relação aos grupos guerrilheiros (Yeste & Fernández, 2006 p. 19), razão pela qual são, ainda hoje, considerados os principais responsáveis pelas violações aos direitos humanos na Colômbia (Naciones Unidas Derechos Humanos Colombia, 2021, para 1.).

4.1.3. Forças Armadas

Tal como assinala Díaz (2014, p. 114), a função do exército é garantir a segurança nacional e, no caso do conflito colombiano, a representação oficial do estado fez-se através das Forças Armadas e da Polícia Nacional, no âmbito da “*Doctrina de Seguridad*

¹³¹ Em português, “Aliança Democrática M-19”.

¹³² Em português, “autodefensas”.

¹³³ Em português. “Através do qual se organiza a defesa nacional”.

*Nacional*¹³⁴ (Moreira et al., 2015, para. 16), uma estratégia militar desenvolvida pelos Estados Unidos, nos anos 60 e 70 do século XX, com vista a travar o avanço do comunismo na América Latina (Rivera, 2002, p. 13). O envolvimento das Forças Armadas e da Polícia Nacional no conflito armado eclodiram naquilo que Serna (2009, 285) define como “*militarización de lo civil*”¹³⁵, pois que impulsaram a ideia de um inimigo interno e, ao potenciarem a inclusão da população civil, provocaram o esbatimento entre as figuras dos combatentes e dos não-combatentes, o que resultou em inúmeras violações do Direito Internacional Humanitário (ibidem).

4.1.4. Narcotraficantes

A par dos atores que apresentámos supra, o conflito armado interno da Colômbia é indissociável do fenómeno do narcotráfico, cujas raízes remontam, primeiro, à década de 70, com a produção e venda de canábis aos Estados Unidos e, mais tarde, aos anos 80, com a substituição da canábis pela cocaína e com a formação de poderosos cartéis de droga (Yeste & Fernández, 2006, p. 20). Dez anos depois, já nos anos 90, a Colômbia ocuparia o primeiro lugar mundial da produção de folha de coca, sendo também nesta época que inicia a participação das *FARC* neste negócio (Moreira et al., 2015, para. 17). A verdade é que, ainda que reprovando a corrupção associada ao narcotráfico (McDermott, 2017, para. 1), é inegável o papel financiador que esta indústria assumiu perante as *FARC*, conseguido através da implementação de um sistema de impostos, cuja finalidade imediata seria a de tributar os produtores, os compradores e os laboratórios situados dentro das áreas controladas pelas *FARC* (ibidem, para. 4 e 5), com vista a financiar as ações levadas a cabo por este grupo (Moreira et al., 2015, para. 18).

Ainda, o narcotráfico encontra-se igualmente relacionado com os grupos paramilitares, contribuindo diretamente para o protagonismo destes no seio do conflito, pois, na década de 80, os narcotraficantes começaram a investir o seu capital em propriedades rurais (ibidem, para. 14), juntando-se, desta forma, às elites latifundiárias no combate às guerrilhas (Yeste & Fernández, 2006, p.19). Mediante o disposto, concordamos com Yeste & Fernández (ibidem, p. 20) quando apontam para a “*capacidad [por parte do narcotráfico] de establecer alianzas con los diferentes sectores del conflicto*”¹³⁶. Já em relação ao Estado colombiano, a atuação destes grupos, até à década de 90, baseou-se em níveis elevados de violência, muito devido à estratégia terrorista adotada pelo cartel de Medellín até ao seu desmantelamento

¹³⁴ Em português, “Doutrina da Segurança Nacional”.

¹³⁵ Em português, “militarização do civil”.

¹³⁶ Em português, “capacidade de construir alianças com os diferentes sectores do conflito”.

(ibidem), em 1993, aquando da morte do seu líder, Pablo Escobar (Antena 3 Noticias, 2019, para. 3).

Pese o desaparecimento dos principais cartéis, tais como o *Cartel de Medellín*, o *Cartel de Cali* e o *Cartel Norte del Valle de Cauca* (Herrera, 2018 p. 118), o narcotráfico persiste, atualmente, como um dos maiores problemas da Colômbia, beneficiando, como vimos, da sua capacidade de adaptação, quer ao mercado, quer aos restantes atores do conflito em que se insere (Yeste & Fernández, 2006, p. 20). Neste sentido, cabe, ainda, mencionar o poderoso valor económico gerado por este setor e a consequente influência que detém sobre a população (Pozzebon, 2022, para. 8 e 9), constituindo uma ameaça, em particular, para as comunidades indígenas (Velasco, 2022, para. 1), já que cerca de 9% das plantações de folha de coca se concentra nos designados “*resguardos indígenas*”¹³⁷ (UNODC, 2020, p.26).

Não obstante a assinatura, em 2016, do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as *FARC* – no âmbito do qual se criaram a *Comisión de la Verdad*¹³⁸ e a *Jurisdicción Especial para la Paz*¹³⁹, componentes do *Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición*¹⁴⁰ (Mesa de Conversaciones, 2018, p. 129) – o conflito armado interno da Colômbia persiste, na atualidade, devido, por um lado, à dificuldade do Estado em garantir a sua presença nas zonas mais remotas do país (Europa Press Internacional, 2021, para. 6) e, por outro, à existência do narcotráfico segundo as dinâmicas apresentadas supra (ibidem, para. 7).

Em concreto, no ano de 2021, devido à expansão da atividade dos grupos armados e consequentes ameaças à população civil – quer diretamente, através de telefonemas ou mensagens, quer indiretamente, através da instalação de minas terrestres – (OCHA, 2021, pp. 124-128), o número de deslocados internos triplicou, quando comparado com os dados de 2020 (Europa Press Internacional, 2021, para. 1), este último um ano particularmente difícil, quer para a população em geral (Vergara, 2021, para. 8), quer para os líderes sociais (ibidem, para. 14), quer, muito particularmente, para as mulheres, principais vítimas das designadas violências “invisíveis”, tais como o tráfico de seres humanos e a exploração sexual (ibidem, para. 21), violências estas que, como sabemos, ganham novas camadas tratando-se de mulheres afrodescendentes e indígenas¹⁴¹ (OCHA, 2021, p. 127).

¹³⁷ Propriedade coletiva pertencente às comunidades indígenas (RAE, s.d., para.1).

¹³⁸ Em português, “Comissão da Verdade”.

¹³⁹ Em português, “Jurisdição Especial para a Paz”.

¹⁴⁰ Em português, “Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição”.

¹⁴¹ Em 2021, os afrodescendentes constituíram cerca de 45% dos deslocados internos e os indígenas cerca de 22% (Sistema de Información sobre Derechos Humanos y Desplazamiento – SISDHES, 2021). Em 2023, 26% do total de deslocados internos correspondeu a população afrodescendente e 35% a população indígena (OCHA, 2023).

Pese as violências que, inegavelmente, assolam as vidas das mulheres neste contexto, terão estas capacidade de agência no âmbito da paz que a Colômbia tem procurado construir, oficialmente, desde 2016? É a esta pergunta que procuraremos responder na secção seguinte.

4.2. A participação das mulheres no processo de paz colombiano

O processo de paz entre o governo colombiano e as *FARC*, iniciado no rescaldo da vitória presidencial de Juan Manuel Santos, em 2010 (Biblioteca Abierta del Proceso de Paz Colombiano, s.d., para. 1; Fisas, 2010, p. 15), não beneficiou, nas suas etapas preliminares, da participação feminina nas mesas de negociação (Salvesen & Nylander, 2017, p. 2).

Com vista a exigir a sua representação nestas mesas, foi criado, em 2012, por organizações feministas, o manifesto “*Mujeres por la Paz*”¹⁴², do qual resultaram, primeiro, em 2013, a nomeação de duas mulheres negociadoras plenipotenciárias¹⁴³ e, mais tarde, em 2014, a criação da Subcomissão de Género¹⁴⁴ (Fernández-Matos & González-Martínez, 2019, p. 116), liderada por Victoria Sandino, única mulher porta-voz das *FARC* na negociação (CLACSO, 2022, para. 2). Paralelamente, através do mecanismo de participação cívica designado “*Consultas ciudadanas para la terminación del conflicto armado y la construcción de una paz estable y duradera*”¹⁴⁵, levado a cabo no âmbito de três fóruns nacionais¹⁴⁶ e de dezoito mesas de trabalho regionais¹⁴⁷, mulheres de diferentes regiões puderam prestar o seu contributo através do envio de recomendações sobre cada um dos capítulos do Acordo de Paz, contributo este que acabou por ser materializado em cerca de 18% do total das propostas apresentadas (Carvajal & Álvarez-Vanegas, 2018, pp. 464-465). Para além disto, Carvajal & Álvarez-Vanegas (ibidem, p. 465) destacam, ainda, a criação, já em 2016, nos últimos meses das negociações, da *Comisión Étnica para la Paz y los Derechos Territoriales*¹⁴⁸, uma

¹⁴² Em português, “Mulheres pela Paz”.

¹⁴³ María Paulina Riveros, responsável pela área de Direitos Humanos do Ministério do Interior e Nigeria Rentería, Alta Conselheira Presidencial para a Equidade da Mulher (Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia, 202, para. 3).

¹⁴⁴ Comissão pioneira no tipo de negociações onde se enquadra o caso em apreço, uma vez que nela foi explicitamente declarada pelas partes a necessidade de ser incluída uma perspetiva de género no acordo futuro (Corporación Humanas, 2015, para. 1).

¹⁴⁵ Em português, “Consultas aos cidadãos para o fim do conflito armado e a construção de uma paz estável e duradoura”.

¹⁴⁶ Preparados pelo Sistema das Nações Unidas na Colômbia e pela *Universidad Nacional de Colombia* a pedido da mesa de negociação Governo da Colômbia – *FARC*, com vista a facilitar a participação da sociedade civil na procura de soluções para os temas centrais do Acordo, os “*Foros Nacionales*” versaram o desenvolvimento agrário integral, a participação política e a solução ao problema das drogas ilícitas (Olarte, 2014, p. 9).

¹⁴⁷ Por iniciativa das Comissões de Paz do Congresso da República e contando, igualmente, com o apoio do Sistema das Nações Unidas na Colômbia, as dezoito “*Mesas de Trabajo Regionales para Contribuir al Fin del Conflicto*” incluíram, na sua ordem de trabalhos, para além dos temas tratados no âmbito dos fóruns mencionados supra, os direitos das vítimas (ibidem, p. 10).

¹⁴⁸ Em português, “Comissão Étnica para a Paz e os Direitos Territoriais”.

coligação de diferentes autoridades afro-colombianas e indígenas, de cujo trabalho resultou a integração, no texto do Acordo, de um Capítulo Étnico (Comisión Étnica para la Paz y Defensa de los Derechos Territoriales, 2016, para. 3), do qual consta

*Que el Gobierno Nacional y las FARC-EP reconocen que los pueblos étnicos han contribuido a la construcción de una paz sostenible y duradera, al progreso, al desarrollo económico y social del país, y que han sufrido condiciones históricas de injusticia, producto del colonialismo, la esclavización, la exclusión y el haber sido desposeídos de sus tierras, territorios y recursos; que además han sido afectados gravemente por el conflicto armado interno y se deben propiciar las máximas garantías para el ejercicio pleno de sus derechos humanos y colectivos en el marco de sus propias aspiraciones, intereses y cosmovisiones.*¹⁴⁹ (Mesa de Conversaciones, 2018, p. 206).

No contexto que aqui tratamos, a preocupação com as agendas dos grupos afro-colombianos e indígenas e, muito particularmente, com as pretensões das mulheres que deles fazem parte, vai de encontro, primeiro, à já mencionada heterogeneidade demográfica colombiana e, depois, às diferentes camadas de exposição à violência que, como vimos, se sobrepõem, de entre as quais destacamos, pela sua singularidade, as violências contra os corpos das mulheres afro-colombianas (Jurisdicción Especial para la Paz, 2021, para. 1) e contra a natureza e os territórios das mulheres indígenas (ABColumbia, 2018, p. 15).

Para além da sua participação, formal ou informal, nas negociações, no seio do conflito armado interno da Colômbia, as mulheres, independentemente do grupo étnico a que pertencem, desdobraram-se em múltiplos papéis: ainda que não tenham sido as principais vítimas mortais, colheram as consequências da violência, naquilo que Díaz et al. (2017, p. 46) consideram ser *“hechos que marcan de manera diferencial e importante su vida”*¹⁵⁰, como a deslocação e o desaparecimento forçados e, também, a violência sexual. Igualmente, é inegável a sua capacidade de agência na construção da paz, quer como membros de diferentes grupos da sociedade civil (Hurtado, 2017, para. 3), quer como ex-combatentes (Díaz et al., 2017, p. 47).

Em concreto, a participação das mulheres ex-combatentes nos processos de paz de diferentes países tem sido marginalizada e, desta forma, também as suas possíveis contribuições, neste caso, para a construção da paz na Colômbia, têm sido negligenciadas, a par das necessidades que, dada a sua exclusão dos processos, ficam por satisfazer (ibidem). A propósito das causas desta marginalização, Blair & Londoño

¹⁴⁹ Em português, “Que o Governo Nacional e as FARC-EP reconheçam que os povos étnicos contribuíram para a construção de uma paz sustentável e duradoura, para o progresso e para o desenvolvimento económico e social do país, e que sofreram condições históricas de injustiça, como resultado do colonialismo, da escravatura, da exclusão e da desapropriação das suas terras, territórios e recursos; que também foram gravemente afetados pelo conflito armado interno e que devem ser dadas as máximas garantias para o pleno exercício dos seus direitos humanos e coletivos no quadro das suas próprias aspirações, interesses e visões do mundo.”

¹⁵⁰ Em português, “acontecimentos que marcam a sua vida de forma diferenciada e importante”.

(2003, p. 111) adiantam que é atribuída, pelo estigma existente, uma conotação diferente às mulheres e aos homens ex-combatentes, sendo o passado de pertença a grupos armados um motivo de sanção social para as primeiras e de reconhecimento para os segundos.

Contudo, contrariando esta tendência, o governo da Colômbia tem apostado, desde 2019, numa estratégia de reconhecimento da liderança e do empoderamento das mulheres ex-combatentes, designada de *#SoyMujerSomosCambio*¹⁵¹, através da formação em assuntos de género, liderança, cidadania ativa e direitos sexuais e reprodutivos e, também, de uma componente prática, materializada em projetos produtivos, sociais e culturais (Agencia para la Reincorporación y la Normalización, s.d., para. 9 e 10). Em harmonia com esta estratégia situam-se as declarações das mulheres ex-combatentes partilhadas com o Observatorio de Paz y Conflicto (2015, citado por Díaz et al., 2017, p. 54), que enquadram o seu contributo para a construção da paz na divulgação de programas académicos ou profissionais destinados a dissuadir a incursão nos grupos armados, na prevenção do recrutamento (em particular, de menores de idade), na promoção da desmobilização e na relação com os seus filhos, educando-os para a não-violência e, assim, para a construção de uma sociedade pacífica.

Paralelamente, verifica-se a integração destas mulheres em diferentes organizações da sociedade civil – como ONGs (Agencia para la Reincorporación y la Normalización, 2021, para. 5) ou associações comunitárias (PeaceWorks, s.d., para. 1) –, verdadeiros espaços de participação, de reconciliação e de construção da paz (Observatorio de Paz y Conflicto, 2015, p.7). A título de exemplo, pelo seu carácter inovador neste âmbito, destacamos a construção da paz através de ações de turismo sustentável nos territórios afetados pelo conflito, conduzidas por ex-combatentes formadas como guias turísticas bilingues (Fundación Compartir, 2019, para. 3). Igualmente, nesta linha, consideramos importante destacar a criação de empreendimentos sociais, tais como o *“Mercado de las Mujeres Construyendo Paz”*¹⁵², um ponto de comercialização de produtos fabricados em diferentes cooperativas fundadas por mulheres ex-guerrilheiras das *FARC* (Saiz, 2023, para. 1), e, ainda, das iniciativas relacionadas com a indústria têxtil (Naciones Unidas, 2020, para. 4), exemplos reais de empoderamento, uma vez que, graças à sua integração nestes projetos, as ex-combatentes que *“en las filas de la guerrilla no ocuparon posiciones de poder, [...] ya en la vida civil han sacado a relucir su alto nivel de dirigencia.”*¹⁵³ (Redacción Colombia +20, 2019, para. 4). No entender de Gallón (2016, para. 1), estas

¹⁵¹ Em português, “#SouMulherSomosMudança”.

¹⁵² Em português, “Mercado das Mulheres que Constroem a Paz”.

¹⁵³ Em português, “nas fileiras da guerrilha não ocuparam posições de poder, [...] já na vida civil conseguiram demonstrar o seu elevado nível de liderança.”.

iniciativas relacionadas com a produção têxtil constituem uma “*revolución de la aguja*”¹⁵⁴ ou, por outras palavras, “*cómo las excombatientes de Colombia dejan los fusiles por máquinas de coser*”¹⁵⁵ (ibidem).

Segundo o Observatorio de Paz y Conflicto (2015, p. 7), o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) da Colômbia constitui um exemplo para a comunidade internacional, não só pela criação, como vimos anteriormente, da Subcomissão de Género, como também pela adoção de uma narrativa que, mais do que focada na sua vulnerabilidade, procura evidenciar o potencial das mulheres. Não obstante, continua a revelar-se necessário o reconhecimento, na prática, das diferentes vivências e, como tal, das diferentes necessidades e oportunidades de participação das mulheres ex-combatentes (ibidem). De facto, segundo Díaz et al. (2015, p. 190), como resultado do histórico de violência associado ao conflito, existe uma tendência, no período pós-desmobilização, para a perpetuação de casos de violência contra as mulheres e, em última instância, de feminicídio. Neste sentido, concordamos com Zulver (2021, p. 442), quando afirma que é insuficiente promover, através de uma dinâmica de “*top-down*”¹⁵⁶, a participação política das mulheres e, por sua vez, as suas contribuições para a construção da paz, se não se tiver em conta, também, a necessidade de desconstruir as estruturas de violência que, na base, contribuem, no período pós-conflito, para a sua exposição a novas ameaças. Sobre estas estruturas, Velásquez (1998, p. 5) adiantou que, no caso colombiano, de modo geral, a construção e a manutenção da paz estariam dependentes da transformação das

*relaciones de subordinación y opresión de las mujeres y [de que] se resignifiquen las masculinidades y feminidades que harían posible una sociedad justa, equitativa, respetuosa de la diferencia, con capacidad para resolver pacíficamente y creativamente sus conflictos, en armonía con la naturaleza.*¹⁵⁷

Este ponto remete-nos para Galtung (1969, p. 183) e para os conceitos de paz negativa (sinónimo, como sabemos, da ausência de violência direta) e de paz positiva (que, pela ausência de violência estrutural, é entendida como justiça social). Ainda, remete-nos para os três níveis que Lederach (1997, pp. 37-39) considera comporem a pirâmide da liderança de uma população afetada por um conflito: o nível superior (composto por um número reduzido de atores com grande visibilidade e que inclui os principais líderes políticos e militares); o nível intermédio (composto por atores

¹⁵⁴ Em português, “revolução da agulha”.

¹⁵⁵ Em português, “como as ex-combatentes colombianas estão a passar das espingardas para as máquinas de costura.”.

¹⁵⁶ Em português, “de cima para baixo”.

¹⁵⁷ Em português, “relações de subordinação e opressão das mulheres e [de que] sejam ressignificadas as masculinidades e as feminidades que tornariam possível uma sociedade justa, equitativa, com respeito pela diferença, com capacidade para resolver pacífica e criativamente os seus conflitos, em harmonia com a natureza”.

relacionados, simultaneamente, com os níveis superior e de base, que beneficia de maior flexibilidade de ação, uma vez que não depende do poder político ou militar. Neste nível incluem-se, entre outros, líderes influentes, académicos, ativistas, grupos religiosos e ONGs); e, por último, o nível de base (em representação da maioria da população, onde se incluem, por exemplo, líderes locais, agentes de saúde e grupos e associações comunitários, que testemunham, na primeira pessoa, os efeitos do conflito).

Seguindo estes conceitos, entendemos que os esforços de construção da paz das mulheres colombianas se situam, essencialmente, nos níveis intermédio e de base, sob a forma, respetivamente, da liderança ao nível humanitário e popular e da participação em organizações e associações locais (Díaz, 2014, p. 126). Igualmente, a sua atuação é norteadada pela construção de uma paz positiva, visto que as suas ações têm como fim último a justiça social e a defesa dos direitos humanos, ambas com um carácter duradouro (ibidem).

Pelo reconhecimento que tem sido atribuído ao seu contributo para a construção da paz na Colômbia, consideramos pertinente destacar o trabalho em rede levado a cabo pela *Ruta Pacífica de las Mujeres*, pelas *Tejedoras de Vida de Putumayo* e pelas *Madres de Soacha*, às quais dedicaremos os parágrafos que se seguem.

A *Ruta Pacífica de las Mujeres*, fundada em 1996 e atualmente composta por representantes de 300 organizações, tem como missão dar visibilidade ao impacto do conflito nas vidas e nos corpos das mulheres, ao mesmo tempo que pretende fortalecer a sua participação política, quer no âmbito dos processos de construção de paz, quer na luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres (Ruta Pacífica de las Mujeres, s.d., para. 1-4). Do ponto de vista prático, para além da gestão direta de projetos de fortalecimento de capacidades para a paz (Ruta Pacífica de las Mujeres, 2021, p.5), a Ruta atua sob a forma de uma caravana, com o intuito de chegar aos lugares onde a violência se encontra mais presente (Magallón, 2006, p. 125).

Tal como a *Ruta Pacífica de las Mujeres*, também da associação *Tejedoras de Vida de Putumayo* fazem parte diferentes organizações de mulheres, mais concretamente, 65, todas elas pertencentes ao departamento de Putumayo (Tejedoras de Vida de Putumayo, 2022a, para. 2), situado na região amazónica, no sul da Colômbia (Gobernación de Putumayo, s.d., para. 1). Fundada em 2005, esta aliança teve como propósito inicial a resposta, através da ajuda humanitária, ao “*paro armado*”¹⁵⁸ que, durante mais de 30 dias, colocou a população do departamento em situação de fome

¹⁵⁸ Em português, “greve armada”. No contexto colombiano, os “*paros armados*” dizem respeito às ações levadas a cabo pelos grupos armados ilegais através das quais bloqueiam as principais vias de comunicação, restringindo a mobilidade e, como tal, o normal curso do quotidiano civil (Serrano, 2022, para. 10).

(Tejedoras de Vida de Putumayo, 2022a., para. 1). Atualmente, a par da ajuda humanitária que continuam a prestar, as *Tejedoras* implementam projetos de fortalecimento das capacidades de liderança das mulheres, com vista ao seu empoderamento social, político e económico (Tejedoras de Vida de Putumayo, 2022b, para. 1); mas também de defesa da água, da Amazônia e do meio ambiente (Tejedoras de Vida de Putumayo, 2022c, para. 1).

Se, por um lado, estas duas associações assumem a forma de alianças de organizações, por sua vez, as *Madres de Soacha* (oficialmente, *Fundación MAFAPO – Madres de Falsos Positivos*) remetem-nos para as *Madres de la Plaza de Mayo*, já que o seu propósito se prende com a procura pela verdade e pela justiça dos assassinatos ilegais dos seus familiares, os designados “*falsos positivos*” (RFI, 2022, para. 1). Entendido como um dos principais episódios dos últimos anos do conflito armado interno da Colômbia, o caso dos “*falsos positivos*” diz respeito ao assassinato de cerca de seis mil civis, disfarçados, após a sua morte, de guerrilheiros, com o objetivo de adulterar estatisticamente os dados dos combatentes eliminados pelo estado e, assim, transmitir a informação de que o governo de Álvaro Uribe estaria a ganhar a luta contra as guerrilhas (RTVE, 2022, para. 11-17). Como forma de transformar a sua condição de vítimas em ativismo pela justiça e pela não-repetição, a MAFAPO concentra, atualmente, a sua atividade em ações de sensibilização que pretendem dar visibilidade à sua história e, também, contribuir para a construção da memória e da resiliência (Panesso, 2019, para. 1).

Para além da construção da paz através da integração em diferentes organizações, a participação das mulheres no processo de paz da Colômbia encontra, também no nível de base, verdadeiros exemplos de liderança e de transformação no âmbito local. A título de exemplo, destacamos os cinco testemunhos das participantes da iniciativa da Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, “*La paz con mirada de mujer*”¹⁵⁹: Mariela, Ledys, María Isabel, Andrea e Yolanda (Ospina, 2021, para. 4) encontraram, respetivamente, no ensino, na liderança comunitária, na música, na educação e no ativismo verdadeiros instrumentos ao serviço da reconciliação e da construção, a partir das comunidades onde se inserem, de uma sociedade que vislumbra o “*valor de la paz como único camino*”¹⁶⁰ (De la Puente, 2021, citada por Ospina, 2021, para. 3).

¹⁵⁹ Em português, “A paz com olhar de mulher”.

¹⁶⁰ Em português, “o valor da paz como único caminho”.

4.3. A aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na Colômbia

Feita, já, uma análise aos diferentes papéis assumidos pelas mulheres no processo de construção da paz na Colômbia, levanta-se-nos a questão sobre o ponto de situação da aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança neste contexto. Conscientes de que a integração de mulheres nas equipas de negociação do Acordo de Paz de 2016 e a criação da Subcomissão de Género – um resultado da pressão exercida pelas redes de organizações de mulheres da Colômbia – têm sido entendidas, em diversos documentos oficiais da ONU, como o primeiro passo para a aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (UN Verification Mission in Colombia, 2020, pp. 9-11), consideramos, contudo, que este passo não se esgotou na aprovação do Acordo de Paz de 2016, embora este, pela integração de disposições relativas aos direitos das mulheres e pela adoção de uma linguagem de género, seja considerado, tal como disposto na introdução deste capítulo, um exemplo internacional (ibidem, p. 45). Mais concretamente, o Acordo inclui 122 medidas com perspectiva de género e o *Plan Marco de Implementación del Acuerdo de Paz*¹⁶¹ (PMI) – documento que, durante os 15 anos posteriores à assinatura do Acordo, orientará as políticas públicas necessárias para o cumprimento deste e facilitará o seu acompanhamento (Departamento Nacional de Planeación, s.d., para. 1) – inclui 51 indicadores (Cuesta et al., 2021, p. 7).

Sabendo, como vimos no capítulo anterior, que a existência de um Plano Nacional de Ação é um dos instrumentos por excelência no que à medição da aplicação da Resolução 1325 (e, por extensão, da Agenda Mulheres, Paz e Segurança) diz respeito, do ponto de vista formal, a Colômbia começa, vinte e três anos depois da aprovação da Resolução 1325 e sete anos depois da assinatura do Acordo de Paz de 2016, a esboçar este Plano, impulsionado pela vice-presidente e Ministra da Igualdade e da Equidade, Francia Márquez Mina (Vicepresidencia, 2023, para. 1). Para o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, Álvaro Leyva Durán, o Plano representa, assim, “*el punto de partida para construir una Paz Total con participación real, efectiva y permanente de las mujeres, en sus diversidades*”¹⁶² (Cancillería, 2023a, para. 7).

O Plano, que segundo Francia Márquez Mina contará com as contribuições de mulheres indígenas, afro-colombianas, camponesas, com deficiência, signatárias do Acordo de Paz, vítimas, ciganas, membros do coletivo LGBTQIA+ e privadas de liberdade (ibidem, para. 5) – num claro exemplo de interseccionalidade –, contará,

¹⁶¹ Em português, “Plano-quadro para a aplicação do Acordo de Paz”.

¹⁶² Em português, “o ponto de partida para a construção de uma Paz Total com a participação real, efetiva e permanente das mulheres, em todas as suas diversidades”.

ainda, com a participação de 14 organizações de mulheres (de entre as quais, a *Ruta Pacífica de las Mujeres*), como resultado da pressão exercida, já há vários anos, neste sentido (Wagner & Pinheiro, s.d., para. 3-4). Aliás, no anúncio oficial dos trabalhos iniciais do primeiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança da Colômbia considera-se que o futuro documento será o “*resultado del trabajo histórico e incansable de las organizaciones de mujeres y feministas*”¹⁶³ (ONU Mujeres Colombia, 2023, para. 1), reconhecimento que surge devido ao facto de terem sido estas as principais defensoras da aplicação da Resolução 1325 e do cumprimento da Agenda Mulheres, Paz e Segurança: veja-se, a título de exemplo, os relatórios de seguimento da implementação desta resolução, fruto do trabalho em rede de diferentes organizações (Humanas, s.d., para. 3), articuladas na *Coalición 1325*¹⁶⁴ (Dejusticia, 2017, para. 1).

De resto, tal como sustenta Hurtado (2017, para. 13), a Agenda Mulheres, Paz e Segurança tem sido acolhida em múltiplos territórios, rurais e urbanos, verdadeiros palcos para a implementação de ações de construção da paz. Tal como nas mesas de negociação, a influência exercida, também nestes palcos informais, pelas diversas organizações de mulheres, tem resultado, por um lado, na sua contribuição com conhecimento e experiência técnica ao longo de todo o processo de construção de paz e, por outro, no seu reconhecimento – pouco frequente em cenários de conflito – como atores políticos (UN Verification Mission in Colombia, 2020, p. 45).

Perante isto, consideramos importante mencionar que, não raras vezes, estas organizações dispõem de escassos recursos – económicos e estruturais – uma situação que, naturalmente, compromete a aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulheres, Paz, Segurança (Global Network of Women Peacebuilders, 2020, p. 20). E se é certo que a formulação do primeiro Plano Nacional de Ação da Colômbia constitui “*el primer paso en el cumplimiento de una deuda histórica con las mujeres que han trabajado incansablemente por la paz desde sus territorios y realidades*”¹⁶⁵ (Cancillería, 2023b, para. 2), ante o disposto, concordamos com Hurtado (2017, para. 10) quando esta diz que, neste âmbito, “*aún queda un largo camino de resistencia*”¹⁶⁶.

¹⁶³ Em português, “resultado do trabalho histórico e incansável das organizações de mulheres e feministas”.

¹⁶⁴ Em português, “Coligação 1325”.

¹⁶⁵ Em português, “o primeiro passo no cumprimento de uma dívida histórica para com as mulheres que trabalharam incansavelmente pela paz a partir dos seus territórios e realidades.”

¹⁶⁶ Em português, “há, ainda, um longo caminho de resistência pela frente”.

4.4. Desafios e oportunidades para a participação das mulheres na construção da paz na Colômbia

4.4.1. Desafios

Para além dos supramencionados entraves ao nível dos recursos de que dispõem as diferentes organizações, a participação das mulheres na construção da paz na Colômbia encontra, ainda, obstáculos do ponto de vista estrutural, “*diversos y multifacéticos*”¹⁶⁷ (Durán, 2023, para. 4), que residem nas múltiplas manifestações de violência estrutural e cultural, tais como a desigualdade, a discriminação étnica e cultural, a falta de oportunidades económicas (ibidem) e a violência de género (ONU Mujeres Colombia, s.d., para. 5-8).

No nosso entender, a desigualdade – que, na Colômbia, se reflete, essencialmente, ao nível da participação económica¹⁶⁸ e do empoderamento político¹⁶⁹, segundo dados do Fórum Económico Mundial (World Economic Forum, 2022, p. 145) – está intrinsecamente ligada, numa relação de causalidade, à falta de oportunidades económicas, já que, a título de exemplo, o nível de escolaridade das mulheres não se traduz, necessariamente, numa maior inserção laboral nem no acesso a empregos mais qualificados (Dorantes & Barajas, 2020, p. 202). A estes dados acresce, ainda, o facto de, mesmo quando empregadas, a carga de trabalho atribuída às mulheres ser, no total, de aproximadamente 15 horas diárias, de entre as quais 7 horas e 14 minutos correspondem ao designado “cuidado não remunerado”, que inclui o trabalho doméstico e de cuidados (DANE, 2020, para. 2), uma sobrecarga que advém dos estereótipos e papéis de género, que “*tienen un peso importante para comprender cómo se percibe, valora e incluso tolera socialmente la sobrecarga de trabajo no remunerado que recae en las mujeres*”¹⁷⁰ (Dorantes & Barajas, 2020, p. 69). Em concreto, para a construção da paz na Colômbia, a influência do tempo dedicado ao trabalho não remunerado por parte das mulheres reflete-se na menor disponibilidade de participação política e social por parte destas (Corona & Buendía, 2020, p. 5).

A par do exposto, também a discriminação étnica e cultural constitui um desafio à participação das mulheres na construção da paz na Colômbia, já que as mulheres indígenas e afrodescendentes, tal como vimos antes, enfrentam camadas adicionais de

¹⁶⁷ Em português, “diversos e multifacetados”.

¹⁶⁸ Nesta categoria incluem-se os critérios das brechas de participação, de remuneração e de progressão (isto é, o rácio mulheres/homens entre legisladores, funcionários superiores e gestores, e o rácio mulheres/homens entre trabalhadores técnicos e profissionais) (World Economic Forum, 2022, p. 64).

¹⁶⁹ Esta categoria mede, por sua vez, a brecha mulheres/homens no nível mais alto da tomada de decisões políticas, através do rácio de mulheres para homens em cargos ministeriais e do rácio de mulheres para homens em cargos parlamentares. Além disso, o índice inclui o rácio entre mulheres e homens, em termos de anos, em cargos executivos (isto é, primeiro-ministro ou presidente) nos últimos 50 anos (ibidem).

¹⁷⁰ Em português, “têm um papel importante na compreensão da forma como a sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres é percebida, avaliada e, até, socialmente tolerada.”.

discriminação que se traduzem, naturalmente, em barreiras adicionais ao exercício dos seus direitos e, como tal, em maiores níveis de exclusão política e social (ONU Mujeres América Latina y el Caribe, 2021, para. 2): a título de exemplo, a discriminação étnica por parte das instituições colombianas manifesta-se nos primeiros anos de vida – já que 75% das crianças indígenas, pela dificuldade de acesso a cuidados de saúde básicos, sofrem de desnutrição – e tem repercussão “*en la capacidad de participación, decisión y de desarrollo con identidad de las nuevas generaciones indígenas*”¹⁷¹ (Arias et al., 2010, p. 21).

No que à violência de género diz respeito, entendemos que consubstancia um desafio à construção da paz, na medida em que, para além de perpetuar ciclos de violência (Godoy, 2023, p. 80) e de, assim, impedir o estabelecimento de uma cultura de paz (Alegre, 2006, p. 58), enfraquece as relações pessoais (Meléndez, 2021, p. 230) e, por extensão, o tecido social, primeiro espaço para a transformação dos conflitos e para a reconciliação comunitária (Pastoral Social, 2020, para. 5). Por outro lado, a violência de género contribui para a perpetuação da pobreza, já que as vítimas enfrentam, não raras vezes, como consequência da violência económica¹⁷², dificuldades de acesso à educação e ao emprego (Díaz et al., 2019, p. 17); e para a exclusão dos espaços de participação e de decisão (ibidem), assumindo particular importância, no caso concreto da Colômbia, as barreiras de acesso aos mecanismos de justiça e de reparação (Sarralde, 2018, para. 5), um dos seis pontos¹⁷³ do Acordo de Paz de 2016 (Jurisdicción Especial para la Paz, 2016, p. 8).

Mais ainda, cabe destacar que os desafios expostos supra agudizam-se nos territórios que apresentam uma reconfiguração do conflito¹⁷⁴, quer ao nível da proteção das mulheres, quer no acesso limitado à justiça, especialmente para as mulheres líderes sociais (Cuesta et al., 2021, p. 10). De igual forma, para as mulheres ex-combatentes, estes desafios adquirem um grau de complexidade ainda maior, muito devido à estigmatização que ainda persiste (Avoine, 2023, p. 156), pese embora estas tenham deixado as armas entre 2016 e 2017 (Naciones Unidas, 2017).

¹⁷¹ Em português, “na capacidade de participação, de decisão e do desenvolvimento com identidade das novas gerações indígenas”.

¹⁷² Segundo a definição proposta pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (s.d., para. 1), a violência económica diz respeito aos “atos de controlo e vigilância do comportamento de uma pessoa em termos do uso e distribuição de dinheiro e a ameaça constante de negação de recursos económicos”.

¹⁷³ O Ponto 5 do Acordo de Paz diz respeito às vítimas do conflito armado e determina a criação, entre outros, da *Jurisdicción Especial para la Paz* e da *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición* e de *Medidas de Reparación Integral para la Construcción de Paz* (Procuraduría General de la Nación, 2021, p.2).

¹⁷⁴ Em 2023, os 5 territórios mais afetados foram o Caribe, com 131 registos de violência; Antioquia e Cauca, ambos com 81; Catatumbo, com 56 e Arauca, com 53 (Corporación Vivamos Humanos, 2023).

4.4.2. Oportunidades

Sabendo, como vimos antes, que o Acordo de Paz constitui um exemplo ímpar no que respeita à integração de uma perspectiva de género e à inclusão de um capítulo étnico (Jurisdicción Especial para la Paz, 2016, p. 205), entendemos que a primeira oportunidade para a participação das mulheres na construção da paz na Colômbia reside, precisamente, na vontade política, não só para o cumprimento das disposições do Acordo, como também para a adoção formal da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Se em relação a este último ponto os esforços têm vindo a ser refletidos, tal como consta na secção anterior, na elaboração do primeiro Plano Nacional de Ação do país, consideramos, contudo, importante que este Plano possa vir a traduzir-se no aumento da participação efetiva das mulheres em todos os níveis de decisão, de acordo com o primeiro pilar da Resolução 1325 (UNOAU, s.d.).

Para além da vontade política, entendemos ser crucial para a promoção da participação das mulheres na construção da paz na Colômbia a experiência de mobilização e de ativismo – impulsionada, primeiro, pela Constituição de 1991¹⁷⁵ e, depois, pela Lei 70 de 1993¹⁷⁶ (Martínez-Basallo, 2023, pp. 14-15) –, ainda que, como sabemos já, a Colômbia seja um dos países mais perigosos para os ativistas (Front Line Defenders, 2022, p. 9). É, contudo, neste caminho de resistência – “*Ser líder en Colombia [...] tu misma estás cavando tu propio hueco para enterrarte*”¹⁷⁷ (ONU Mujeres Colombia, 2023) –, que surgem algumas dinâmicas em âmbitos que, pelo impacto que geram e pelas oportunidades de participação efetiva que criam, consideramos de maior importância para o tópico em apreço: o empoderamento económico e a reintegração das mulheres ex-combatentes, tal como vimos no presente capítulo e, ainda, as ações de educação para a paz.

Em concreto, a educação para a paz – cuja definição proposta pela UNICEF remete para o processo de promoção de conhecimentos, competências, atitudes e valores necessários para provocar mudanças de comportamento que permitam prevenir conflitos e violência explícita e estrutural, resolver conflitos pacificamente e criar condições para a paz nos níveis intrapessoal, interpessoal, intergrupar, nacional e internacional (Fountain, 1999, p.1) – tem as suas raízes, na Colômbia, nos anos 90 (Muñoz y Mesa, 2004, p. 77), mas revela-se, ainda hoje, um importante palco para a participação das mulheres, por exemplo, através da exposição dos valores relacionados

¹⁷⁵ A *Constitución de 1991* introduziu no ordenamento jurídico colombiano não só o reconhecimento dos direitos sociais e coletivos como também o fortalecimento da democracia através da ampliação dos mecanismos de participação cidadã direta (Yepes & Duque, 2012, p. 35).

¹⁷⁶ A *Ley 70 de 1993* proporcionou às comunidades afro-colombianas uma maior participação nos processos de decisão e, ainda, o acesso a recursos institucionais, estabelecendo cotas de representação e criando empregos remunerados nas instituições responsáveis pelas questões étnicas (Martínez-Basallo, 2023, pp. 15).

¹⁷⁷ Em português, “Ser líder na Colômbia [...] tu mesma estás a cavar o buraco para te enterrares”.

com a ética do cuidado¹⁷⁸, uma habilidade tradicionalmente associada ao feminino, mas que cada vez mais se pretende ver ser atribuída a todos os seres humanos, independentemente do género (Cabezas & Fajardo, 2015, pp. 22-23). A educação para a paz tem, na Colômbia, respaldo legal através da Lei 1732 de 2014 – que estabelece a disciplina “*Cátedra de la Paz en todas las instituciones educativas de preescolar, básica y media como una asignatura independiente, con el fin de garantizar la creación y el fortalecimiento de una cultura de paz en Colombia*”¹⁷⁹ (Congreso de Colombia, 2014, para. 1) –, razão pela qual consideramos ser uma oportunidade promissora para a participação das mulheres na construção da paz no país.

Por último, entendemos que a participação das mulheres na construção da paz na Colômbia encontra na cooperação internacional – e, mais concretamente, na cooperação para o desenvolvimento – uma aliada fundamental, pelo apoio económico que presta às organizações de mulheres locais e consequente fortalecimento destas (OXFAM International, s.d., para. 6, OECD, 2022, para. 7) e pelo reconhecimento e visibilidade internacionais que oferece, às organizações e às mulheres que nelas trabalham (Bettencourt, s.d., para. 1-2). Também, é através da cooperação internacional para o desenvolvimento que diferentes práticas e visões são introduzidas e promovidas, resultando em novas dinâmicas e sinergias para abordar os problemas existentes e para potenciar o desenvolvimento de soluções alternativas (García & Castelán, 2024, p. 86): a título de exemplo, destacamos o projeto “*Donde nació la guerra sembramos la Paz: desarrollo productivo e impulso a la sostenibilidad medioambiental para la construcción de la paz en Colombia*”¹⁸⁰, implementado pela Fundación CIDEAL, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) espanhola, que visa promover, através de iniciativas de desenvolvimento produtivo agrícola, a reparação de direitos e a reconciliação de uma das comunidades mais afetadas pelo conflito armado, com especial atenção a mulheres e a jovens (Fundación CIDEAL, s.d.).

Conscientes de que, no nível local, persistem, ainda, muitos entraves à execução dos projetos de desenvolvimento, decorrentes, sobretudo, de uma burocracia excessiva e da falta de interesse e de apoio político (AX Head Producciones, 2021, 11:00), concordamos, contudo, com Duarte et. al (2017) quando dizem que “*la promoción del desarrollo es la vía más expedita y segura para superar las problemáticas comunes*”¹⁸¹

¹⁷⁸ A ética do cuidado é, frequentemente, definida como uma prática ou virtude, mais do que como uma teoria propriamente dita. O “cuidado” envolve a manutenção do mundo e a satisfação, quer das nossas próprias necessidades, quer das dos outros. Baseia-se na motivação para cuidar daqueles que são dependentes e vulneráveis (Sander-Staudt, s.d., para. 1).

¹⁷⁹ Em português, “Cátedra da Paz em todas as escolas do ensino pré-escolar, primário e secundário como disciplina autónoma, a fim de garantir a criação e o reforço de uma cultura de paz na Colômbia.”

¹⁸⁰ Em português, “Onde nasceu a guerra, semeamos a paz”: desenvolvimento produtivo e promoção da sustentabilidade ambiental para a construção da paz na Colômbia.”

¹⁸¹ Em português, “a promoção do desenvolvimento é a forma mais rápida e segura de ultrapassar os problemas comuns”.

(p. 117). A esta ideia, tomamos a liberdade de acrescentar que a promoção da participação das mulheres na construção de paz, levada a cabo pela cooperação internacional e restantes dinâmicas apresentadas nesta subsecção, é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e para alcançar uma paz sustentável.

CONCLUSÃO

A dissertação que aqui concluímos procurou analisar a relação que se estabelece entre a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança e a participação das mulheres nos processos de construção da paz na América Latina, atentando nos diferentes papéis que estas podem assumir neste âmbito e tendo como “bússola norteadora” o caso paradigmático da Colômbia. No caminho até aqui percorrido, identificámos, definimos e relacionámos os conceitos que, no nosso entender, são imprescindíveis para a compreensão da problemática à luz das teorias feministas: feminismo, patriarcado, interseccionalidade e género. Da mesma forma, no início da jornada, concordámos com a sinergia – já identificada pela literatura – entre as teorias feministas e os Estudos da Paz de Johan Galtung, confirmando o potencial que a relação entre ambos pode aportar ao estudo da participação das mulheres nos processos de construção da paz.

De forma a apresentar a Agenda Mulheres, Paz e Segurança – e, mais concretamente, a Resolução 1325 –, situámos, num segundo momento, a nossa investigação no plano internacional, de acordo com o entendimento da literatura mais relevante sobre o legado da Agenda, mas também sobre os desafios para a sua implementação. Mais concretamente, concordámos com o entendimento de Tripp (2020, p. 2) de que as mulheres continuam a não ter, ainda, “um lugar na mesa”, já que, do ponto de vista prático – e, como pudemos ver, muito devido a questões orçamentais e a uma preocupação resumida na mera representatividade numérica – os efeitos da Resolução 1325 (e, por extensão, da Agenda Mulheres, Paz e Segurança) permanecem aquém das expectativas iniciais, já que apenas um quinto do total mundial dos acordos de paz assinados inclui disposições relativas às questões de género. Ainda nesta etapa, atentámos na necessidade de desconstruir os estereótipos de género, que perpetuam a associação das mulheres exclusivamente com agentes passivos, mas sem desconsiderar, contudo, as violências que as mulheres e as meninas continuam a sofrer, de forma muito particular, em contexto de conflito. Neste sentido, integrámos na nossa análise o papel que as mulheres podem assumir enquanto perpetradoras da violência e discorremos sobre a panóplia de funções que a estas pode ser atribuída, destacando, também – através dos exemplos do *CODEPINK*, do *Machsom Watch*, do *New Profile*, da *Coalition of Women for Peace* e do *WIPNET* –, a importância da participação através da mobilização em rede.

Do capítulo que dedicámos à realidade latino-americana, entendemos que, embora se verifiquem esforços, por parte dos governos de estados como o Brasil, o Paraguai, o México, a Argentina, o Chile, o El Salvador, a Guatemala, o Peru e o Uruguai, de implementar a Agenda Mulheres, Paz e Segurança através da criação de

Planos Nacionais de Ação, verifica-se, contudo, uma articulação ineficiente entre os níveis estatal e da sociedade civil, compensada pela atuação de diversas organizações. Ao explorarmos a atuação da *CONAVIGUA*, do *COMADRES* e das *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*, confirmámos a dificuldade, apresentada no segundo capítulo, de desassociar a atuação das construtoras da paz da visão essencialista relacionada com o conceito de maternidade e com a ideia de que as mulheres são intrinsecamente pacíficas. Não obstante, este desafio foi, no nosso entender, ultrapassado pela exposição dos exemplos das mulheres de *Sepur Zarco* e do *CHIRAPAQ*, referências neste âmbito, por contribuírem, respetivamente, para o julgamento pioneiro do crime de violência sexual como um delito equiparado aos restantes crimes de guerra e para o fomento da liderança, por parte das mulheres indígenas, das suas comunidades.

Depois, ao analisar a Colômbia, verificámos que as mulheres têm desempenhado papéis cruciais em todas as fases do processo de paz e em todos os níveis de participação, com especial destaque para os níveis de base e intermédio. Desde a participação comunitária, através, por exemplo, do trabalho em rede levado a cabo pela *Ruta Pacífica de las Mujeres*, pelas *Tejedoras de Vida de Putumayo* e pelas *Madres de Soacha*, até à presença nas mesas de negociação, as mulheres têm contribuído para a construção de uma paz positiva, visto que as suas ações têm como fim último a justiça social e a defesa dos direitos humanos. Neste contexto – e procurando cumprir o objetivo de identificar e de compreender as diferentes vivências femininas que surgem no âmbito dos processos de construção da paz –, revelou-se imprescindível tratar a experiência das mulheres ex-combatentes, aludir à estigmatização que ainda persiste e, sobretudo, reforçar a importância do seu contributo para a construção de uma paz cuja sustentabilidade reside, também, no seu carácter inclusivo, de acordo com o lema da Agenda 2030: “Não deixar ninguém para trás” (Portal Diplomático, 2023, para. 1). Ainda nesta linha – e pela diversidade demográfica que, como pudemos ver, caracteriza a Colômbia – considerámos fundamental incluir as experiências das mulheres indígenas e afrodescendentes, e abordar a sobreposição de discriminações – isto é, a interseccionalidade – a que o Capítulo Étnico do Acordo de Paz pretende dar resposta.

Quanto à Agenda Mulheres, Paz e Segurança, na Colômbia, a sua implementação mostrou, mais recentemente, progressos significativos, que confirmam a dependência da vontade política para o cumprimento formal das disposições das nove resoluções que a compõem. Desta vontade política acreditamos depender, igualmente, o cumprimento do Acordo de Paz, mas aqui concordamos com Pearce (1997, p. 80) e entendemos que, mais do que um fim em si mesmos, os acordos de paz devem constituir o início de uma nova fase da construção da paz.

Pese os esforços, quer das organizações da sociedade civil, quer do governo, existem, ainda assim, obstáculos para a participação das mulheres na construção da paz na Colômbia, que residem nas múltiplas manifestações de violência estrutural e cultural. Estas manifestações refletem a manutenção de um sistema patriarcal e confirmam a importância, numa primeira instância, de desconstruir as relações sociais baseadas no género, que perpetuam a violência, e, depois, de reconhecer e valorizar a diversidade de experiências em contexto de conflito, traduzidas numa abordagem que abarca as necessidades de todas as partes envolvidas e que contribui, desta forma, para processos de paz mais inclusivos. Só desta forma, acreditamos, poderá alcançar-se, não apenas na Colômbia, mas também na América Latina e no mundo, uma paz sustentável, segundo as definições propostas pela ONU e por Galtung.

Para além dos desafios identificados, esta investigação procurou, também, ressaltar as oportunidades para a participação das mulheres na construção da paz, traduzidas na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão destas nos diferentes níveis de decisão e o fortalecimento de espaços seguros e inclusivos para o ativismo feminino, que, no caso da Colômbia, se traduz em ações relacionadas com o empoderamento económico, com a reintegração das mulheres ex-combatentes e com a educação para a paz. Aqui, considerámos importante destacar, também, o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento, pelos efeitos práticos da sua contribuição às organizações de mulheres locais.

Aqui chegados, entendemos ser possível concluir que a Agenda Mulheres, Paz e Segurança e, em particular, a Resolução 1325 oferecem um quadro normativo importante para promover a inclusão feminina nos processos de paz, pese os desafios que a sua aplicação prática enfrenta. Ao analisarmos a implementação, formal e informal, desta Agenda na Colômbia, consideramos ter conseguido identificar, não só as boas práticas, como também as margens de melhoria que podem aplicar-se, primeiro à América Latina e, depois, a outras geografias. De igual modo, ao atentarmos no caso da Colômbia, identificámos uma multiplicidade de papéis assumidos pelas mulheres nos processos de paz e acreditamos que, ao compreender o carácter multifacetado da participação das mulheres na construção da paz, contribuimos para a desconstrução da ideia de que ocupam, tão-só, o lugar de vítimas da violência dos conflitos.

Para além disto, confirmamos que a participação das mulheres nos processos de paz estabelece com a Agenda Mulheres, Paz e Segurança uma relação de complementariedade, já que os atores que se movem no nível de base preenchem as lacunas que, como vimos, resultam, essencialmente, de uma implementação *top-down* da Agenda, da falta de um orçamento para a materializar e do desfasamento entre as suas disposições e as realidades locais e regionais. No caso particular da Colômbia, a

ação das organizações de mulheres, tem, de resto, vindo a antecipar a aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, já que só mais recentemente, desde 2022, esta tem vindo a receber a atenção do governo.

Pelo disposto, a partir desta investigação, acreditamos tornar-se mais evidente que as mulheres, procurando concretizar, na prática, as disposições teóricas da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, assumem, no âmbito dos processos de construção da paz, uma multiplicidade de papéis. No nosso entender, é, precisamente, nessa multiplicidade que reside a importância da sua contribuição, de acordo com as palavras de Virginia Woolf (1943, p. 195): “*we can best help you to prevent war not by repeating your words and following your methods but by finding new words and creating new methods*”¹⁸². Assim, ao contribuírem com “novos métodos” e “novas palavras”, provenientes da diversidade das suas vivências em contexto de conflito, entendemos que as mulheres ajudam a trilhar o caminho para uma paz que, sendo inclusiva, é, a nosso ver, inevitavelmente, sustentável.

¹⁸² Em português, “a melhor forma de vos ajudarmos a evitar a guerra não é repetir as vossas palavras e seguir os vossos métodos, mas sim encontrar novas palavras e criar novos métodos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABColumbia (2018). *Hacia un cambio transformador: las mujeres y la implementación del Acuerdo de Paz colombiano*. <https://www.abcolombia.org.uk/wp-content/uploads/2019/03/Hacia-un-Cambio-Transformador-FINAL-WEB.pdf>.

Abellón, P. (2012). La apropiación beauvoiriana de los principios ilustrados en El Segundo Sexo: Un recorrido crítico. *Sapere Aude*, 3(6), 57-72. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/4456>.

ACNUR (2023). *Dados sobre refugiados*. <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/>.

Acuerdo de Managua: Acuerdo de paz entre el gobierno de Nicaragua y el Estado Mayor del Frente Norte 3-80., 30 de maio de 1997. https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/NI_970530_Acuerdo%20de%20Paz%20entre%20el%20Gobierno%20y%20el%20estado%20mayor%20del%20Frente%20Norte%203-80.pdf.

Adjei, M. (2019). Women's participation in peace processes: a review of literature. *Journal of Peace Education*, 16(2), 133-154. <https://doi.org/10.1080/17400201.2019.1576515>.

Advancing Women, Peace and Security (s.d.). United States Institute of Peace. <https://www.usip.org/programs/advancing-women-peace-and-security#:~:text=WPS%20promotes%20a%20gendered%20perspective,adopted%20on%20October%2031%2C%202000>.

Agencia para la Reincorporación y la Normalización (2021, março 8). *Colombia promueve equidad de derechos para 4.328 mujeres excombatientes que le siguen apostando a la paz*. <https://www.reincorporacion.gov.co/es/sala-de-prensa/noticias/Paginas/2021/Colombia-promueve-equidad-de-derechos-para-4-328-mujeres-excombatientes-que-le-siguen-apostando-a-la-paz.aspx>.

Agencia para la Reincorporación y la Normalización (s.d.). *#SoyMujerSomosCambio: voces que transforman territorios*. <https://www.reincorporacion.gov.co/es/sala-de-prensa/SoyMujerSomosCambio/Paginas/que-es-SoyMujerSomosCambio.aspx>.

Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia (2020, junho 11). *Colombia resalta el papel de la mujer en los Acuerdos de Paz*. <https://www.apccolombia.gov.co/node/1236>.

Ahmad, N. & Tank, P. (2020). *Gender and mediation backgrounder 1: women's participation in peace processes*. <https://www.prio.org/publications/13002>.

Alegre, O. M. (2006). Cultura de paz, diversidad y género. *Revista Investigación en la Escuela*, (59), 57-68. https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/60986/R59_5.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Alexander, K. L. (2020, junho 23). *Feminism: the third wave*. National Women's History Museum. <https://www.womenshistory.org/exhibits/feminism-third-wave>.

Amerise, A. (2022, junho 20). *Petro presidente: cómo operaba la guerrilla M-19 y qué papel tuvo el presidente electo de Colombia*. BBC News Mundo. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61860867>.

Antena 3 Noticias (2019, dezembro 2). *Se cumplen 26 años de la muerte de Pablo Escobar, el 'rey de la droga'*. Noticias. https://www.antena3.com/noticias/mundo/cumplen-anos-muerte-pablo-escobar-rey-droga_201912015de4b75b0cf2bbd0b340365e.html.

Arias, A. M. O., Hutchinson, J., Abondano, C., Tobon, P. (2010). *Palabra dulce, aire de vida: forjando caminos para la pervivencia de los pueblos indígenas en riesgo de extinción en Colombia*. ONIC.

Ariño, M. V. (2010). The participation of women in peace processes: the other tables. *International Catalan Institute for Peace*, 2010/5. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1884189>.

Assessoria de Comunicação do CEDEM. (2019, maio 5). *As Comunidades Eclesiais de Base como espaços de socialização*. UNESP. <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/365/as-comunidades-eclesiais-de-base-como-espacos-de-socializacao-/>.

Avoine, P. A. (2023). ¿Un feminismo à la fariana? El continuum de la militancia en el posacuerdo de paz en Colombia. *Colombia Internacional*, (115), 139-173. <https://doi.org/10.7440/colombiaint115.2023.06>.

AX Head Producciones (2021, abril 19). *Los rostros de la paz y el papel de las mujeres excombatientes de las FARC – Subtitulado*. [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=QMSblbXVYWk>.

Bache, C. (2019). *Women's role in peace processes*. European Parliament. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/608869/IPOL_STU\(2019\)608869_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/608869/IPOL_STU(2019)608869_EN.pdf).

Barbosa dos Santos, F. B. (2020). *Historia de la ola progresista en Sudamérica (1998-2016)*. <https://cedla.org/publicaciones/cedla/historia-de-la-ola-progresista-en-sudamerica-1998-2016/>.

Barrow, A. (2010). UN Security Council Resolutions 1325 and 1820: constructing gender in armed conflict and international humanitarian law. *International Review of the Red Cross*, 92(877), 221-234. <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/irrc-877-barrow.pdf>.

BBC (2023, fevereiro 14). *Colombia country profile*. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-19390026>.

BBC News Mundo (2013, julho 5). *Nombran primera ministra de Defensa en Venezuela*. https://www.bbc.com/mundo/ultimas_noticias/2013/07/130705_ultnot_venezuela_ministra_defensa_az.amp.

BBC News Mundo (2018, junho 18). *Elecciones en Colombia: exmodelo y exministra de Defensa, así es Marta Lucía Ramírez, la primera mujer que ocupa la vicepresidencia de Colombia*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-44520243.amp>.

BBC News Mundo. (2017, fevereiro 10). *La histórica decisión de Perú de indemnizar a las víctimas de las esterilizaciones forzadas durante el gobierno de Fujimori*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56012419>.

Beauvoir, S. (1949). *O Segundo Sexo, vol. II*. Difusão Europeia do Livro.

Bejarano, C. L. (2003). Las super madres de Latino America: transforming motherhood and housekirts by challenging violence in Juaréz, México, Argentina, and El Salvador. In A. J. Arturo (Ed.), *Violence and the body: race, gender and the state* (pp. 4014-428). Indiana University Press.

Bello, M. N. (2013). Presentación. In, Grupo de Memoria Histórica, *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad* (pp. 19-30). <https://centrodememoriahistorica.gov.co/wp-content/uploads/2021/12/1.-Basta-ya-2021-baja.pdf>.

Bendeck, L. C., Arbeláez, M. A., Quintero, C. & Ramírez, M. N. (2023). *Informe sobre Desarrollo Humano para Colombia: Cuaderno 2 – Percepciones y bienestar subjetivo en Colombia*. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-02/undp_co_pub_Percepciones_bienestar_subjetivo_2do_cuaderno_INDH_Feb21_2023.pdf.

Beristain, C. M. (2022). Hallazgos y recomendaciones de la *Comisión de la Verdad de Colombia*. In K. G. Maloof (Coord.), *Hay futuro si hay verdad: Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición*.

Berry, M. E. (2017). Barriers to women's progress after atrocity: evidence from Rwanda and Bosnia-Herzegovina. *Gender & Society*, 31(6), 830-853. <https://doi.org/10.1177/0891243217737060>.

Bettencourt, A. (s.d.). *Grassroots organizations are just as important as seed money for innovation*. UNHCR Innovation Service. <https://www.unhcr.org/innovation/grassroots-organizations-are-just-as-important-as-seed-money-for-innovation/>.

Biblioteca Abierta del Proceso de Paz Colombiano (s.d.). *Fase exploratoria*. Bapp. <https://bapp.com.co/fase-exploratoria/#fase-exploratoria>.

Biblioteca Nacional de España (s.d.). *Óscar Arnulfo Romero, Santo (1917-1980)*. Datos.BNE.es. <https://datos.bne.es/persona/XX993542.html>.

Björkdahl & Selimovic (2016). In O. P. Richmond, S. Pogodda & J. Ramovic (Ed.), *The palgrave handbook of disciplinary and regional approaches to peace* (pp. 181-192). Palgrave Macmillan.

Blair, E., Londoño, L. M. (2003). Experiencias de guerra desde la voz de las mujeres. *Nómadas*, (19), 106-115. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105117940011>.

Bonvecchi, A. & Simiso, E. (2017). Una dictadura sin centro: historia y ciencia política en la interpretación del Proceso de Reorganización Nacional. *Revista SAAP*, 11(1), 129-146. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6171050>.

Brenna, J. E. (2018). Prólogo. In J. E. Brenna, & F. Carballo (Coord.), *Amércia Latina: de ruinas y horizontes. La política de nuestros días, un balance provisório* (pp. 21-28).

https://www.casadelibrosabiertos.uam.mx/contenido/contenido/Libroelectronico/al_ruinas_horizontes.pdf.

Brett, E. (2014). *Curso: Conflictos y Construcción de Paz en América Latina*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo de Colombia. <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/latinamerica/UNDP-RBLAC-Curso-paz-AL.pdf>.

Burguieres, M. K. (1990). Feminist approaches to peace: Another step for peace studies. *Millennium*, 19(1), 1–18. <https://doi.org/10.1177/03058298900190010201>.

Busquier, L. & Parra, F. (2021). Feminismos y perspectiva interseccional en América Latina y el Caribe. *Intersticios de la política y la cultura. Intervenciones latino-americanas*, 10(20), 63-90. <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/35118>.

C.S. Res. 1325, *Mulheres, Paz e Segurança*, S/RES/1325 (Outubro 31, 2000), <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/06/Resolucao-1325-CS-ONU.pdf>.

Caballero, A. (2022). *La Violencia*. Biblioteca Nacional de Colombia. <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo11.html>.

Cabezas, A. M. B. & Fajardo, J. S. (2015). *Educación para la paz con justicia de género: un reto político, cultural y pedagógico*. <https://humanas.org.co/wp-content/uploads/2020/12/38.-febrero.pdf>.

Cabrera-Balleza, M. (2020). Taking stock of the second decade of Resolution 1325: some progress, but... *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture*, 25, (3&4), 80-85. <https://www.pij.org/articles/2054/taking-stock-of-the-second-decade-of-resolution-1325-some-progress-but>.

Cancillería (2023, octubre 11). “*La paz en Colombia se construye con las mujeres y para las mujeres en sus diversidades*”, *canciller Leyva en debate sobre Mujeres, Paz y Seguridad en Colombia de Naciones Unidas*. <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/paz-colombia-construye-mujeres-mujeres-diversidades-canciller-leyva-debate-mujeres>.

Cancillería (2023, octubre 25). *Por primera vez Colombia presenta avances de la Agenda de Mujeres, Paz y Seguridad y de la Resolución 1325 ante la ONU*. <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/primera-vez-colombia-presenta-avances-agenda-mujeres-paz-seguridad-resolucion-1325>.

Carvajal, I. M. & Álvarez-Vanegas, E. (2018). Securing participation and protection in peace agreements: the case of Colombia. In S. E. Davies & J. True (Ed.), *The Oxford Handbook of Women, Peace and Security*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190638276.013.36>.

Castellanos, R. (2020, setiembre 18). *¿Qué es el G77?* El Orden Mundial. <https://elordenmundial.com/que-es-g77/>.

Central Intelligence Agencia (2023). *Explore all countries – Colombia*. The World Factbook. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/colombia/#people-and-society>.

Centro de Documentación de los Movimientos Armados (s.d.). *M-19: Nacimiento y principios*. CeDeMa.org. https://cedema.org/digital_items/2533.

Centro Nacional de Memoria Histórica (2018). *La radiografía del fenómeno paramilitar*. <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/balances-jep/paramilitarismo.html>.

Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (s.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para transformar o nosso mundo*. UNRIC. <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>.

CEPAL. (s.d.). *Biografía. XV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe*. <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/tarcila-rivera-zea>.

Chaparro, A. (2022). Las olas feministas, ¿una metáfora necesaria? *Korpus 21*, 2(4), 77-92. DOI:10.22136/korpus21202284.

CHIRAPAQ. (2013, janeiro 17). *La memoria histórica en la construcción de identidad*. <http://chirapaq.org.pe/es/la-memoria-historica-en-la-construccion-de-identidad>.

CHIRAPAQ. (s.d.). *Reseña histórica*. <http://chirapaq.org.pe/es/nosotros/resena-historica>.

CHIRAPAQ. (s.d.a). *Mujer indígena: Equidad de género*. <http://chirapaq.org.pe/es/mujeres-indigenas/equidad-de-genero>.

CHIRAPAQ. (s.d.b). *Soberanía y seguridad alimentaria: ¿Qué es seguridad y soberanía alimentaria?* <http://chirapaq.org.pe/es/seguridad-alimentaria/que-es-seguridad-y-soberania-alimentaria>.

CHIRAPAQ. (s.d.c). *Cultura y política: ¿Qué es ser indígena?* <http://chirapaq.org.pe/es/cultura-y-politica/que-es-ser-indigena>.

CHIRAPAQ. (s.d.d). *Comunicación indígena: con voz e imagen propia*. <http://chirapaq.org.pe/es/comunicacion-indigena/con-voz-e-imagen-propia>.

CICR. (2017, maio, 23). *Perú: las cicatrices de la violencia*. <https://www.icrc.org/es/document/peru-las-cicatrices-de-la-violencia>.

CIG (2020, novembro 6). *Igualdade entre mulheres e homens: RCSNU 1325 – Planos Nacionais*. <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/mulheres-paz-e-seguranca-1325/rcsnu-1325-planos-nacionais/>.

CLACSO (2022, dezembro 30). «*Fui insurgente en Colombia, pero siempre buscamos la salida política*». <https://www.clacso.org/fui-insurgente-en-colombia-pero-siempre-buscamos-la-salida-politica/>.

CNN Español (2023, agosto 3). *Qué es el ELN: ¿quién es su líder, cuántos miembros tiene y qué ha hecho en Colombia?* Colombia. <https://cnnspanol.cnn.com/2023/08/03/ELN-quien-lider-miembros-colombia-orix/>.

Cockburn, C. (2004). The continuum of violence: a gender perspective on war and peace. In W. Giles (Ed.), *Sites of violence: gender and conflict zones* (24-44). <https://doi.org/10.1525/california/9780520230729.003.0002>.

Cohn, C. (2013). Women and wars: Towards a conceptual framework. In C., Cohn (Ed.), *Women and wars: Contested histories, uncertain futures* (pp. 1-35). <https://www.wiley.com/en-us/Women+and+Wars%3A+Contested+Histories%2C+Uncertain+Futures-p-9780745642451>.

Comisión de la Verdad (2022a). *Causas del conflicto armado interno*. Hay futuro si hay verdad: Legado – Comisión de la Verdad. <https://www.comisiondelaverdad.co/causas-del-conflicto-armado-interno>.

Comisión de la Verdad (2022b). *No matarás*. Hay futuro si hay verdad: Legado – Comisión de la Verdad. <https://www.comisiondelaverdad.co/la-violencia>.

Comisión de la Verdad (2022c). *¿Qué es la Comisión de la Verdad?* <https://web.comisiondelaverdad.co/la-comision/que-es-la-comision-de-la-verdad>.

Comisión Étnica para la Paz y la Defensa de los Derechos Territoriales (2016, outubro 12). *Notice 005*. <https://www.wola.org/wp-content/uploads/2016/10/USCongressEnglishSpanish.pdf>.

Conferências Mundiais da Mulher (s.d.). ONU Mulheres Brasil. <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>.

Confortini, C. C. (2006). Galtung, violence and gender: The case for a peace studies/feminism alliance. *Peace & Change*, 31(5), 333-367. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0130.2006.00378.x>.

Congreso de Colombia (2014). *Ley 1732/2014. Establece la Cátedra de la Paz en Todas las Instituciones Educativas del País*. SITEAL. https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/ley_1732_organized.pdf.

Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, 11 maio, 2011, Nº 210, Série de Tratados do Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/168046253d>.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, 6 de junho de 1994. http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_belem_do_para.pdf.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), 18 de dezembro de 1979. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_eliminao_todas_formas_discriminacao_contra_mulheres.pdf.

Coomaraswamy, R. (2015). *Preventing conflict, transforming justice, securing the peace: a global study on the implementation of United Nations Security Council resolution 1325*.

UN Women. <https://unwomes.d.e/wp-content/uploads/2022/03/UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015.pdf>.

Cordero, A. (2022, noviembre 30). *ELN, historia de la guerrilla con la que Colombia intenta alcanzar la paz*. France24. <https://www.france24.com/es/programas/historia/20221129-ELN-historia-de-la-guerrilla-con-la-que-colombia-intenta-alcanzar-la-paz>.

Corona, M. O. & Buendía, J. S. (2020). *Tiempo de cuidados: las cifras de la desigualdad*. ONU Mujeres. <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/genero/publicaciones/tiempo-de-cuidados-cifras-desigualdad-informe.pdf>.

Corporación Humanas (2015, abril 8). La Subcomisión de Género de la mesa de negociaciones de la Habana: avances y expectativas. Paz con mujeres. <https://humanas.org.co/pazconmujeres/la-subcomision-de-genero-de-la-mesa-de-negociaciones-de-la-habana-avances-y-expectativas/>.

Corporación Vivamos Humanos (2023). *Reporte Humanitario*. <https://reportehumanitario.vivamoshumanos.org/>.

Cos-Montiel, F. (2019). Eliminar la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe: objetivo imprescindible para el desarrollo sostenible, la igualdad y la paz. *Análisis Carolina* (19), 1-13. https://doi.org/10.33960/AC_19.2019.

Cosoy, N. (2016, setiembre 23). *Paz en Colombia: quiénes son, cuántos son y qué va a pasar con los soldados rasos de las FARC*. BBC News Mundo. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37448038>.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.

Cuesta, I., Carvajal, I. M., Martínez, L. Z., Dueñas, C., Amaya, D., Del Castillo, M. E., Escobar, F. & Zambrano, S. (2021). *Desafíos para la paz y la equidad en el Urabá antioqueño y el Catatumbo: Propuestas desde las voces de las mujeres*. *Notas Estratégicas* N°. 22. https://storage.ideaspaz.org/documents/LaIncubadoraDesafiosPaz_Final.pdf.

DANE (2020, abril). *Cuidado no remunerado: la igualdad de género inicia en el hogar*. <https://colombia.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Colombia/Documents/Publicaciones/2020/01/Cuidado%20no%20remunerado.pdf>.

Davidson, W. D. & Montville, J. V. (1981). Foreign Policy according to Freud. *Foreign Policy*, (45), 145-157. <https://doi.org/10.2307/1148317>.

Dayal, A. & Christien, A. (2020). Reframing Women's Roles in Peace Processes: beyond the negotiating table. Georgetown Institute for Women, Peace and Security. <https://giwps.georgetown.edu/resource/reframing-womens-roles-in-peace-processes/>.

Daza, J. D. (2019). El Frente Nacional revisitado: el cambio institucional en Colombia y sus efectos no previstos. *Reflexión Política* 21(42), pp. 109-128. DOI: <https://doi.org/10.29375/01240781.3466>.

De la Rey, C. & McKay, S. (2006). Peacebuilding as a gendered process. *Journal of Social Issues*, 62(1), 141-153. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2006.00443.x>.

Dean, J. & Aune, K. (2015). Feminism resurgent? Mapping contemporary feminist activism in Europe. *Social Movement Studies*, 14(4), 375-395. <https://doi.org/10.1080/14742837.2015.1077112>.

Decreto 3398 de 1965. *Por el cual se organiza la defensa nacional*. 24 de diciembre de 1965. https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=66354.

Dejusticia (2017, noviembre 8). *Informe de monitoreo Resolución 1325 de Naciones Unidas, Colombia 2017*. <https://www.dejusticia.org/publication/informe-de-monitoreo-resolucion-1325-de-naciones-unidas-colombia-2017/>.

Denov, M., Ricard-Guay, A. & Green, A. (2016). Girl soldiers and the complexities of demobilization and reintegration. In S. Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp. 550-571). <https://doi.org/10.4337/9781849808927.00040>.

Departamento Nacional de Planeación (s.d.). *Plan Marco de Implementación del Acuerdo de Paz (P.M.I.)*. Portal Territorial. <https://portalterritorial.dnp.gov.co/PlanMarcoImplementacion/>.

Deras, R. (2022). La implementación de los Acuerdos de Paz de El Salvador desde la perspectiva de las víctimas. *Oñati Socio-Legal Series*, 12(5), 1134-1152. <https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1270>.

Díaz, G. M., Montoya, R. A. H., Astroz, I. C. & Caviedes, P. A. T. (2021). *Las violencias de género en la transición: legados del conflicto armado y desafíos para la paz*. Fundación Ideas para la Paz (FIP). <https://ideaspaz.org/publicaciones/noticias/2019-05/violencias-de-genero-legados-del-conflicto-armado-y-desafios-para-la-paz>.

Díaz, M. E. B. (2014). La participación de las mujeres en la construcción de la paz: el caso de Colombia. In C. Chacartegui, S. Cuentas, A. R. Ruiz, M. E. Blandón, *El paper de la dona* (pp. 111-136). <https://llibres.urv.cat/index.php/purv/catalog/book/127>.

Díaz, O. H., Patiño-González, M. C. & Ruíz-Herrera, A. L. (2015). Análisis de la problemática del feminicidio en un posible escenario de posconflicto. *Revista Principia Iuris*, 12(23), 186-215. <https://core.ac.uk/download/pdf/236680845.pdf>.

Díaz, O. H., Ruíz-Herrera, A. L. & Hernández, N. J. B. (2017). De mujer combatiente a mujer constructora de paz: inclusión de la voz femenina en el escenario del posacuerdo. *Ratio Juris*, 12(25), 43-68. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6427267>.

Dingli, S. (2021). Conceptualising peace and its preconditions: The anti-pelagian imagination and the critical turn in peace theory. *Journal of International Political Theory*, 17(3), 468-487. <https://doi.org/10.1177/1755088220951592>.

Dorantes, A. M., Barajas, P. L. (2020). *Mujeres y hombres: brechas de género en Colombia*. ONU Mujeres. <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/genero/publicaciones/mujeres-y-hombre-brechas-de-genero-colombia-informe.pdf>.

Drumond, P. & Rebelo, T. (2020). Global pathways or local spins? National Action Plans in South America. *International Feminist Journal of Politics*, 22 (4), 462-484. <https://doi.org/10.1080/14616742.2020.1783339>.

Drumond, P., Rebelo, T., Mendes, I. & Velasco, A. (2022). Mapeando la agenda “Mujeres, Paz y Seguridad” en América Latina: una comparación de los Planes de Acción Nacional de la ONU. *BPC Policy Brief* (12)4, 5-27. https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2022/05/PB_V12N4_GSUM_mapeando_agenda_mujeres_paz_seguridad_america_latina_plan_accion_nacional_onu_ES.pdf.

Duarte, L., González, C. & Mesa, J. (2017). Retos de la Cooperación Internacional para el Desarrollo en Colombia. *Estudios Internacionales*, (188), 111-146. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-3769.2017.47922>.

Durán, P. M. G. (2023, setiembre 27). *Desafíos en la Construcción de Paz*. Boletín UNICATÓLICA. <https://www.unicatolica.edu.co/noticias/desafios-construccion-paz/>.

EIGE (s.d.). *Gender-based violence and crises*. https://eige.europa.eu/gender-based-violence/gender-based-violence-and-crises?language_content_entity=en.

El País (2007, febrero 1). *Lorena Escudero, nueva ministra de Defensa de Ecuador*. https://elpais.com/internacional/2007/02/01/actualidad/1170284404_850215.html?outputType=amp.

Enloe, C. (1987). Feminists thinking about war, militarism, and peace. In B. B. Hess & M. M. Ferree (Ed.), *Analyzing gender: a handbook of social science research* (pp. 526-548). Sage.

Espinoza, C. (2023, febrero 17). *Los Comités de Madres llevan 47 años exigiendo justicia para las víctimas de la guerra civil. En el evento rindieron un homenaje a Madre Vicky*. La Prensa Gráfica. <https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/COMADRES-continuar-lucha-por-justicia-transicional-20230216-0113.html>.

Estrada, V. R. (2015). Inserción civil, lucha política y delincuencia en la posguerra: El Frente Norte 3-80 (FN 3-80) en Nicaragua. *Revista policía y seguridad pública*, 1(5), 353-414. <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistapoliciayseseguridadpublica/2015/vol1/8.pdf>.

France24 (2018, noviembre 20). *María Fernanda Espinosa: “Las mujeres podemos y debemos hacer la diferencia”*. <https://www.france24.com/es/20181120-entrevista-maria-fernanda-espinosa-onu>.

Eurocid (2023). *Día Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflito*. <https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-internacional-para-eliminacao-da-violencia-sexual-em-conflito>.

Europa Press Internacional (2021, novembro 23). *El conflicto persiste en Colombia cinco años después de la firma de la paz*. <https://www.europapress.es/internacional/noticia-conflicto-persiste-colombia-cinco-anos-despues-firma-paz-20211123142846.html>.

European Institute for Gender Equality (s.d.). *Integração da perspectiva de género*. https://eige.europa.eu/taxonomy/term/1070?language_content_entity=pt.

Feinman, I. R. (2016). CODEPINK and pink soldiers: reading feminist antimilitarism anew. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp. 341-360). <https://doi.org/10.4337/9781849808927.00028>.

Fernandes, J. P. T. (2011). *Teorias das Relações Internacionais: Da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. (2a edição). Almedina.

Fernández, M. L., & Valdés, L. F. V. (2016). The International Relations theory under a feminist approach. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*. 11(1), 45-61. <http://dx.doi.org/10.18359/ries.1366>.

Fernández-Matos, D. C. & González-Martínez, M. N. (2019). La paz sin las mujeres ¡No va!: el proceso de paz colombiano desde la perspectiva de género. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, (121), 113-133. doi.org/10.24241/rcai.2019.121.1.113.

Ferrant, G., Tuccio, M., Loiseau, E. & Nowacka, K. (2014). *The role of discriminatory social institutions in female South-South migration*. OECD Development Centre. https://www.oecd.org/dev/development-gender/SIGI%20and%20Female%20Migration_final.pdf.

Fisas, V. (2010). El proceso de paz en Colombia. *Quaderns de construcció de pau*, (17), 2-14. https://escolapau.uab.cat/img/qcp/procesos_paz_colombia.pdf.

Fondo Multidonante de las Naciones Unidas para la Paz (2023, novembro 24). *Constructoras de Paz. El camino de las mujeres firmantes tras 7 años del Acuerdo de Paz*. <https://www.fondonuol.org/post/constructoras-de-paz-el-camino-de-las-mujeres-firmantes-tras-7-a%C3%B1os-del-acuerdo-de-paz>.

Fountain, S. (1999). *Peace Education in UNICEF*. <https://www.oas.org/ext/es/seguridad/red-prevencion-crimen/Resources/Multimedia/peace-education-in-unicef>.

Freedom House (2022). *Defendiendo a los defensores y activistas de derechos humanos y de la democracia en América Latina*. <https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-01/Special Report LAC HRDs PDF SPANISH Final 01262022.pdf>.

Freeman, T., Barahona, M., Bonde, A., Forti, S., Mikkelsen, B. & Salinas, G. (2002). *Mainstreaming gender equality: Sida's support for the promotion of gender equality in partner countries. Country Report Nicaragua* (Sida EVALUATION REPORT 02/01:2). <https://www.oecd.org/countries/nicaragua/35199276.pdf>.

Front Line Defenders. (2022). *Global Analysis 2022*. https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/1535_fld_ga23_web.pdf.

Fundación CIDEAL (s.d.). “Donde nació la guerra sembramos la Paz”: desarrollo productivo e impulso a la sostenibilidad medioambiental para la construcción de la paz en Colombia. <https://www.cideal.org/proyecto/donde-nacio-la-guerra-sembramos-la-paz-desarrollo-productivo-e-impulso-a-la-sostenibilidad-medioambiental-para-la-construccion-de-la-paz-en-colombia-exclusion-en-mauritania/>.

Fundación Compartir (2019, noviembre 8). ‘Get Up And Go Colombia’, una forma de construcción de paz. <https://fundacioncompartir.org/noticias/get-and-go-colombia-forma-de-construccion-de-paz>.

Fundación Ideas para la Paz (2016, julho 5). ¿Y las milicias de las FARC? <https://ideaspaz.org/publicaciones/opinion/2016-07/y-las-milicias-de-las-FARC>.

Galeano, E. (1971). *Las venas abiertas de América Latina*. (2ª Ed.). Siglo XXI Editores.

Gallon, A. S. (2016 agosto 26). *La revolución de la aguja: cómo las excombatientes de Colombia dejan los fusiles por máquinas de coser*. El Espectador. <https://www.univision.com/estilo-de-vida/trending/la-revolucion-de-la-aguja-como-las-excombatientes-de-colombia-dejan-los-fusiles-por-maquinas-de-coser>.

Galtung, J. (1969). Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191. <https://www.jstor.org/stable/422690>.

Galtung, J. (1969). Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191. <http://www.jstor.org/stable/422690>.

Galtung, J. (1990). Cultural violence. *Journal of Peace Research*, 27(3), 291-305. <https://www.jstor.org/stable/423472>.

Galtung, J. (1996). *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Sage Publications.

Gamba, S. B. & Diz, T. (2021). *Nuevo diccionario de estudios de género y feminismos*. Editorial Biblos. <https://pt.scribd.com/book/525705636/Nuevo-diccionario-de-estudios-de-genero-y-feminismos>.

García, A. G. & Castelán, B. R. (2024). *Diez años de política exterior feminista y política de cooperación internacional para el desarrollo feminista: Una oportunidad para América Latina y el Caribe*. CEPAL. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/66afd783-35bd-4fbd-af86-30c93baa8e6a/content>.

Gehrig, M., Buchanan, C., Holt, S. & Ramsbotham, A. (2023). Building trust in peace mediation. *The USIP Learning Agenda: An evidence review*. <https://www.usip.org/sites/default/files/Building-Trust-in-Peace-Mediation-USIP-Evidence-Review-Paper.pdf>.

Gentry, C. E. & Sjoberg, L. (2015). *Beyond Mothers, Monsters, Whores: Thinking about women's violence in global politics*. Zed Books.

Giannini, R. A., Pellegrino, A. P., Porto, C. V., Lobato, L., Folly, M. & Gomes da Rocha, M. (2018). A agenda sobre mulheres, paz e segurança no contexto latino-americano: desafios e oportunidades. *Artigo Estratégico 32: Instituto Igarapé*.

https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-30-AE-32_Agenda-MPS-web-Hi.pdf.

Global Network of Women Peacebuilders (2020). *Building peace from the grassroots: learning from women peacebuilders to advance the WPS Agenda*. Department of Foreign Affairs. <https://www.dfa.ie/media/dfa/ourrolepolicies/peaceandsecurity/Building-peace-from-the-grassroots-Oct-2020.pdf>.

Gobernación de Putumayo (s.d.). *Información General*. <https://www.putumayo.gov.co/index.php/mi-departamento/presentacion>.

Gobierno de Colombia (2022, noviembre 24). *El acuerdo de paz renace con el gobierno del cambio*. Archivo General de la Nación Colombia. <https://www.archivogeneral.gov.co/agrn/noticia/el-acuerdo-de-paz-renace-con-el-gobierno-del-cambio#:~:text=Este%20jueves%2024%20de%20noviembre,representantes%20de%20la%20comunidad%20internacional>.

Gobierno de El Salvador (2017). *Plan de Acción Nacional "Mujeres, Paz y Seguridad"* <https://www.transparencia.gob.sv/institutions/rree/documents/381194/download>.

Godoy, M. R. C. (2023). Dimensión de la violencia de género en los procesos de paz. *DIDAC*, (82), 78-84. <https://doi.org/10.48102/didac.2023.83> JUL-DIC.141.

Golan, G. (2020). An analysis of UNSC Resolution 1325. *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture*, 25(384), 51-54.

Gómez, E. R. (2017, agosto 29). *Del feminismo sufragista al insurgente: La rebeldía de las mujeres como clave para la paz en Colombia*. LSE Latin America and Caribbean. <https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2017/08/29/del-feminismo-sufragista-al-insurgente-la-rebeldia-de-las-mujeres-como-clave-para-la-paz-en-colombia/>.

Gómez, E. (2021). Experiences from the colombian peace agrément: recommendations for the Gender, Peace and Security Agenda. In E. Gómez (Ed.), *Latin America and the Caribbean towards Beijing +25: recommendations from the feminist agenda for social transformation* (17-22). <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mexiko/17937.pdf>.

González, D. M. (2021). Teología de la Liberación: influencias, características y las tensiones con el Vaticano. *Acheronta. Revista de Investigaciones em Filosofia*, (6), 50-75. <http://dx.doi.org/10.30972/ach.065601>.

Grecco, G. L. (2020). Feminismos y género en los estudios internacionales. *Relaciones Internacionales*, (44), 127-145. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2020.44.007>.

Greminger, T. (2019). Foreword. In L. Avonius, M. Jaarva, U. Schmidt & T. Wohl, *Inclusion of women and effective peace processes* (pp. iii-iv). Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE). <https://www.osce.org/files/f/documents/0/5/440735.pdf>.

Gross, E. & Mansour, M. (1992). ¿Qué es la teoría feminista? *Debate Feminista*, 12(6), 85-105.

https://debatefeminista.cieg.unam.mx/df_ojs/index.php/debate_feminista/article/view/230/172.

Grovogui, S. (2011). A Revolution nonetheless: The Global South in International Relations. *The Global South*, 5(1), 175-190. <https://doi.org/10.2979/globalsouth.5.1.175>.

Hall, N. (2018, abril). Argentina y “los desaparecidos”. *International Federation of Social Workers*. <https://www.ifsw.org/argentina-y-los-desaparecidos/#:~:text=Tambi%C3%A9n%20llamada%20'La%20guerra%20sucia,contra%20presuntos%20disidentes%20y%20subversivos>.

Hernández, J. (2021, junho 14). *Guerra de los Mil Días: siete puntos clave para entender este hecho*. Radio Nacional de Colombia. <https://www.radionacional.co/cultura/historia-colombiana/guerra-de-los-mil-dias-siete-puntos-clave-para-entender-este-hecho>.

Herrera, C. E. G. (2018). Narcotráfico: capos y carteles en Colombia. *Saber, Ciencia y Libertad: en germinación*, 11, 117–121. <https://doi.org/10.18041/2382-3755/germinacion.2018V11.9055>.

Honorary Consulate of the Republic of Colombia in Slovak Republic. (2020). *Colombia – Geography*. <https://www.colombia.sk/en/colombia-geography>.

Howard, M. (2001). *The invention of peace and the reinvention of war*. Profile Books.

Howell, A. & Wool, Z. H. (2016). The war comes home: the toll of war and the shifting burden of care. In S. Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp. 249-269). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Humanas (s.d.). *Informes de seguimiento a la 1325 en Colombia*. Paz con mujeres. <https://humanas.org.co/pazconmujeres/informes-seguimiento-r1325/>.

Hurtado, D. M. U. (2017, dezembro). *Mujeres y construcción de paz en Colombia*. https://www.irenees.net/bdf_fiche-analyse-1104_es.html.

Hutchinson, C. (2018, novembro 9). *The resilience of Resolution 1325*. NATO Review. <https://www.nato.int/docu/review/articles/2018/11/09/the-resilience-of-resolution-1325/index.html>.

ICTJ – Justice, Truth, Dignity. (2016, janeiro 2). *International Organizations applaud the initiation of the first trial for sexual slavery and violence during the armed conflict in Guatemala: the Sepur Zarco Case*. <https://www.ictj.org/news/guatemala-organizations-applaud-first-trial-sexual-slavery-violence-trial>.

Infodefensa.com (2011, abril 7). *Maria Cecilia Chacón, nueva ministra de Defensa de Bolivia*. <https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3145436/maria-cecilia-chacon-nueva-ministra-defensa-bolivia>.

InSight Crime (2017, março 28). *Ejército de Liberación Nacional (ELN)*. <https://insightcrime.org/es/noticias-crimen-organizado-colombia/ELN-colombia/>.

Instituto Europeu para a Igualdade de Género (s.d.). *Violência económica*. https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1229?language_content_entity=pt.

Inter-Agency Standing Committee (2015). *Guidelines for integrating Gender-Based Violence interventions in Humanitarian Action: Reducing risk, promoting resilience and aiding recovery*. https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2015/09/2015-IASC-Gender-based-Violence-Guidelines_lo-res.pdf.

Jennings, H. (2012). *La competencia en América Latina y el Caribe: Los 10 años del Foro Latinoamericano de Competencia OCDE-BID*. OCDE. <https://www.oecd.org/competition/latinamerica/LACF10thAnniversaryBrochureES.pdf>.

Jolly, R. & Basu Ray, D. (2006). *The human security framework and national human development reports: A review of experiences and current debates*. (Relatório N°. NHDR Occasional Paper 5). <https://hdr.undp.org/system/files/documents/human-security.human-security>.

Jurisdicción Especial para la Paz (2016). *Acuerdo Final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. https://www.jep.gov.co/Marco%20Normativo/Normativa_v2/01%20ACUERDOS/Texto-Nuevo-Acuerdo-Final.pdf?csf=1&e=0fpYA0.

Jurisdicción Especial para la Paz (2021, julho 28). *La JEP recibió informe de mujeres negras afrocolombianas sobre violencia sexual en el conflicto armado*. <https://www.jep.gov.co/Sala-de-Prensa/Paginas/La-JEP-recibi%C3%B3-informe-de-mujeres-negras-afrocolombianas-sobre-violencia-sexual-en-el-conflicto-armado.aspx>.

K.C., L. & Whetstone, C. (2022). Rethinking women, peace, and security through the localization of United Nations Security Council Resolution 1325 & National Action Plans: a study of Nepal and Sri Lanka. *Women's Studies International Forum* (92), 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2022.102575>.

Kaiser, T. (2016). Risk and social transformation: gender and forced migration. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp.194-212). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Kaldor, M. (2012). *New and old wars: Organised violence in a global era*. (3ª edição). Stanford University Press.

Kampwirth, K. (2002). *Women and guerilla movements: Nicaragua, El Salvador, Chiapas, Cuba*. <https://www.jstor.org/stable/10.5325/j.ctt7v65j>.

Kelly, C. J. (2022, março 1). *The personal is political*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/the-personal-is-political>.

Kennedy-Pipe, C. (2017). Liberal feminists, militaries and war. In R. Woodward & C. Duncanson (Ed.), *The Palgrave international handbook of gender and the military* (pp.23-38). Palgrave Macmillan.

Kieh, G. K. (2009). The roots of the second Liberian Civil War. *International Journal on World Peace*, 26(1), 7–30. <http://www.jstor.org/stable/20752871>.

Kothari, S., Fang, X., Kolovich, L., McLoughlin, C. & Yenice, M. (2019). The Economic Consequences of Conflict in Sub-Saharan Africa. *Regional economic outlook: Sub-saharian Africa*, 25-39. <https://giwps.georgetown.edu/resource/the-economic-consequences-of-conflicts-sub-saharan-africa/>.

Kuonqui, C. & Cueva-Beteta, H. (2012, outubro). *Tracking implementation of Security Council Resolution 1325 (2000)*. UN Women. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2012/10/WPSsourcebook-02A-TrackingImplementationUNSCR21325-en.pdf>.

La Prensa Gráfica (2014, fevereiro 20). *Ortega nombra a ministra de Defensa*. <https://www.laprensagrafica.com/amp/internacional/Ortega-nombra-a-ministra-de-Defensa-20140220-0135.html>.

La Vanguardia (2019, agosto 21). *Ortega nombra ministra de Defensa en Nicaragua a una crítica de EEUU y Europa*. <https://www.lavanguardia.com/politica/20190821/464203402305/ortega-nombra-ministra-de-defensa-en-nicaragua-a-una-critica-de-eeuu-y-europa.html?facet=amp>.

Lamont, C. (2015). *Research methods in International Relations*. Sage.

Landmark resolution on Women, Peace and Security. (s.d.). OSAGI. <https://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/>.

Lanzamiento del Plan de Acción Nacional Mujeres Paz y Seguridad. (2022, julho 27). Secretaría de Derechos Humanos. <https://www.gub.uy/secretaria-derechos-humanos/comunicacion/noticias/lanzamiento-del-plan-accion-nacional-mujeres-paz-seguridad>.

Lara, A. M. (2022, março 25). *¿Qué fue y cómo surgió el M-19?* Radio Nacional de Colombia. <https://www.radionacional.co/actualidad/historia-colombiana/M-19-que-es-historia-movimiento-19-abril>.

Laughlin, K. A., Gallagher, J., Cobble, D. S., Boris, E., Nadasen, P., Gilmore, S., & Zarnow, L. (2010). Is it time to jump ship? Historians rethink the waves metaphor. *Feminist Formations*, 22(1), 76–135. <http://www.jstor.org/stable/40835345>.

Leal, H. M. (2021). A interseccionalidade como base do feminismo negro. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 39(2), 21-32. <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p21-32>.

Lederach, J. P. (1997). *Building peace: sustainable reconciliation in divided societies*. United States Institute of Peace Press.

Leongómez, E. P. (2015). *Una lectura múltiple y pluralista de la historia*. Comisión de Historia del Conflicto y sus Víctimas. <https://www.centrodehistoriahistorica.gov.co/descargas/comisionPaz2015/PizarroLeonEduardo-relatoria.pdf>.

Lima, R. M. (2020, setembro 7). *¿Qué guerrillas siguen activas en América Latina?* DW. <https://www.dw.com/es/qu%C3%A9-guerrillas-siguen-activas-en-am%C3%A9rica-latina/a->

Marhia, N. (2014). Gender and security. In M. Kaldor & I. Rangelov (Ed.), *The handbook of global security policy* (pp. 51-67). <https://doi.org/10.1002/9781118442975.ch3>.

Marhia, N. (2014). Gender and security. In M. Kaldor & I. Rangelov (Ed.), *The handbook of global security policy* (pp. 51-67). <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118442975>.

Marinho, H. J. M. (2008). *O estudo das Relações Internacionais: teorias e realidade*. Aduaneiras.

Martínez-Basallo, S. P. (2023). Tan cerca, tan lejos del estado: activismo burocratizado y afrodescendientes en Colombia. *CS*, (39), 9-30. <https://doi.org/10.18046/recs.i39.5277>.

Mason, S. J. A. (2009). *Insider mediators: Exploring their key role in informal peace processes*. Berghof Foundation for Peace Support. <https://berghof-foundation.org/library/insider-mediators-exploring-their-key-role-in-informal-peace-processes>.

Meléndez, M. (2021). *Informe Regional de Desarrollo Humano. Atrapados: Alta desigualdad y bajo crecimiento en América Latina y el Caribe*. PNUD. <https://www.undp.org/es/latin-america/publicaciones/informe-regional-de-desarrollo-humano-atrapados-alta-desigualdad-y-bajo-crecimiento-en-america-latina-y-el-caribe>.

Mesa de Conversaciones (2018). *Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. <https://www.jep.gov.co/Documents/Acuerdo%20Final/Acuerdo%20Final.pdf>.

Miller, C. E. (2005). *A glossary of terms and concepts in peace and conflict studies* (2nd ed.). University for Peace. <http://maryking.info/wp-content/glossaryv2.pdf>.

Ministério das Relações Exteriores. (2017). *Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança*. Fundação Alexandre de Gusmão. <https://funag.gov.br/loja/download/1209-Plano-Nacional-de-Acao-sobre-Mulheres-Paz-e-Seguranca.pdf>.

Ministerio de Defensa. (2021, junho 14). *Resolución Ministerial N.º 0293-21-DE: Anexo RM 0293-21-DE*. Plataforma digital única del Estado Peruano. <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/1950098/ANEXO%20RM%200293-21-DE.pdf.pdf>.

Ministerio de Educación. (s.d.). *24 de marzo: Día de la memoria por la verdad y la justicia*. Argentina.gob.ar. <https://www.argentina.gob.ar/educacion/efemerides/24-marzo-memoria>.

Missão Permanente do Paraguai junto da Organização das Nações Unidas. (2015). *Paraguay Action Plan*. MP/UM/NY/SG/Nº177/15 (1 dezembro 2015). <https://www.peacewomen.org/sites/default/files/PARAGUAY-Action%20Plan.pdf>.

Montobbio, M. (2017, fevereiro 9). *Veinticinco años después: Acuerdos de Chapultepec*. Política Exterior. <https://www.politicaexterior.com/veinticinco-anos-despues-acuerdos-de-chapultepec/>.

Mora, A. M. (2022). Preface. In A. M. Mora, H. Anderson, A. I. Garita & A. Kieldhold (Coord.). *Pathways to peace and security forged by women: An agenda for the Americas* (pp.4-5). https://www.oas.org/es/cim/docs/MPS_eng_fn.pdf.

Mora, A. M., Anderson, H., Garita, A. I. & Kieldhold, A. (Coord.). (2022). *Pathways to peace and security forged by women: An agenda for the Americas*. https://www.oas.org/es/cim/docs/MPS_eng_fn.pdf.

Morales, S. A. U. (2015, outubro 1). *¿Dónde queda la tierra del olvido?* Universidad de Antioquia. https://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/udea-noticias/udea-noticia/!ut/p/z0/fYwxD4lwFIT_igsjeRWx6kqcTlyDgzHQxbzQRqq1D8qD-PMtuujicrm7fHegoATlcbRXZEseXcyVkp1ZpvNi1wchMyIKOQxX66y3eJ0FrAH9R-ID_bWdaoAVZNn82QoWwqMbtAGE4H9b2roYT5-0pkntrXFPhHvtbeaJuqrHhwPIeKavDYpWxMCpuTGSEJ7V9ULbgei8w!!/#:~:text=%E2%80%9CLa%20tierra%20del%20olvido%20es,de%20Vives%E2%80%9D%2C%20explica%20Carolina.

Moreira, A., Forero, M. & Parada, A. M. (2015). *Conflicto en Colombia: antecedentes históricos y actores*. CIDOB. https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/dossiers/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/conflicto_en_colombia_antecedentes_historicos_y_actores.

Moreno, P. (2021, abril 30). *¿Quiénes son las madres y abuelas de Plaza de Mayo?* EOM – El Orden Mundial. <https://elordenmundial.com/quienes-son-madres-abuelas-plaza-mayo/>.

Moser, C. O. N. & Clark, F. C. (2001) Gender, conflict, and building sustainable peace: Recent lessons from Latin America. *Gender & Development*, 9(3), 29-39. <https://doi.org/10.1080/13552070127755>.

Moses, C. G. (2012). What's in a name? On writing the history of feminism. *Feminist Studies* 38(3), 757-779. <https://www.jstor.org/stable/23720210>.

Muggah, R. & Tobón, K. A. (2018). Citizen security in Latin America: facts and figures. *Strategic Paper* 33. Igarapé Institute. <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Citizen-Security-in-Latin-America-Facts-and-Figures.pdf>.

Mundubat. (2022, agosto 5). *CONAVIGUA: Un puente intergeneracional de dignidad y saberes*. <https://www.mundubat.org/conavigua-un-puente-intergeneracional-de-dignidad-y-saberes/>.

Muñoz, J. & Meza, F. A. (2004). Educación popular y educación para la paz en Colombia: herramientas para transformar el conflicto. *Papeles de Cuestiones Internacionales*, (88), 75-83. https://www.fuhem.es/papeles_articulo/educacion-popular-y-educacion-para-la-paz-en-colombia-herramientas-para-transformar-el-conflicto/.

Myrntinen, H. (2016). Women's participation in peace processes. In A. Firmin & D. Walter (Ed.), *State of civil society report 2016* (pp. 39-42). <https://www.civicus.org/documents/reports-and-publications/SOCS/2016/Womens-participation-in-peace-processes.pdf>.

Naciones Unidas (2017, setembro 22). *La ONU da por terminada la dejación de armas de las FARC*. Noticias ONU. <https://news.un.org/es/story/2017/09/1386501>.

Naciones Unidas Derechos Humanos Colombia (2021, agosto 11). *Recomendaciones sobre los grupos paramilitares*. https://www.hchr.org.co/informes_onu/recomendaciones-sobre-los-grupos-paramilitares/.

Nações Unidas – Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. (s.d). *Comissão sobre o Estatuto da Mulher debate a participação na tomada de decisões e eliminação da violência de género*. <https://unric.org/pt/comissao-sobre-o-estatuto-da-mulher-debate-a-participacao-na-tomada-de-decisoes-e-eliminacao-da-violencia-de-genero/#>.

Nações Unidas. (s.d.). *Igualdade de género*. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. <https://unric.org/pt/mensagem-do-secretario-geral-da-onua-conferencia-internacional-contra-o-terrorismo-riade-5-8-de-fevereiro-de-2005-proferida-pelo-sr-javier-ruperez-director-executivodireccao-do-comite-cont-3/>.

Nagel, J. & Feitz, L. (2016). The sexual economy of war: implications for the integration of women into the US armed forces. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp.270-289). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Nicholson, L. (2010). Feminism in waves: useful metaphor or not? *New Politics*, XII(4), 1-7. https://newpol.org/issue_post/feminism-waves-useful-metaphor-or-not/.

Nordberg, J. (2015, abril 15). *Who's afraid of a feminist foreign policy?* The New Yorker. <https://www.newyorker.com/news/news-desk/swedens-feminist-foreign-minister>.

O'Reilly, M., Ó Súilleabháin, A. & Paffenholz, T. (2015). *Reimagining peacemaking: Women's roles in peace processes*. International Peace Institute. <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2015/06/IPI-E-pub-Reimagining-Peacemaking.pdf>.

OCHA (2021). *Global Humanitarian Overview 2022*. <https://www.unocha.org/publications/report/world/global-humanitarian-overview-2022>.

OCHA (2023). *Informe: Tendencias e Impacto Humanitario en Colombia 2023*. <https://www.unocha.org/publications/report/colombia/informe-tendencias-e-impacto-humanitario-en-colombia-2023-fecha-de-corte-enero-septiembre-de-2023-fecha-de-publicacion-01-de-noviembre-de-2023>.

Ochoa, M. M. (2022, março 8). *Timeline de las olas feministas en Colombia y el mundo*. Bacanika. <https://bacanika.com/articulo/olas-feministas-en-colombia>.

OECD (2020). *Twentieth Anniversary of UN Security Council Resolution 1325: financing gender equality and women's empowerment in fragile contexts*. (Policy Brief). OECD DAC Network on Gender Equality. <https://www.oecd.org/development/gender-development/OECD-Gendernet-Financing-UNSCR.pdf>.

OECD (2022). *Gender equality and the empowerment of women and girls: DAC guidance for development partners*. OECD iLibrary. <https://www.oecd->

ilibrary.org/sites/0bddfa8f-en/index.html?itemId=/content/publication/0bddfa8f-en&_csp=041825ef98737ed8609694a86239d7ce&itemIGO=oced&itemContentType=book.

Oficina de Información Diplomática (2023, abril). *Ficha país Colombia. República de Colombia*. Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación https://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/COLOMBIA_FICHA%20PAIS.pdf.

Ontiveros, V. (2018, noviembre 6). *Los paramilitares colombianos, enemigos de la guerrilla*. EOM – El Orden Mundial. <https://elordenmundial.com/los-paramilitares-colombianos-enemigos-de-la-guerrilla/>.

ONU Mujeres América Latina y el Caribe (2021, marzo 11). *Mujeres indígenas enfrentan mayores barreras para ejercer sus derechos políticos, según resalta informe presentado por ONU Mujeres y FILAC*. <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2021/03/mujeres-indigenas-enfrentan-mayores-barreras-para-ejercer-sus-derechos>.

ONU Mujeres Colombia (s.d.). *La situación de las mujeres en Colombia*. <https://colombia.unwomen.org/es/ONU-mujeres-en-Colombia/las-mujeres-en-Colombia>.

ONU Mujeres Colombia (2023, febrero 24). *TRÁILER: "Cuando las aguas se juntan: una historia de mujeres y paz"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=TVeJGq98Ms8&t=108s>.

ONU Mujeres Colombia (2023, marzo 22). *El Plan de Acción Nacional de la Resolución 1325 partirá del reconocimiento de los saberes de las mujeres en la construcción de paz*. <https://colombia.unwomen.org/es/stories/noticia/2023/03/el-plan-de-accion-nacional-de-la-resolucion-1325-partira-del-reconocimiento-de-los-saberes-de-las-mujeres-en-la-construccion-de-paz>.

ONU Mujeres. (2017, octubre 22). *Sepur Zarco: En busca de la verdad, la justicia y las reparaciones*. <https://www.unwomen.org/es/news/stories/2017/10/feature-guatemala-sepur-zarco-in-pursuit-of-truth-justice-and-now-reparations>.

ONU Mujeres. (2018, octubre 19). *El caso Sepur Zarco: las mujeres guatemaltecas que exigieron justicia en una nación destrozada por la guerra*. <https://www.unwomen.org/es/news/stories/2018/10/feature-sepur-zarco-case>.

ONU Mujeres. (2021, octubre 29). *Las mujeres construyen paz en América Latina y el Caribe: aniversario 21 de la Resolución 1325 de las Naciones Unidas sobre Mujeres, Paz y Seguridad*. América Latina y el Caribe. <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2021/10/aniversario-21-de-la-resolucion-1325-de-las-naciones-unidas-sobre-mujeres>.

ONU Mulheres (2022). *Resoluções do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança*. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-05/WPS-resolutions-poster-2022-web-pt.pdf>.

ONU News (2023, julho 14). *Mulheres e meninas são 94% das vítimas de violência sexual em conflitos*. <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817547>.

Orellana, G. G. & Azkue, I. M. (2013). *Mujeres con memoria: activistas del movimiento de derechos humanos en El Salvador*. [https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/226/Mujeres con memoria.pdf?1488539774](https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/226/Mujeres%20con%20memoria.pdf?1488539774).

Orellana, G. G. & Azkue, I. M. (2020). *Guía didáctica del documental Voces Plurales: Estrategias de mujeres por la memoria y la justicia en Guatemala*. <https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/es/publications/441>.

Ortiz, G. I. A. & Herrera, C. A. P. (2020). *Lecciones del fin del conflicto en Colombia: dejación de armas y tránsito a la legalidad de las FARC*. <https://ifit-transitions.org/wp-content/uploads/2021/02/Lecciones-del-fin-del-conflicto-en-Colombia.pdf>.

Ospina, E. Y. (2021, dezembro 10). *La paz con mirada de mujer*. Naciones Unidas Colombia. <https://colombia.un.org/es/165440-la-paz-con-mirada-de-mujer>.

OXFAM International (s.d.). *Colombia*. <https://www.oxfam.org/en/what-we-do/countries/colombia>.

Paffenholz, T. (2015). *Results on women and gender. Briefing paper*. Centre on Conflict, Development and Peacebuilding: The Graduate Institute of International and Development Studies. <https://repository.graduateinstitute.ch/record/292671?ga=2.57005930.1110066548.1713647333-705086221.1713647333&v=pdf>.

Pagnotta, C., Sánchez, J. M., Giraudo, L., Galante, M. & Leandri, R. G. (2023). Dossier «Diagnósticos de la heterogeneidad social en América Latina». *Historia Unisinos*, 27(2), 228-317. <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/941>.

Panesso, J. M. A. (2019, maio 22). *MAFAPO*. Centro de Memoria para la Paz y Reconciliación. <http://experiencias.centromemoria.gov.co/mafapo/>.

Pastoral Social (2020, setembro 22). *Reconstrucción del tejido social, el primer paso para la reconciliación y la paz: Mons. Héctor Fabio Henao*. Cáritas Colombiana. <https://caritascolombiana.org/reconstruccion-del-tejido-social-el-primer-paso-para-la-reconciliacion-y-la-paz-mons-hector-fabio-henao/>.

Peacebuilding Commission Support Branch (s.d.). United Nations Peacebuilding. <https://www.un.org/peacebuilding/commission>.

Peacebuilding Commission, *Synthesis report and summary of discussions: Key Insights, principles, good practices and emerging lessons in peacebuilding*. Working Group on Lessons Learned. (Junho 12, 2008). https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/synthesis_report_12_june08_conclusions.pdf.

PeaceWorks (s.d.). *Asociación Manuelitas*. <https://peaceworks.se/colombia-crealas/aso-manuelitas/>.

Pearce, D. (1989). The feminization of poverty: a second look. *American Sociological Association Meetings* (pp. 1-47). <https://iwpr.org/wp-content/uploads/2021/01/D401.pdf>.

Pearce, J. (1997). Sustainable peace-building in the South: experiences from Latin America. *Development in Practice*, 7(4), 438-455. <https://doi.org/10.1080/09614529754279>.

Pearce, J. (2007, março). *Violence, power and participation: Building citizenship in contexts of chronic violence*. (IDS Working Paper N° 274). Institute of Development Studies. <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/12080>.

Pedersen, J. (2016). In the rain and in the sun: women's peace activism in Liberia. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp.400-418). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Pedersen, J. (2016). Part III Introduction: Gender and opposition to war. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp.337-340). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Perera, F. S. (2023). Agenda Mujeres Paz y Seguridad como respuesta a los desafíos y amenazas de seguridad en América Latina. In P. E. V. Delzo (Coord.), *Desafíos y amenazas a la seguridad en América Latina* (pp. 293-306). <https://ceeeep.mil.pe/wp-content/uploads/2022/12/Desafios-a-la-Seguridad-en-America-Latina-CEEEP-SSI-WJPC.pdf>.

Peru – Ministerio de Defensa (2021). *Plan de Acción para implementar la Resolución del Consejo de Seguridad ONU N° 1325 “Mujeres, Paz y Seguridad”: De la aceptación a la inclusión*. [Plan-de-Accion-Nacional-PERU-.pdf](https://www.wpsfocalpointsnetwork.org/plan-de-accion-nacional-peru) (wpsfocalpointsnetwork.org).

Plataforma de Ação de Pequim (s.d.). Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. <https://plataformamulheres.org.pt/projectos/platacaopequim/>.

Portal Diplomático (2023, março 4). *Agenda 2030*. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agenda-2030>.

Porto Editora (s.d.). *Misoginia*. Infopédia. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/misoginia>.

Porto Editora (s.d.). *Paz*. Infopédia. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paz>.

Porto Editora (s.d.). *Interbellum*. Infopédia: dicionários Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/neerlandes-portugues/interbellum>.

Pozzebon, S. (2022, novembro 22). *Colombia's drug problem is worse than ever. But it has a radical solution*. CNN. <https://edition.cnn.com/2022/11/22/americas/colombia-coco-decriminalize-intl-latam/index.html>.

Pratt, N. (2013). Reconceptualizing gender, reinscribing racial-sexual boundaries in International Security: the case of UN Security Council Resolution 1325 on "Women, Peace and Security". *International Studies Quarterly*, 57, 772-783. [https://www.jstor.org/stable/24014649?read-now=1&googleloggedin=true#page scan tab contents](https://www.jstor.org/stable/24014649?read-now=1&googleloggedin=true#page_scan_tab_contents).

Premio Sájarov (s.d.). *Madres de la Plaza de Mayo – 1992*, Argentina. <https://www.europarl.europa.eu/sakharovprize/es/las-madres-de-plaza-de-mayo-1992-argenti/products-details/20200330CAN54167>.

Presidencia (2005, marzo 1). *Designación de ministra de Defensa Nacional*. <http://archivo.presidencia.gub.uy/web/resoluciones/2005/03/2005030404.pdf>.

Priberam (s.d.). *Sexismo*. <https://dicionario.priberam.org/sexismo#:~:text=Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20baseada%20em%20crit%C3%A9rios%20sexuais>.

Procuraduría General de la Nación (2021). *Guía de Seguimiento a la implementación del punto 5 del Acuerdo de paz*. Universidad de La Sabana. [https://www.procuraduria.gov.co/portal/media/docs/Gu%C3%ADa%20de%20seguimiento%20a%20la%20implementaci%C3%B3n%20del%20punto%205%20del%20Acuerdo%20de%20paz,%20acuerdo%20sobre%20las%20v%C3%ADctimas%20del%20conflicto%20\(9\)%20\(2\).pdf](https://www.procuraduria.gov.co/portal/media/docs/Gu%C3%ADa%20de%20seguimiento%20a%20la%20implementaci%C3%B3n%20del%20punto%205%20del%20Acuerdo%20de%20paz,%20acuerdo%20sobre%20las%20v%C3%ADctimas%20del%20conflicto%20(9)%20(2).pdf).

Puente, C. A. (1998). Simone de Beauvoir: Un hito clave de una tradición. *Arenal: revista de historia de las mujeres*, 6(1), 113-134. <https://doi.org/10.30827/arenal.v6i1.16937>.

RAE (s.d.). *Resguardo indígena*. Diccionario panhispánico del español jurídico. <https://dpej.rae.es/lema/resguardo-ind%C3%ADgena>.

Ramírez, S. C. (2014). El movimiento de mujeres de América Latina y el Caribe: resistencias, iniciativas y desafíos. In C. Chacartegui, S. Cuentas, A. R. Ruiz & M. E. Blandón (1ª Ed.). *El paper de la dona* (pp. 41-82). Universitat de Girona, Servei de Publicacions Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, Universitat Pompeu Fabra, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.

Rampton, M. (2015, outubro 25). *Four waves of feminism*. Pacific University Oregon. <https://www.pacificu.edu/magazine/four-waves-feminism>.

Real Academia Española (2022). *Pie*. Diccionario de la lengua española. <https://dle.rae.es/pie>.

Reátegui, F. (2014). Guatemala: case study. In ICTJ, *Can Truth Commissions Strengthen Peace Processes?* (pp. 25-33). <https://www.ictj.org/sites/default/files/subsites/challenging-conventional-truth-commissions-peace/docs/ICTJ-Report-KAF-TruthCommPeace-2014.pdf>.

Redacción Colombia +20 (2021, dezembro 9). *Las mujeres exguerrilleras que lideran la reincorporación en el Urabá*. El Espectador. <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/las-mujeres-exguerrilleras-que-lideran-la-reincorporacion-en-el-uraba/>.

Refworld (s.d.). *El Salvador: Decreto No. 486 de 1993 - Ley de amnistía general para la consolidación de la paz*. <https://www.refworld.org/es/type,LEGISLATION,,SLV,57f794129,0.html>.

Reger, J. (2017). Finding a place in history: The discursive legacy of the wave metaphor and contemporary feminism. *Feminist Studies* 43(1), 193-221. <https://doi.org/10.15767/feministstudies.43.1.0193>.

RFI (2022, junho 10). *La lucha de las madres colombianas de Soacha por la verdad sobre los "falsos positivos"*. <https://www.rfi.fr/es/programas/grandes-reportajes-de-rfi/20220610-la-lucha-de-las-madres-de-soacha-en-colombia>.

Riera, E. (2015). *Interview with Luz Méndez, feminist and peacebuilder*. Women, Peace & Security: 15 years of 1325 Resolution. <https://www.icip.cat/perlapau/en/article/luz-mendez-feminist-and-peacebuilder/?pdf>.

Rivera, E. J. V. (2002). Historia de la Doctrina de la Seguridad Nacional. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, (27), 11-39. <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1723>.

Robert F. Kennedy Human Rights (s.d.). *COMADRES: El Salvador*. <https://rfkhumanrights.org/COMADRES>.

Roca, A. M., Prieto, J. E. R. (2017). La mortalidad de la Guerra de los Mil Días, 1899-1902. *Cuadernos de Historia Económica y Empresarial*, 1(43), 1-34. https://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/chee_43.pdf.

Romero, M. (2019, janeiro 31). *La guerra de 50 años de las FARC*. EOM – El Orden Mundial. <https://elordenmundial.com/la-guerra-de-50-anos-de-las-FARC/>.

RPP (2020, novembro 18). *Nuria Esparch, la primera mujer en liderar el Ministerio de Defensa*. <https://rpp.pe/peru/actualidad/nuria-esparch-se-convierte-en-la-primeramujer-en-liderar-el-ministerio-de-defensa-perfil-francisco-sagasti-noticia-1305037>.

RTVE (2022, maio 11). *Familiares de las víctimas de "falsos positivos" en Colombia, cara a cara con los autores de los crímenes*. Colombia. <https://www.rtve.es/noticias/20220511/familiares-falsos-positivos-colombia-cara-cara-exmilitares/2347567.shtml>.

Rugeles, A. (2023, novembro 9). *Un sur global geopolítico, híbrido y multipolar*. Real Instituto Elcano. <https://www.realinstitutoelcano.org/comentarios/un-sur-global-geopolitico-hibrido-y-multipolar/>.

Ruta Pacífica de las Mujeres (2021). *Plan estratégico 2021-2025*. <https://rutapacifica.org.co/wp/wp-content/uploads/2022/03/Plan-estrategico-2021-2025.pdf>.

Ruta Pacífica de las Mujeres (s.d.). *¿Quiénes Somos?* <https://rutapacifica.org.co/wp/quienes-somos/>.

S.C. Res. 1820, UN Doc S/RES/1820. (Junho 19, 2008). https://www.un.org/shestandforpeace/sites/www.un.org/shestandforpeace/files/unscr_1820_2008_on_wps_english.pdf.

S.C. Res. 1889, UN Doc S/RES/1889. (Outubro 5, 2009), https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SCResolutionWomen_SRES1889%282009%29%28en%29_0.pdf.

SáCouto, M., Ford, A. O. & Martin, C. (2022). *Documentación de buenas prácticas sobre rendición de cuentas por violencia sexual relacionada con conflictos: el caso de Sepur Zarco*. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-10/Research-paper->

[Documenting-good-practice-on-accountability-for-conflict-related-sexual-violence-Sepur-Zarco-es.pdf](#).

Sáenz de Tejada, R. (2022, janeiro). *Guatemala: ¿25 años de paz?* Nueva Sociedad. <https://nuso.org/articulo/guatemala-25-anos-de-paz/>.

Saiz, M. (2023, abril 4). *El mercado de las 34 excombatientes colombianas que venden paz (y jabones)*. El País. <https://elpais.com/planeta-futuro/2023-04-04/el-mercado-de-las-34-excombatientes-colombianas-que-venden-paz-y-jabones.html>.

Salvasen, H. & Nylander, D. (2017). *Towards an inclusive peace: women and the gender approach in the Colombian peace process*. NOREF: Norwegian Center for Conflict Resolution. [https://noref.no/publication-documents/towards-an-inclusive-peace-women-and-the-gender-approach-in-the-colombian-peace-process/Salvasen Nylander Towards-an-inclusive-peace July2017 final.pdf](https://noref.no/publication-documents/towards-an-inclusive-peace-women-and-the-gender-approach-in-the-colombian-peace-process/Salvasen%20Nylander%20Towards-an-inclusive-peace%20July2017%20final.pdf).

Sander-Staudt, M. (s.d.). *Care Ethics*. Internet Encyclopedia of Philosophy. <https://iep.utm.edu/care-ethics/>.

Sánchez, C. J. (2014). Las mujeres y la guerrilla: ¿un espacio para las políticas de género? *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, 16(32), 383-397. <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/785/746>.

Sarralde, M. (2018, dezembro 6). *Ana Gúezmes, representante de ONU Mujeres en Colombia advierte sobre la impunidad en el país*. El Tiempo. <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/naciones-unidas-advierte-sobre-impunidad-en-colombia-en-crime-300772>.

Scheyer, V. & Kumskova, M. (2019). Feminist foreign policy: A fine line between “adding women” and pursuing a feminist agenda. *Journal of International Affairs*, 72(6), 57-76. <https://www.jstor.org/stable/26760832?seq=1>.

Schrupp, A. (2017). *A brief history of feminism*. The MIT Press.

Secretaría de Relaciones Exteriores (2020, enero 9). *México anuncia la adopción de su Política Exterior Feminista*. Gobierno de México. <https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-anuncia-la-adopcion-de-su-politica-externor-feminista>.

Secretaría de Relaciones Exteriores (2021). *Plan Nacional de Acción para el seguimiento de la Resolución 1325 (2000) del Consejo de Seguridad sobre “Mujeres, Paz y Seguridad”*. https://drive.google.com/file/d/1OEp7J-EhhNTZla8RI_6tUAFzndCr-IJZ/view?pli=1.

Secretaría Presidencial de la Mujer (s.d.). *Mecanismos de coordinación*. <https://seprem.gob.gt/mecanismos-de-coordinacion/>.

Security Council resolution 1325 (2000) [on women and peace and security] (s.d.). United Nations Digital Library. <https://digitallibrary.un.org/record/426131>.

Sentiido (2017, outubro 5). *Feminismo en Colombia: una historia de triunfos y tensiones*. <https://sentiido.com/feminismo-en-colombia-una-historia-de-triunfos-y-tensiones/>.

Serna, J. S. S. (2009). La seguridad nacional en Colombia réspice pollum, militarización de lo civil y enemigo interno. *CRITERIOS: Cuadernos de Ciencias Jurídicas y Política Internacional*, 2(2), 283-312. <https://doi.org/10.21500/20115733.1917>.

Serrano, C. (2022, maio 9). *Paro armado en Colombia: 5 claves para entender las acciones violentas con las que el Clan del Golfo paralizó parte de Colombia*. BBC News Mundo. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61385661>.

Sharoni, S. (2016). Gender and resistance to political violence in Palestine and Israel. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp. 380-399). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Shepherd, L. J. (2016) Victims of violence or agents of change? Representations of women in UN peacebuilding discourse. *Peacebuilding*, 4(2), 121-135. <https://doi.org/10.1080/21647259.2016.1192246>.

Sistema de Información sobre Derechos Humanos y Desplazamiento – SISDHES (2021). *Desplazamiento forzado en Colombia: recrudescimiento en 2021*. CODHES. <https://codhes.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/12/aumenta-el-desplazamiento-forzado-en-colombia-1-1.pdf>.

Sjoberg, L. (2016). Gender-based violence in war. In S.Sharoni, J. Welland, L. Steiner & J. Pedersen (Ed.), *Handbook on gender and war* (pp.175-193). <https://www.elgaronline.com/edcollbook/edcoll/9781849808910/9781849808910.xml>.

Smith, K. M. (2017, março 17). *Women's Social and Political Union*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/Womens-Social-and-Political-Union>.

Snyder, R. C. (2008). What is third wave feminism? A new directions essay. *Signs*, 34(1), 175-196. <https://doi.org/10.1086/588436>.

Solanas, M. (2015, setembro 15). *Mujeres, paz y seguridad: lejos de las aspiraciones de la Resolución 1325*. Real Instituto Elcano. <https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/mujeres-paz-y-seguridad-lejos-de-las-aspiraciones-de-la-resolucion-1325/>.

Stanski, K. (2006) Terrorism, Gender, and Ideology: A case study of women who join the Revolutionary Armed Forces of Colombia. In J. Forest (Ed.) *The Making of a Terrorist: Recruitment, Training and Root Causes* (pp. 136-150). https://www.cerac.org.co/assets/pdf/Stanski_Volume_I_Chapter_10.pdf.

Stokes, W. (2015). Feminist security studies. In P. Hough, S. Malik, A. Moran & B. Pilbeam (Ed.), *International security studies: Theory and practice* (pp. 44-56). <https://doi.org/10.4324/9780429024177>.

Sylvester, C. (1994). *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge University Press.

Teixeira, T., Grave, R. Aires, R., Pereira, C. G. (2021). *isto não é um glossário: in/definições de géneros e sexualidades*. Gentropia. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136001/2/492883.pdf>.

Tejedoras de Vida de Putumayo (2022a). *Nosotras*. <https://alianzatejedorasdevida.org/quienes-somos-2/>.

Tejedoras de Vida de Putumayo (2022b). *¿Qué es?* <https://alianzatejedorasdevida.org/mujeres-que-transforman/>.

Tejedoras de Vida de Putumayo (2022c). *Guardianas del agua*. <https://alianzatejedorasdevida.org/guardianas-del-agua/>.

The Economist (2022, fevereiro 26). *What Latin America's success story can teach its neighbours*. <https://www.economist.com/the-americas/2022/02/26/what-latin-americas-success-story-can-teach-its-neighbours>.

Tickner, J. A. (1992). *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security*. Columbia University Press. <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Short.pdf>.

Tickner, J. A. (1992). *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security*. Columbia University Press. <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Short.pdf>.

Torres, J. S. (2020, agosto). *La creación de la Gran Colombia tras la victoria de Boyacá*. Archivo de Bogotá: Secretaría General – Alcaldía Mayor de Bogotá. <https://archivobogota.secretariageneral.gov.co/noticias/la-creacion-la-gran-colombia-tras-la-victoria-boyaca#:~:text=La%20%E2%80%9CGran%20Colombia%E2%80%9D%20fue%20el,como%20Estados%20Unidos%20de%20Colombia>.

Tripp, A. M. (2020). *UN Security Council Resolution 1325: Peacebuilding in Africa 20 years after its adoption*. Chr. Michelsen institute (CMI). <https://www.cmi.no/publications/file/7269-un-security-council-resolution-1325-peacebuilding-in-africa-20-years-after-its-adoption.pdf>.

Tuyuc, R. (2004). Desde los caminos de San Juan Comalapa. In M. R. Mont (Coord.), *Memorias vivas de una luz... reconstruyendo una verdade histórica* (pp. 97-101). Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala – ODHAG.

U.N. Secretary-General, *Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict*, U.N. Doc. A/63/881–S/2009/304 (Junho 11, 2009). <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S%202009%20304.pdf>.

UN DDR Resource Centre (2006). *Level 1 general IDDRS glossary: Terms and definitions*. <https://www.unddr.org/modules/IDDRS-1.20-Glossary.pdf>.

UN Peacebuilding Support Office (2017) *What does “sustaining peace” mean?* United Nations Sustainable Development Group. [https://unsdg.un.org/sites/default/files/Guidance-on-Sustaining-Peace.170117.final .pdf](https://unsdg.un.org/sites/default/files/Guidance-on-Sustaining-Peace.170117.final.pdf).

UN Verification Mission in Colombia (2020). *From words to action: the experience of UN special political missions in Colombia on Women, Peace and Security*.

<https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/WPS%20Study%20Lessons%20Learned.pdf>.

UN Women (2015). *A global study on the implementation of United Nations Security Council resolution 1325. Fact sheet: Latin America and the Caribbean Region*. <https://wps.unwomen.org/resources/r-fact-sheets/GS-FactSheet-LAC.pdf>.

UNFPA Brazil (1995). *Declaração e plataforma de ação da IV conferência mundial sobre a mulher*. ONU Mulheres. https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_beijing.pdf.

UNHCR (2023). *Global report 2022*. <https://reporting.unhcr.org/global-report-2022>.

United Nations General Assembly (2022, agosto 12). *Enforced or involuntary disappearance: Report of the Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances. Human Rights Council: Fifty-first session, 12 september – 7 october 2022*. <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g22/448/25/pdf/g2244825.pdf?token=xB6B0ks9m8izEycqj&fe=true>.

UNOAU (s.d.). *The four pillars of United Nations Security Council Resolution 1325*. United Nations She Stands For Peace. <https://www.un.org/shestandsforpeace/content/four-pillars-united-nations-security-council-resolution-1325>.

UNODC (2020). *Estrategias de acción sobre el problema de las drogas: Pueblo Inga*. https://biesimci.org/fileadmin/2021/documentos/et/libro_inga_azul.pdf.

Urkizu, M. M. & Vila, C. G. (2018, março 20). *Tarcila Rivera: “Las mujeres indígenas tenemos que construir nuestro propio concepto de feminismo”*. El Salto. <https://www.elsaltodiario.com/feminismos/tarcila-rivera-zea-mujeres-indigenas-construir-nuestro-propio-concepto-feminismo>.

Uruguay Presidencia (2022). *Plan de Acción Nacional Mujeres, Paz y Seguridad 2021 – 2024*. https://medios.presidencia.gub.uy/legal/2022/decretos/06/mrree_461.pdf.

Väyrynen, T., Parashar, S., Féron, E. & Confortini, C.C. (2021). *Routledge handbook of feminist peace research*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429024160>.

Velasco, M. (2022, abril 1). *Drug trafficking in Colombia undermines the foundations of Indigenous autonomy*. Debates Indígenas. <https://debatesindigenas.org/ENG/ns/155-drug-trafficking-in-colombia.html>.

Velásquez, M. (1998). *La condición de las mujeres colombianas a fines del siglo xx*. In J. J. Uribe, A. T. Mejía, J. O. Melo & J. A. Bejarano, *Nueva historia de Colombia, vol. 9* (pp. 51-78). Planeta.

Vergara, J. C. G. (2021, janeiro 30). *Las 10 dinámicas que marcarán la violencia organizada em 2021*. La Silla Vacía. <https://www.lasillavacia.com/red-de-expertos/red-de-la-paz/las-10-dinamicas-que-marcaran-la-violencia-organizada-en-2021/>.

Vicepresidencia (2023, setembro 28). *Avanza la construcción del Plan de Acción Nacional Mujeres, Paz y Seguridad*.

<https://fmm.vicepresidencia.gov.co/prensa/paginas/Avanza-la-construccion-del-Plan-de-Accion-Nacional-Mujeres-Paz-y-Seguridad.aspx>.

Villareal, N. (1994). En el camino de la modernización: emancipación económica y avances educativos en las mujeres, 1930-1943. In L. G. Luna & N. Villareal, *Historia, género y política. Movimiento de mujeres y participación política en Colombia 1930-1991*. (pp. 79-96). <http://www.ub.edu/SIMS/pdf/HistoriaGenero/HistoriaGenero-05.pdf>.

Voz de América (2022, março 8). *Las 13 mujeres que han sido presidentas en América Latina*. <https://www.vozdeamerica.com/a/en-fotos-mujeres-presidentas-en-latinoamerica/6474251.html>.

Vuola, E. (2012). Intersectionality in Latin America? The possibilities of intersectional analysis in Latin American studies and study of religion. In S. Lundgren, T. Machado-Borges & C. Widmark (Eds.), *Bodies and Borders in Latin America* (pp. 131-151). <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/41139>.

Wagner, K. & Pinheiro, E. (s.d.). *First National Action Plan against the armed conflict in Colombia: what impact can it have on the lives of women and girls?* Equal Measures 2030. <https://www.equalmeasures2030.org/story/first-national-action-plan-against-the-armed-conflict-in-colombia-what-impact-can-it-have-on-the-lives-of-women-and-girls/>.

Wallensteen, P. (2011). The origins of contemporary peace research. In Höglund, K. (Ed.), *Understanding peace research: methods and challenges* (pp. 14-32). Routledge.

Walters, M. (2005). *Feminism: A very short introduction*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/actrade/9780192805102.001.0001>.

What is CODEPINK (s.d.). CODEPINK. <https://www.codepink.org/about>.

What is UNSCR 1325? (s.d.). United States Institute of Peace. <https://www.usip.org/gender-peacebuilding/about-UNSCR-1325>.

Whitworth, S. (2013). Feminisms. In P.D. Williams (Ed.), *Security studies: An introduction* (pp.107-119). Routledge.

Wibben, A. T. R. (2009) Feminist security studies. In M. Dunn Cavelty & V. Mauer (Ed.), *The Routledge handbook of security studies* (pp.84-94). Routledge.

Willet, S. (2010). Introduction: Security Council Resolution 1325: assessing the impact on Women, Peace and Security. *International Peacekeeping*, 17(2), 142-158. <https://doi.org/10.1080/13533311003625043>.

Woolf, V. (1943). *Three Guineas*. Mariner Books.

Women, Peace and Security (s.d.). Political and Peacebuilding Affairs. <https://dppa.un.org/en/women-peace-and-security>.

World Conference of the International Women's Year, *Report of the world conference of the international women's year*, U.N. Doc. E/CONF.66/34. (Junho 19 – Julho 2, 1975). <https://digitallibrary.un.org/record/586225?ln=en>.

World Economic Forum (2022). *Global Gender Gap Report 2023: Insight report*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf.

Yepes, R. U. & Duque, L. M. S. (2012). Constitución de 1991, justicia constitucional y cambio democrático: un balance dos décadas después. *Cahiers des Amériques Latines*, (71), 33-53. <https://doi.org/10.4000/cal.2663>.

Yeste, M. P. & Fernández, L. P. (2006). *El conflicto de Colombia*. https://publicaciones.defensa.gob.es/media/downloadable/files/links/c/o/conflicto_colombia.pdf.

Zakharova, N. (2012, outubro). *Women and Peace and Security: Guidelines for National Implementation*. UN Women. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2012/10/WPSourcebook-02B-PlanOnWomenPeaceSecurity-en.pdf>.

Zanotta, L. (2014). Gênero e Direitos humanos: revolução de ideias e políticas públicas - Contexto geral. In J. F. Beltrão, J. C. M. de Brito Filho, I. Gómez, E. Pajares, F. Paredes & Y. Zúñiga (Coord.), *Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis. Manual* (pp. 131-144). http://www.consorciodh.ufpa.br/livros/DDGV_PORT_Manual_v4.pdf.

Zulver, J. M. (2021). The endurance of women's mobilization during "patriarchal backlash": a case from Colombia's reconfiguring armed conflict. *International Feminist Journal of Politics*, 23(3), 440-462. <https://doi.org/10.1080/14616742.2021.1901061>.